

Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia



MEMÓRIAS GUARDADAS

A história de obras raras
que atravessam o tempo

MEMÓRIAS GUARDADAS

A história de obras raras
que atravessam o tempo

Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Wagner de Paulo Santiago

Reitor

Dalton Caldeira Rocha

Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello

Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves

Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso

Pró-Reitora de Pesquisa

Cláudia Luciana Tolentino Santos

Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças

Marlon Cristian Toledo Pereira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Editora Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Ivana Ferrante Rebello

Leandro Luciano Silva Ravnjak

Luiz Henrique Carvalho Penido

Maria da Penha Brandim de Lima

Patrícia Takaki Neves

Tânia Marta Maia Fialho

Vanessa de Andrade Royo

Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia

MEMÓRIAS GUARDADAS

A história de obras raras
que atravessam o tempo

Expediente

Laura Silveira Fahel
Projeto gráfico e diagramação

Lucas Carvalho Rôla Santos
Capa

Angela Heloiza Benedito Buxton
Marcia Soares dos Reis
Revisão linguística

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Maria Gabriela de Souza
Luana Pereira Santos
Equipe Editorial

Este livro foi selecionado por edital e submetido a parecer duplo cego.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Pública (CIP) Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

G216m

Garcia, Roseli Aparecida Damaso Messias.

Memórias Guardadas [recurso eletrônico]: a história de obras raras que atravessam o tempo / Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia; prefácio de Filomena Luciene Cordeiro Reis. – Montes Claros, 2025.

260 f.: il.; Ebook PDF.

Bibliografia.

Inclui suplemento: *Catálogo de Obras Raras e Especiais*.

Modo de acesso: World Wide web

<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-85-7739-756-3. (Ebook).

1. Livro – História. 2. Livro - Poder e conhecimento. 3. Obras raras – análise e estudo. 4. Bibliotecas – Lugares de memória. I. Garcia, Roseli Aparecida Damaso Messias. II. Reis, Filomena Luciene Cordeiro. III. Título. IV. Título: A história de obras raras que atravessaram o tempo.

CDD 907.2

Elaborado por Biblioteca Central Professor Antônio Jorge / Roseli Damaso – CRB-6/1892

©Editora Unimontes

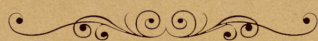
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil, CEP 39401-089 - Caixa Postal 126.
www.editora.unimontes.br | editora@unimontes.br

Filiada à



Ao meu marido, Wesley Garcia,
e aos meus filhos, Laura e Samuel.

PREFÁCIO



Esta pesquisa aborda a história do livro e das bibliotecas, apontando a trajetória e a materialidade desse instrumento fundamental na formação de todas as pessoas enquanto processo criativo e percepção de mundo e de vivências. O “personagem principal” é o livro, entretanto, com sujeitos concretos e ativos na sua elaboração, produção e manuseio, revelando transformações significativas na história da humanidade. As modificações apresentadas nesse material, desde o manuscrito à cultura do livro impresso com Gutenberg, no século XV, mostra o seu valor, sobretudo material, social, cultural e intelectual. Ele é um aparelho valioso e poderoso, temido e desejado, cujo conhecimento e expressões individuais e/ou coletivas demonstram a sua força nas resoluções de muitas indagações na vida de homens e mulheres. Este estudo, ao se debruçar sobre o livro, valida, em especial o livro raro como um instrumento de pesquisa, fonte histórica e memória(s), cuja força subversiva torna-se objeto de censura e, portanto, muitos são proibidos e/ou destruídos.

A autora deste livro, Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia, realiza uma imersão nesse universo, esclarecendo as origens do viver e do pensar dos seres humanos, nesses últimos seis séculos, transformados por meio do acesso ao livro impresso. Bibliotecária, historiadora e arquivista, a autora domina o ofício de lidar com materiais preciosos para o campo da História e viabilizadores de novas abordagens



historiográficas. É uma profissional multidisciplinar na área da informação e patrimônio, especialista em memória e documentação, dedicando-se a estudar o acervo público e disponível para pesquisa da Biblioteca da Unimontes, especificamente parte da documentação do Setor de Obras Raras e Especiais, bem como a Biblioteca Nacional do Brasil, pela importância do seu papel e preocupação com a guarda de livros raros constituídos como memória(s) nacional(is).

Ao apresentar suas fontes principais de pesquisa, Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia preambula pela história do livro impresso desde o seu surgimento como um instrumento “incontestável” para o desenvolvimento das sociedades modernas até os dias de hoje. Nessa direção, revela dois lugares, com e de memórias, ou seja, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca da Unimontes para, na sequência, tratar acerca de obras raras, em especial *O Livro de Vita Christi* e *a Bíblia de Mogúncia*.

Desse modo, esta narrativa colocará o leitor ou leitora de frente com obras raras, entre elas, *O Livro de Vita Christi*, edição fac-similar de 1495, sob custódia da Biblioteca da Unimontes. Esse é um livro considerado uma “*summa evangélica*”, escrito pelo monge Ludolfo da Saxônia, uma obra medieval exploradora da vida de Cristo, combinando narração, comentários de padres da Igreja Católica, meditações, orações e reflexões espirituais. Foi uma obra muito popular na sua época, apresentando influência na espiritualidade cristã e constituindo-se em dos primeiros livros impressos na língua portuguesa, em 1495. Outra obra estudada é *a Bíblia de Mogúncia*, também conhecida como Bíblia de Gutenberg, datada de 1462, considerada um marco na história da imprensa ocidental por ser um dos primeiros livros impressos em massa, hoje, sob a guarda da Biblioteca Nacional.

A proposição da autora consiste, igualmente, em evidenciar a relevância de locais de memória(s), onde se encontram

fontes históricas disponíveis para pesquisa e com possibilidades de produção de conhecimento científico, em especial, histórico, como a Biblioteca da Unimontes e a Biblioteca Nacional. Todos estão convidados a adentrar nesse mundo de possibilidades para provocar o conhecimento e ser incitado por ele.

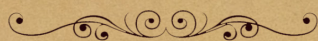
Prof^a. Dra. Filomena Luciene Cordeiro Reis

Professora do Departamento de História / PPGH da Unimontes

Diretora da Diretoria de Documentação da Unimontes



APRESENTAÇÃO



O livro sempre exerceu um poder de fascínio e permanência, seja como portador do conhecimento, seja como símbolo cultural que atravessa gerações. Preservar esses objetos de memória significa não apenas conservar sua materialidade, mas também assegurar a continuidade das ideias, saberes e tradições que eles carregam. Nesse sentido, as obras raras da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) constituem um patrimônio singular, guardado na Biblioteca Central Professor Antônio Jorge, que testemunha a trajetória da instituição e seu compromisso com a cultura, a ciência e a educação.

Este trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em História da Unimontes, em 2016, dedicada ao estudo das obras raras custodiadas pela Biblioteca Central. Mantém-se aqui a estrutura e a metodologia da dissertação que lhe deu origem, mas com a proposta de oferecer ao leitor uma leitura acessível, reflexiva e convidativa, capaz de articular História e Biblioteconomia em torno da memória dos livros.

Organizado em três capítulos, o livro percorre a trajetória do surgimento do livro impresso como símbolo de poder e conhecimento, discute o papel das bibliotecas como lugares de memória e analisa dois incunábulos fundamentais para a compreensão desse processo: O Livro de Vita Christi (1495, edição fac-similar), pertencente ao acervo da Unimontes, e a Bíblia de Mogúncia (1462, edição digital), da Biblioteca Nacional.

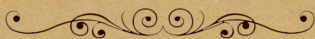


Mais do que um estudo historiográfico, esta publicação busca valorizar o patrimônio bibliográfico da Unimontes, convidando a comunidade acadêmica, pesquisadores e leitores em geral a reconhecer a relevância de acervos que, muitas vezes invisíveis, guardam fragmentos essenciais da memória coletiva. Trata-se, portanto, de um gesto de preservação, valorização e difusão de um patrimônio que ultrapassa os limites institucionais e alcança dimensões mais amplas da cultura e da história.

Montes Claros, Minas Gerais, 2025.

Bibliotecária Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO 16

1 LIVRO IMPRESSO: DO SURGIMENTO A INSTRUMENTO “INCONTESTÁVEL” PARA O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES MODERNAS 26

- 1.1 História do livro: novas abordagens historiográficas 29
- 1.2 Livro – breves considerações 47
- 1.3 Livro e escrita: as transformações materiais dos suportes 48
- 1.4 Do manuscrito à cultura do impresso: uma grande trajetória 54
- 1.5 Livro popular: do surgimento à evolução do impresso 58
- 1.6 Livro: apontamentos sobre seu poder e proibição 66
- 1.7 Livros raros: fonte de pesquisa e memória 75

2 LUGARES COM MEMÓRIAS: A BIBLIOTECA NACIONAL E A BIBLIOTECA DA UNIMONTES 80

- 2.1 História e Biblioteconomia: alianças possíveis 81
- 2.2 Entre livros: a biblioteca como lugar de memória 84
- 2.3 História das bibliotecas: reflexões 89
- 2.4 Biblioteca Nacional Brasileira: um pouco de sua história 95
- 2.5 Biblioteca pública no Estado de Minas Gerais: centro de memória social 106
- 2.6 Biblioteca da Unimontes: lugar de memória e patrimônio institucional e cultural 111

3 OBRAS RARAS: ANÁLISES POSSÍVEIS 160

- 3.1 Metodologia para pesquisa bibliográfica e histórica: análise de obras raras 161
- 3.2 O Livro de Vita Christi: análise da obra da Biblioteca Central/Unimontes 161
- 3.3 A Bíblia de Mogúncia: uma obra da Biblioteca Nacional 171
- 3.4 O Livro de Vita Christi e a Bíblia de Mogúncia: entre semelhanças e diferenças 173

CONSIDERAÇÕES FINAIS 214

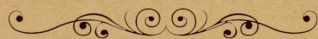
FONTES 220

REFERÊNCIAS 223

ANEXOS 232

CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS 241

INTRODUÇÃO



Livros, somente livros, não explicam a difusão de ideias revolucionárias, mas explicam muitos outros acontecimentos. Se quiser estudar a história das ideias, a divulgação das técnicas, toda a evolução cultural brasileira, enfim, é indispensável estudar a história do livro e das bibliotecas (Rubens Borba de Moraes, 2006, p. 185).

Este livro é, antes de tudo, uma viagem pela história dos livros e das bibliotecas. Mais do que um simples estudo, ele se apresenta como “uma apologia descarada”¹ em favor da palavra impressa e de seu passado fascinante. Aqui, o leitor encontrará uma reflexão historiográfica que percorre o surgimento do livro impresso — símbolo de poder, temido e desejado — até os dias atuais, com especial atenção às obras raras. Ao mesmo tempo, trata-se de uma discussão sobre as bibliotecas como verdadeiros “lugares de memória”: espaços de cultura, pesquisa e preservação do conhecimento humano.

O livro nasce de um diálogo entre a História e a Biblioteconomia, construindo uma ponte interdisciplinar para compreender o poder simbólico e social dos livros. Como bem afirmaram Roger Chartier e Daniel Roche, “o livro é símbolo de todos os poderes”, um objeto que reúne conhecimento, fascínio e um patrimônio inesgotável. Foi essa fascinação — acompanhada também do receio de que o impresso pudesse fragilizar a memória — que despertou em mim o desejo de investigar o passado desses objetos e desses espaços de memória.

1 Expressão usada por Robert Darnton na introdução do seu livro: *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 5.

Essa inquietação começou há mais de duas décadas, quando cheguei a Montes Claros (1999) para trabalhar como bibliotecária na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Logo no início de minha trajetória profissional, deparei-me com um acervo de obras raras mal acondicionado em caixas de papelão, à espera de organização. A experiência prévia que tive no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, havia me ensinado a cuidar e a respeitar esse tipo de acervo. Por isso, ver aqueles livros esquecidos foi o ponto de partida para um caminho de pesquisa, formação e prática que me levariam até aqui.

Desde então, busquei compreender a história, a cultura e o patrimônio escondidos nesse acervo. Fiz especializações, participei de cursos e oficinas na Biblioteca Nacional, compartilhei o que aprendi em capacitações para servidores e comunidade, e iniciei projetos de pesquisa em parceria com colegas de diversas áreas. Foi nesse movimento que nasceu o Setor de Obras Raras e Especiais da Unimontes, onde começamos a tratar, identificar e valorizar a documentação preservada. Nesse sentido, o acervo de obras raras da BC/Unimontes apresenta um histórico bastante interessante. Essa documentação foi organizada e considerada rara a partir de 1999, que se constituiu em uma decisão com o objetivo de garantir a conservação e salvaguarda da coleção de livros raros e considerados patrimônio da Instituição.

Este livro é resultado desse percurso e conserva a estrutura e metodologia da dissertação que lhe deu origem. Ao longo dos capítulos, percorremos a história do livro impresso e de seu poder simbólico; refletimos sobre as bibliotecas como lugares de memória; e apresentamos análises de duas obras raras emblemáticas: *O Livro de Vita Christi* (1495, fac-similar), pertencente ao acervo da Unimontes, e a *Bíblia de Mogúncia* (1462, edição digital), preservada na Biblioteca Nacional do Brasil.

Em termos gerais, o estudo buscou compreender e analisar as causas do surgimento do livro impresso como símbolo de poder e conhecimento a partir de duas obras raras selecionadas da BC/Unimontes e da BN, lugares de memórias e patrimônio institucional e cultural. Em termos específicos, o presente estudo procurou: a) abordar a nova história do livro a partir do surgimento do livro impresso como símbolo de poder, conhecimento e cultura; b) conhecer a história das bibliotecas no mundo e no Brasil; c) pensar parte do acervo raro da BC/Unimontes, no mesmo intuito, o acervo raro da BN, pela importância do seu papel, função e preocupação com a guarda do precioso acervo raro e com a memória nacional; d) compreender, ainda, como se deu o processo de construção e preservação desse lugar de memórias no âmbito da Unimontes, durante as cinco últimas décadas, ou seja, de 1962 a 2015, uma vez que não é possível tratá-lo de forma desconexa em relação à memória institucional, pois, a história do acervo raro se confunde com a da Universidade.

Enfim, nosso objetivo é oferecer ao leitor uma pequena análise dessas obras raras e, ao mesmo tempo, provocar reflexões sobre a importância de preservar esse patrimônio cultural e histórico. Afinal, os livros e as bibliotecas não são apenas objetos e espaços: são testemunhas da memória, do conhecimento e da identidade de uma sociedade. Dentro dessas perspectivas, o recorte temporal do estudo abrange desde 1962, ano da criação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM)², atualmente Unimontes, marco inicial do recebimento e da acumulação de obras pela Instituição — especialmente no Setor de Obras Raras e Especiais, nosso *locus* de pesquisa — até 2015. Esse período

2 A FUNM foi criada pela Lei Estadual nº 2.615, de 24/05/1962, de autoria do ex-deputado Cícero Dumont. A Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – resultou da transformação da FUNM, de acordo com o artigo 82, parágrafo 3º, do “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, da Constituição Mineira de 21/09/89.

possibilitou a realização de um balanço historiográfico sobre os lugares de memória, com destaque para a cidade de Montes Claros. Esses espaços constituem lugares de memória de Montes Claros e do Brasil e merecem estudo e reflexão. Portanto, as considerações sobre memória, do historiador francês Pierre Nora (1993), foram fundamentais para investigar o Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes, assim como seu acervo, objetivando desenvolver reflexões defendidas neste trabalho.

Durante as visitas à Biblioteca Nacional, fizemos várias tentativas junto à Divisão de Obras Raras para manusear e analisar a *Bíblia de Mogúncia*. Porém, por se tratar de uma obra raríssima, não conseguimos permissão para acessá-la. A Instituição justificou a recusa por causa da segurança, preservação e importância desse documento. Por esses motivos, esse incunábulo, analisado neste estudo, integra as coleções digitalizadas da Biblioteca Nacional por meio da BNDigital. A digitalização dessa obra possibilitou o acesso às informações e imagens referentes a mesma, não alterando o valor da informação e do documento como fonte de pesquisa e conhecimento, colocando-a disponível à consulta remota e ao alcance de buscadores *on-line*.

Nesse contexto, o serviço de digitalização de obras raras permitiu revelar existências bibliográficas ignoradas que, desde que se tenha acesso à *Internet*, podem ser consultadas em qualquer ponto do planeta, ou seja, a digitalização não impõe limite temporal e espacial, mas consente, no nosso caso, que a *Bíblia de Mogúncia* saia do prédio da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional e fique disponível em acesso livre. Ressaltamos que a maioria dos pesquisadores dessa natureza bibliográfica, agora disponibilizada virtualmente, não só era inacessível, como também desconhecida. A digitalização de acervos bibliográficos surgiu como uma alternativa de preservação e facilidade no acesso à informação. Contudo, fizemos a análise bibliológica e a descrição

bibliográfica dessa obra a partir das informações disponíveis no Catálogo *online* da Biblioteca Nacional e de estudos disponíveis pela própria Instituição.

Nesse sentido, analisamos a *Bíblia de Mogúncia* e *O Livro de Vita Christi* a partir de suas características históricas, destacando o que eles representaram e/ou representam para a sociedade, desde seu surgimento no século XV. Importante destacar que analisamos, especificamente e com maior ênfase, *O Livro de Vita Christi*, que compõe o acervo do Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes, por ser nosso principal objeto de estudo.

Escolhemos essas “fontes históricas” - *O Livro de Vita Christi* e a *Bíblia de Mogúncia* - para estudo por possuírem “laços” que revelam um campo de domínio religioso, pois tratam da vida de Cristo e por serem impressas no século XV. A Bíblia, além de um poderoso instrumento de impacto na vida das pessoas e de ter sido traduzida em muitas línguas, não é somente um simples objeto, mas possui também um valor simbólico como portadora da palavra divina.

Assim, a seleção dessas obras representa apenas uma amostra das inúmeras possibilidades que os espaços de memória, como as bibliotecas, podem oferecer. Essa escolha se justifica pela necessidade do historiador de definir fontes, problemas e temas específicos, diante da impossibilidade de abarcar a totalidade do acervo, marcado por sua diversidade e volume expressivo, como é o caso desta pesquisa. Para complementar a análise apresentada, incluímos, ao final deste livro, um *Catálogo de Obras Raras e Especiais*, dividido em duas partes: a primeira reúne as obras relevantes citadas ao longo do texto, na mesma ordem em que aparecem; a segunda apresenta uma seleção de títulos significativos do acervo raro e especial da Biblioteca Central Professor Antônio Jorge.

Este livro adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica, com o propósito de delinear e compreender o percurso histórico e evolutivo dos livros impressos

e das bibliotecas, desde sua origem até a contemporaneidade. Esta pesquisa tem um caráter histórico-social, pois parte da análise de documentos raros que guardam memórias do passado. O levantamento bibliográfico e o diálogo com diferentes referenciais teóricos permitiram compreender o valor desses acervos como repositórios de memória. A leitura das obras raras e das bibliotecas como lugares de memória possibilitou trazer à tona fatos relevantes, mostrando como esses elementos se conectam e dialogam entre si ao longo da história.

Para análise técnica biblioteconômica, observamos as obras raras sobre os aspectos metodológicos e conceituais da descrição bibliográfica através da Bibliologia, ciência que consolida e complementa os processos de descrição bibliográfica e temática das obras raras, a partir de terminologia específica destinada a personalizar cada exemplar. Além de útil para a identificação das obras, essa descrição técnica é imprescindível para aumentar a segurança dos acervos e proteger o direito de propriedade³. As obras foram descritas, obedecendo às normas internacionais vigentes, e a segmentação dos conhecimentos apontados como necessários para a análise bibliológica foi proposta e descrita pela bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro⁴, que propôs dois fundamentos: primeiro, conhecer a história da editoração e da produção do livro impresso, especificamente do livro raro, do século XV ao século XVIII; segundo, conhecer a história das práticas de leitura e do colecionismo dos livros, desde o século XV, permitindo identificar as marcas extrínsecas da obra⁵. Pinheiro recomenda

3 Ver mais em *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 123, p. 1-240, 2003.

4 Ana Virgínia Pinheiro é Chefe da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional Brasileira/RJ.

5 Os fundamentos propostos por Ana Virgínia Pinheiro foram descritos detalhadamente no artigo de RODRIGUES, Alessandra Hermógenes, CALHEIROS, Mariana Fernandes, COSTA, Patrícia da Silva. *Análise Bibliológica de livros raros: a preservação ao "pé da letra"*. v. 123, p. 33-48, 2003. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 123, p. 1-240, 2003. Disponível em: http://www.bn.br/planor/documentos/anais_123_2003.pdf Acesso em: 5 de mar de 2015.

também utilizar a metodologia da fotobibliografia, que constitui um recurso simplificado, seguro e eficaz, porque elege e reproduz, textualmente, a folha de rosto como fonte principal de informação. A autora recomenda que

[...] diante da realidade das bibliotecas brasileiras, por exemplo, que guardam acervos preciosos e padecem da falta de bibliotecários com conhecimentos apurados em história do livro e treinamento em bibliologia; diante da carência de estruturas bibliográficas adequadas às exigências de pesquisa para a catalogação do livro raro, a adoção da fotobibliografia, simplificada, é uma alternativa segura e eficaz (Pinheiro, 2003, p. 13).

Encontramos também aportes teóricos nos estudos acerca do livro raro para entendê-lo como uma “obra resultante da intervenção de vários artistas e artífices, a ser examinada e descrita a partir do sentido transmitido pela imagem” (Pinheiro, 1989, p. 19). A materialidade expressa no suporte desses livros, os tipos de encadernações, a tipografia e o tratamento técnico foram considerações importantes nesse trabalho.

Por fim, apresentamos a análise histórica das obras a partir das considerações teóricas e conceituais, situando o período no qual essas obras se inscrevem, destacando seus autores e/ou impressores e a sua importância e contextualizando com a história do local e da própria obra, bem como sua vinda para as Instituições que as mantêm em custódia. Para a realização dessa etapa, analisamos cada uma das obras – *O Livro de Vita Christi* e a *Bíblia de Mogúncia* – por vez e por partes, mas, entrelaçando seus conteúdos por tratarem do mesmo tema, ou seja, a vida de Cristo. Realizamos também reflexões sobre as semelhanças e diferenças das duas obras.

Diante da necessidade de compreender a história do livro e dos lugares de memória, este estudo não pretendeu oferecer uma descrição exaustiva ou uma narrativa linear dos fatos. O objetivo foi realizar uma recuperação histórica capaz de iluminar a

trajetória complexa desses objetos e sua influência no universo do conhecimento e da pesquisa, sempre tão instigantes e inspiradores de novos estudos.

Nesse percurso, recorreremos também a outras fontes fundamentais para esta pesquisa. Utilizamos como matéria-prima os catálogos de obras raras de instituições de grande relevância, como a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), a Biblioteca do Congresso Norte-Americano (Washington, EUA), e as Bibliotecas Nacionais de Portugal, Londres e França, além da rede on-line *Pergamum*. Complementaram esse conjunto os registros de memorialistas e documentos sobre a história da Unimontes, em especial aqueles que acompanham o período de acumulação das obras raras, diretamente relacionado à criação e consolidação das bibliotecas universitárias. O olhar historiográfico lançado sobre o livro como obra rara, especialmente a partir das coleções custodiadas pela Biblioteca Central da Unimontes e pela Biblioteca Nacional, permitiu compreender o papel essencial dessas instituições na salvaguarda da memória e da cultura. São espaços culturais que se aproximam profundamente do universo simbólico das lembranças e do patrimônio histórico.

A estrutura deste livro foi organizada em três capítulos. No primeiro, tratamos da trajetória do livro impresso para além de sua materialidade, acompanhando as novas abordagens historiográficas que explicam a transição do manuscrito para a cultura tipográfica. Procuramos destacar as transformações culturais e sociais provocadas pelo livro desde a metade do século XV, época de Gutenberg, quando esse objeto passou a ser visto, simultaneamente, como instrumento intelectual, símbolo de poder e espaço de expressão individual e coletiva. Também abordamos sua dimensão de objeto subversivo, alvo de censura, perseguição e destruição, bem como sua relevância enquanto fonte histórica, instrumento de pesquisa e veículo de memória.

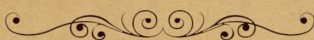
O segundo capítulo se dedica ao conceito de lugares de memória, tendo como referências o Setor de Obras Raras e Especiais da Unimontes e a Biblioteca Nacional. Nesse percurso, apresentamos um histórico das duas instituições e procuramos evidenciar como as bibliotecas dialogam com as noções de memória e esquecimento. Recuperamos ainda, em linhas gerais, a história das bibliotecas no mundo e no Brasil, destacando momentos como a chegada da família real portuguesa, a fundação da Biblioteca Nacional e a consolidação da Biblioteca Pública em Minas Gerais. Ao longo da análise, ressaltamos também os vínculos possíveis entre História e Biblioteconomia.

No terceiro capítulo, concentramos nossa atenção na condição da Unimontes e da Biblioteca Nacional como depositárias de obras raras. Seleccionamos e analisamos duas obras de temática religiosa, contextualizando-as em relação à sua história e ao percurso que as levou a integrar os acervos dessas instituições. Discutimos o conceito de obra rara, os sentidos atribuídos à preservação desses documentos e as responsabilidades das instituições que os conservam. Refletimos ainda sobre o papel das memórias que elas guardam, a relevância social e científica de sua difusão e a necessidade de políticas públicas voltadas para sua preservação, fortalecimento e salvaguarda enquanto verdadeiros lugares de memória.



I

LIVRO IMPRESSO: DO SURGIMENTO A INSTRUMENTO “INCONTESTÁVEL”⁶ PARA O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES MODERNAS



Como um dos mais poderosos instrumentos de que pôde dispor a civilização ocidental para concentrar o pensamento disperso dos seus representantes [...] e, por isso mesmo um poder incomparável de penetração e de irradiação; assegurar, num tempo mínimo, a difusão das ideias através de todo o domínio ao qual os obstáculos de escrita e de língua não proibem o acesso; criar, além disso, entre os pensadores e, além de seu pequeno círculo, entre todos os que usam o pensamento, novos hábitos de trabalho intelectual: numa palavra, mostrar, no Livro, uma das formas mais eficazes desse domínio de mundo (Lucien Febvre; Henri-Jean Martin, 1992, p. 15).

A epígrafe acima refere-se ao prefácio de Lucien Febvre, na obra *O Aparecimento do livro*, escrita por ele e Henri-Jean Martin. Descreve o que esses grandes conhecedores da historicidade do manuscrito e do impresso pretendem revelar com a finalidade do livro, ou seja, “estabelecer como e porque o livro impresso foi algo completamente diferente de uma realização técnica cômoda e de uma engenhosa simplicidade” (Febvre; Martin, 1992, p. 15).

A obra que Martin redigiu por inspiração de Febvre foi publicada em 1958, e reconhecida pelo historiador francês Roger Chartier como a fundadora da história do livro ou, pelo menos, de uma nova história do livro. Ele enfatiza que são poucos os historiadores, cujos

6 O termo “incontestável” tem como referência Lucien Febvre.

nomes ficaram vinculados à invenção de tais disciplinas, como “História do Livro”, “História dos Textos” e “História da Cultura Escrita”⁷, que se destacaram e “Henri Jean Martin, falecido em janeiro deste ano⁸, é um deles” (Chartier, 2007, p. 159).

Chartier destaca em seu discurso as palavras de Lucien Febvre sobre a obra do historiador Henri-Jean Martin: “como o escreveu Febvre, ao estudar com rigor as condições técnicas e legais de sua publicação, as conjunturas de sua produção ou a geografia de sua circulação, ele fazia os textos descerem do *céu para a terra*” (Chartier, 2010. p. 159, grifo do autor). Chartier, admirador do trabalho de Martin, ressalta que, nos trabalhos que se seguiram, ele se esforçou muito para ampliar o questionamento, deslocando a atenção para os ofícios e o mundo do livro, as mutações na paginação e na apresentação dos textos e, finalmente, as sucessivas modalidades de sua legibilidade.

Desse modo, buscamos neste capítulo abordar questões para além da materialidade do livro impresso e sua trajetória. Foi nosso intento mostrar, a partir das novas abordagens historiográficas, os principais elementos estabelecidos na transformação do manuscrito para a cultura do livro impresso, assim como as profundas mudanças que esse instrumento de valor material e social causou na cultura europeia desde a época de Gutenberg, ou seja, a partir da metade do século XV, momento em que o livro surge como um produto intelectual, como um poder temido e desejado, contendo

7 Em 11 de outubro de 2007, na abertura da aula inaugural de uma nova cátedra, denominada *Escritas e Culturas na Europa Moderna*, tendo Chartier como professor titular dessa cátedra, foi proferida por ele a exposição *Écouter les morts avec les yeux* (*Escutar os mortos com os olhos*). O verso do poeta espanhol Quevedo (1580-1645), utilizado como título da aula foi referido por Chartier para evocar pessoas ausentes, que contribuíram para que as disciplinas História do livro, História dos textos e História da cultura escrita adquirissem configurações que possibilitaram a existência da cátedra, destacadamente: Henri Jean-Martin, Don Mckenzie e Armando Petrucci. Ver em: MATRIZES. *Chartier entrevistado por Robert Darnton*. Transcrição do original e tradução: Dorothée de Bruchard, apresentação e notas: Sandra Reimão. São Paulo Ano 5, n. 2 jan./jun. 2012. p. 159-177.

8 Nasceu no dia 16 de janeiro de 1924 e faleceu no dia 13 de janeiro de 2007.

conhecimento e expressões individuais ou coletivas, tanto em sua dimensão de objeto manuseável como na qualidade de portador de conteúdo. Desse mesmo modo, precisamos também repensar o que é o *libre* ou o *biblion* e a interrogar suas origens, pois, no entender de Febvre e de Martin (1992), era preciso partir de Gutenberg e de Lutero, da Reforma e da Contrarreforma⁹, para explicar o enorme crescimento do livro impresso na Europa, em seguida na América e no restante do mundo, muito antes da Idade Média¹⁰.

Ao apresentarmos aportes teóricos sobre a história, a evolução dos livros e as transformações dos suportes materiais da escrita empregados ao longo da história, tornou-se necessário analisar o contexto histórico e social em que se deram tais transformações para estabelecer o lugar do livro na história. Acreditamos que historicizar o livro como objeto histórico pelas culturas é pensá-lo como patrimônio enquanto documento/monumento, destacando suas características centrais como suporte de informações e bem cultural e social.

Devemos, ainda, compreender o surgimento do livro impresso “popular” e como foi criada a “civilização do livro”¹¹. Fizemos também breves apontamentos do livro raro como instrumento de pesquisa, fonte histórica, memória, poder, difusor de conhecimento e saber, dando ênfase ao poder subversivo do livro, como objeto de censura e, conseqüentemente, sua proibição e, até mesmo, sua destruição. Assinalamos, ainda, esclarecimentos sobre as reais origens da nossa maneira de viver e de

9 Ver em: FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

10 Ver em: MOLLIER, Jean-Yves. *A História do Livro, da Edição e da Leitura*: um balanço de 50 anos de trabalho. Tradução: Marisa Midori Deaecto. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004. p. 4. I Seminário Brasileiro Sobre o Livro e História Editorial Realização: FCRB - UFF/PPG-COM - UFF/LIHED 8 a 11 de novembro de 2004. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.

11 Lucien Febvre preferira a expressão “civilização escrita” para melhor lhe opor às sociedades que dispunham somente da oralidade – o continente africano não muçulmano antes da conquista europeia – e para fazer do livro, ao lado do jornal e da biblioteca, um dos vetores da cultura escrita. Ver em: MOLLIER, *idem*.

pensar nesses últimos séculos – séculos XV a XXI – em que a face do mundo foi transformada pelo livro impresso.

O tema abordado foi extenso para ser tratado em um capítulo, principalmente pelas diferentes categorias que o incorporaram, o que nos levou a tratar os aspectos mais gerais e relevantes para auxiliar e compreender os fenômenos relacionados à cultura do impresso. Entretanto, para que a história do livro adquira significado, foi necessário relacioná-la com o todo. Descrevê-la ao longo deste estudo não significou preencher lacunas existentes atualmente (2025). Robert Darnton destaca que os livros, quando tratados como objetos de estudo, também se recusam a ficar limitados dentro das fronteiras de uma única disciplina: “Nenhuma delas – a história, a literatura, a economia, a sociologia, a bibliografia – é capaz de fazer justiça a todos os aspectos da vida de um livro” (Darnton, 1990, p. 130).

1.1 HISTÓRIA DO LIVRO: NOVAS ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS

A história do livro, durante muito tempo, foi guiada, exclusivamente, por teorias de caráter totalizante. A partir de muitas pesquisas, análises e debates, observamos o crescimento de teorias mais locais, sem pretensões de abarcarem todo o universo textual a esse respeito e, muito menos, afirmarem generalidades¹². No entanto, ambas as vertentes coexistem e serviram neste estudo como ponto de partida para alcançarmos nosso escopo de debate. Mas afinal, o que é a história dos livros? O historiador Robert Darnton a descreve da seguinte forma:

12 Ver em: GUIMARÃES, Thayz; GONÇALVES, Márcio. *Os meios e suas implicações socioculturais nos indivíduos e na sociedade*. Ouro Preto (MG): UFOP, 2013. (Publicado durante 9º encontro nacional de História da Mídia UFOP-Ouro Preto/MG) 30 de maio a 1º junho 2013).

Histoire du livre na França, *Geschichte des Buchwesens* na Alemanha, *history of books* ou *of the book* nos países de língua inglesa – o nome varia de lugar para lugar, mas por toda parte ela está sendo reconhecida como uma “nova disciplina importante”. Até se poderia chamar de história social e cultural da comunicação impressa, se não fosse um nome tão comprido, pois sua finalidade é entender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos. Alguns historiadores do livro buscam seu objeto no período anterior à invenção do tipo móvel. Alguns estudiosos da imprensa se concentram em jornais, folhetos e outras formas além do livro. Pode-se estender e ampliar o campo de muitas maneiras, mas de modo geral ele trata de livros desde a época de Gutenberg, sendo uma área de pesquisa que se desenvolveu com tanta rapidez nos últimos anos que é provável que conquiste um lugar ao lado de campos como a história da ciência e a história da arte, no elenco das disciplinas acadêmicas” (Darnton, 1990, p. 63, grifos nossos).

Robert Darnton, pesquisador do tema que se tornou conhecido como a “nova história do livro”, ressalta acima a importância do estudo do livro e mostra que nunca se atentou tanto sobre a sua historicidade. Darnton explica que os novos historiadores do livro inseriram o tema dentro do leque de assuntos estudados pela Escola dos *Annales* de história socioeconômica. O autor destaca que esses historiadores, ao invés de se deterem em detalhes da bibliografia, “tentaram descobrir o modelo geral da produção e consumo do livro ao longo de grandes períodos de tempo” (Darnton, 1990, p. 110). Eles reuniram estatísticas a partir de solicitações de *privilèges* (uma espécie de direito de publicação), ou seja, “avaliaram o conteúdo de bibliotecas particulares e mapearam correntes ideológicas através de gêneros pouco lembrados” (Darnton, 1990, p. 110), como a *bibliothèque bleue*¹³ (biblioteca azul) que, durante mais de dois séculos (XVII – XIX), figurou como fonte indispensável à cultura popular.

Para Darnton, os historiadores do livro não se interessavam por livros raros e edições de luxo, “pelo contrário,

13 Tema que tratamos em momentos apropriados, como na página 62.

concentraram-se no tipo mais comum de livros, porque queriam descobrir a experiência literária dos leitores comuns” (Darnton, 1990, p. 110). Esses historiadores analisavam acontecimentos conhecidos, como a Contrarreforma¹⁴ e o Iluminismo¹⁵, sob um ângulo pouco conhecido, “mostrando o quanto a cultura tradicional ultrapassava a cultura de vanguarda no consumo literário de toda a sociedade” (Darnton, 1990, p. 110). Ainda que não apresentassem um conjunto concreto de conclusões, eles evidenciavam “a importância de levantar novas questões, de usar novos métodos e acrescentar novas fontes” (Darnton, 1990, p. 101-102).

Nesse sentido, além dos historiadores Henri Jean Martin, Roger Chartier, Lucien Febvre e Robert Darnton, as pesquisas sobre a nova história do livro e sua evolução estão fortemente apoiadas em obras que são consideradas clássicas, cujos alguns autores destacamos, dentre eles, Daniel Roche, Umberto Eco, Albert Labarre, Wilson Martins, Douglas Crawford McMurtrie, José Barboza Mello, José Teixeira Oliveira, Daniel Bell, Jorge Wertheim, Alvin e Heid Toffler.

De modo geral, esse tema não tem sido estudado somente pelos cursos de Biblioteconomia ou História. As ciências humanas e sociais, sob aspectos históricos, filosóficos ou sociológicos, estão em busca de um entendimento sobre as transformações ocorridas com a escrita e a evolução do livro impresso e o que mantém esse suporte por séculos¹⁶. Por outro lado, preocupam-se, também, com o fenômeno da era digital, os novos meios de comunicação, o valor da informação, e do documento como fonte de pesquisa e conhecimento. Os livros continuam, portanto, tendo seu valor

14 Ver em: FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

15 Ver em: FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994, 95 p. (Série princípios 84).

16 Ver em: CAVALCANTE, Lidia Eugenia. *Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso*. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis. n. esp., 1. sem. 2009.

material e social, especialmente aqueles que, sob o ponto de vista histórico, tornaram-se raros e valiosos.

Em meados do século XV, surgiu o livro impresso em papel, com a invenção da imprensa (os tipos móveis) pelo alemão Johann Gutenberg (1398-1468)¹⁷. Esse foi um dos acontecimentos que mudaram a história da leitura e da circulação de ideias em escala mundial e, na História do Livro, constitui um marco para a humanidade, pois, mais que uma invenção, tornou-se o aperfeiçoamento e a crescente circulação de livros no Ocidente. Segundo Chartier, “a partir do século XV, e provavelmente antes, a utilização do escrito cumpriu um papel essencial em várias evoluções maiores das sociedades ocidentais” (Chartier, 2010, p. 28). Nesse sentido, ele afirma que

a primeira foi a construção do Estado de justiça e de finanças, o qual supôs a criação de burocracias, a constituição de arquivos, a comunicação administrativa e diplomática. É verdade que os poderes desconfiaram do escrito e, de diversos modos, esforçaram-se por censurá-lo e controlá-lo. Mas é verdade também que se apoiaram cada vez mais para o governo dos territórios e dos povos, na correspondência pública, no registro escrito, na ostentação epigráfica e na propaganda impressa [sic]. As exigências novas dos processos judiciais, a gestão dos corpos e das comunidades ou a administração da prova multiplicaram assim os usos e as obrigações de escrita. O vínculo estabelecido entre experiência religiosa e usos do escrito constitui outro fenômeno essencial. Muitos são os vestígios deixados pelas escrituras inspiradas: autobiografias espirituais e exames de consciência, visões e profecias, viagens místicas e relatos de peregrinação, orações e conjurações. Em terra católica, mas não unicamente, esses testemunhos da fé não deixam de preocupar as autoridades eclesiais que se esforçam por contê-los ou, quando lhes parecem ultrapassar os marcos da ortodoxia, por proibi-los e destruí-los (Chartier, 2010, p.15).

O impacto da invenção da imprensa, que provocou muitas evoluções na sociedade, é uma das questões mais debatidas e

17 Ver em: GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. São Paulo: Record, 2001. p. 29.

conflitantes entre diversos pesquisadores da História do Livro. Segundo Chartier, a invenção de Gutenberg foi tão importante que só pode ser comparada à invenção do computador e da reprodução digital da escrita. Vejamos:

Minha primeira pergunta será a seguinte: como, na longa história do livro e da relação ao escrito, situar a revolução anunciada, mas, na verdade, já iniciada, que se passa do livro (ou do objeto escrito), tal qual o conhecemos, com seus cadernos, folhetos, páginas, para o texto eletrônico e a leitura num monitor? [...] A primeira *revolução é técnica*: ela modifica totalmente, nos meados do século XV, os modos de reprodução dos textos e de produção dos livros. Com os caracteres móveis e a prensa de imprimir, a cópia manuscrita deixa de ser o único recurso disponível para assegurar a multiplicação e a circulação dos textos (Chartier, 1994, p. 185, grifos nossos).

Chartier nomeia a invenção da imprensa de “revolução técnica”¹⁸, pois modificou os modos de reprodução dos textos e de produção do livro. Com caracteres móveis¹⁹ e a prensa, a cópia manuscrita não é mais o único recurso disponível para assegurar a multiplicação e a circulação de textos. Por isso, esse momento essencial para a história ocidental é considerado como o delimitador do “aparecimento do livro”²⁰ ou caracterizado como uma “revolução impressa”²¹. Adriana Gabriel Cerello, nesse sentido, diz que, essas “perspectivas consideram o livro impresso definidor de uma cultura original, qualitativamente diferente da cultura manuscrita que existia anteriormente” (Cerello, 2007, p. 10).

18 Ver em: CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1999, p. 96.

19 Letras separadas, bloquinhos metálicos, em geral, de chumbo usados para confeccionar as letras do alfabeto e todos os outros caracteres usados, isolada ou conjuntamente, para criar palavras, sentenças, blocos de texto, etc. Ver em: Manual de encadernação. POEFDS - Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social. [20-?], p. 33.

20 É o título do livro pioneiro sobre o tema de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, publicado em 1958.

21 Expressão usada por: EISENSTEIN, Elizabeth L., *La Révolution de l'imprimé. À l'aube de l'Europe moderne*, trad. fr., Paris, Hachette Littératures, coll. “Pluriel”, 2003. [São Paulo: Ática, 1998].

Entretanto, Chartier (1999) contesta a expressão da historiadora norte-americana, Elizabeth Lewisohn Eisenstein, quando publicou em sua obra²² a expressão *revolution of print* (revolução impressa). Para Chartier, é um abuso de linguagem falar em “revolução impressa” uma vez que “o livro existe, compreendendo também sua forma moderna, muito antes da impressão, do mesmo modo que o manuscrito não deixou de existir após o aparecimento dos incunábulo” (Chartier, 1999, p. 101). Chartier considera que, no lugar de uma “revolução do impresso”, seria conveniente falar de uma “evolução dos livros e das formas de ler”. Afirma ainda que “a imprensa não criou um objeto novo e não modificou modos de leitura como fez, por exemplo, o códice entre os séculos II e IV da era cristã” (Chartier, 1999, p. 101). Contudo, para Elizabeth Eisenstein (1979), a impressão gráfica foi uma “revolução não reconhecida”, pois seu papel como agente de mudança não foi devidamente valorizado. Chartier, entretanto, mantém que as estruturas essenciais não foram modificadas pela invenção de Gutenberg:

Por um lado, o livro impresso mantém-se fortemente dependente do manuscrito até por volta de 1530, imitando-lhe a paginação, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considerando-se que ele deve ser acabado a mão: pela mão do iluminador que pinta iniciais com ornamento ou histórias e miniaturas; a mão do corretor ou emendador, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão dos leitos [sic] que inscreve sobre a página, notas e indicações marginais. Por outro lado – e mais fundamentalmente –, tanto antes quanto depois de Gutenberg, o livro é um objeto composto por folhas dobradas, reunidas em cadernos colocados uns aos outros. Nesse sentido, a revolução da imprensa não consiste absolutamente numa “aparição do livro”. Doze ou treze séculos antes do surgimento da nova técnica, o livro ocidental teria encontrado a forma que lhe permaneceu própria na cultura do impresso (Chartier, 1999, p. 96).

22 EISENSTEIN, Elizabeth L., *La Révolution de l'imprimé. A l'aube de l'Europe moderne*, trad. fr., Paris, Hachette Littératures, coll. “Pluriel”, 2003. [São Paulo: Ática, 1998].

Asa Briggs (2006) e Peter Burke (2006) descrevem a invenção da imprensa como uma “revolução da prensa gráfica”²³ e apresentam o pensamento de Marshall McLuhan (1962) sobre a invenção da imprensa, afirmando que para ele foi “a cultura das publicações”, sugerindo ligações entre a nova invenção e as mudanças culturais do período, e que “houve a mudança do foco auditivo para o visual” (McLuhan, 1962, p. 72). Briggs e Burke criticam McLuhan por nunca especificar, no entanto, o que poderiam ser esses elos. Os autores ressaltam também o trabalho de Walter Jackson Ong²⁴, afirmando que ele “foi mais cauteloso, mas também ele acreditava nas consequências psicológicas a longo prazo das publicações” (Briggs; Burke, 2006, p. 28). Para Ong, enquanto a invenção da imprensa tem sido discutida, convencionalmente, em termos de seu valor para disseminar ideias, sua contribuição maior foi levar mais longe a mudança a longo prazo na relação entre espaço e discurso²⁵. Os autores destacam, como exemplo, o conteúdo da primeira edição de *Anatomy of Melancholy*, de Robert Burton de 1621 (2011), um índice ramista²⁶, que foi sumarizado

23 Na China e no Japão, a impressão já era praticada há muito tempo – desde o século VIII, se não antes – mas o método, geralmente, utilizado era o chamado de “impressão em bloco”: usava-se um bloco de madeira entalhada para imprimir uma única página de um texto específico. O procedimento era apropriado para culturas que empregavam milhares de ideogramas, e não um alfabeto de 20 ou 30 letras. Provavelmente por essa razão, teve poucas consequências a invenção de tipos móveis no século XI na China. No entanto, no início do século XV, os coreanos criaram uma forma de tipos móveis, descrita pelo acadêmico Henri-Jean Martin como “de uma quase alucinatória similaridade àqueles de Gutenberg”. A invenção ocidental pode ter sido estimulada pelas notícias do que havia acontecido no Oriente. BRIGGS; Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 24.

24 Filósofo e historiador nos campos cultural e religioso. Ver em: ONG, Walter Jackson. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. (Em português). [s.l.]: Papirus Editora, 1998. 223 p.

25 Ver em: ONG, Walter Jackson. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. (Em português). [S.l.]: Papirus Editora, 1998. p. 40.

26 Vem do Ramismo, doutrina do filósofo e gramático francês Petrus Ramus, forma latinizada de Pierre de La Ramée (1515-1572), que se propunha a construir uma nova lógica, oposta à lógica de Aristóteles. É um índice com várias ramificações. No índice ramista são utilizadas letras ramistas de origem greco-latina, ou por sua pseudo-etimologia ou marca de língua falada, grafia das letras estudadas em documentos antigos. Ver em: VIANA, A. R. G. *Ortografia nacional*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso, 1904.

dessa maneira (1ª edição de 1621 e 8ª edição de 1868)²⁷. Robert Burton publicava suas obras sob o pseudônimo de Demócrito Junior, edição de 1628 (Ver Catálogo).

Dessa forma, o surgimento de diagramas e a organização visual ou espacial dos livros acadêmicos do século XVI, com seus índices dicotomizados, foram destacados por Ong, para quem tudo “significavam para os olhos e nada para os ouvidos” (Briggs; Burke, 2006, p. 28), porque é impossível lê-los alto. O mesmo problema de informação projetada para os olhos pode ser mencionado nas tabelas de tempo e de astronomia, a partir do século XVI, e para as tábuas de logaritmos impressas, primeiramente, no século XVII. Tais livros eram muito caros e técnicos para interessar uma minoria da população²⁸.

Briggs e Burke também contestaram o trabalho de Elizabeth Lewisohn Eisenstein, afirmando que a historiadora sustentou um “ambicioso” estudo, “resumindo o trabalho de toda uma geração sobre o assunto” (Briggs; Burke, 2006, p. 30). Põem em questionamento, ainda, a expressão “a revolução não reconhecida”, usada por ela em relação à impressão gráfica, afirmando que seu papel como “agente de mudança”²⁹ havia sido subestimado nos levantamentos tradicionais sobre a Renascença³⁰, a Reforma Protestante³¹

27 Ver Anexos 1 e 2.

28 Ver em: BRIGGS; Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 28.

29 EISENSTEIN, Elizabeth L., *La Révolution de l'imprimé. A l'aube de l'Europe moderne*, trad. fr., Paris, Hachette Littératures, coll. “Pluriel”, 2003. [São Paulo: Ática, 1998].

30 Ver em: BURKE, Peter. *O Renascimento*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008. (Coleção Biblioteca Universal).

31 A Reforma Protestante foi um movimento reformista cristão culminado no início do século XVI por Martinho Lutero, que foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus, provocando uma revolução religiosa iniciada na Alemanha, estendendo-se pela Suíça, França, Países Baixos, Reino Unido, Escandinávia e algumas partes do Leste europeu, principalmente os Países Bálticos e a Hungria. A resposta da Igreja Católica Romana foi o movimento conhecido como Contrarreforma ou Reforma Católica, iniciada no Concílio de Trento. Ver mais em: SANTOS, Eliezer Lírio dos. *O impacto da Reforma Protestante na disseminação do livro impresso*. 2012.

e a Revolução Científica³². Trabalhando com as ideias de McLuhan e Ong, Eisenstein domesticou-as, traduzindo-as em termos que seriam aceitáveis à sua própria comunidade profissional, formada por historiadores e bibliotecários³³. Ademais, Briggs e Burke apresentam duas consequências da invenção dos impressos, enfatizadas por Elizabeth L. Eisenstein, a longo prazo:

Embora fosse cautelosa ao tirar conclusões gerais, ela enfatizou duas consequências a longo prazo da invenção dos impressos. *Em primeiro lugar*, as publicações padronizaram e preservaram o conhecimento, fenômeno que havia sido muito mais fluido na era em que a circulação de informações se dava oralmente ou por manuscritos. *Em segundo lugar*, as impressões deram margem a uma crítica à autoridade, facilitando a divulgação de visões incompatíveis sobre o mesmo assunto. Para ilustrar esse ponto, a historiadora tomou o exemplo de Montaigne, cujo ceticismo parece ter sido fruto de vasta leitura. Explicando por que Montaigne percebia maior ‘conflito e diversidade’ nos trabalhos que consultava do que os comentaristas medievais de uma era anterior”, comenta a autora, “algo deve ser dito sobre o crescente número de textos que ele tinha à mão”. Mais deveria ser dito, porém, sobre essa distinção entre “público” e “privado” — resultado de sua experiência (Briggs; Burke, 2006, p. 30, grifos nossos).

Os mesmos autores consideram que o livro de Elizabeth L. Eisenstein continua sendo uma “síntese valiosa”, porém, exagerado. Mesmo vinte anos após sua publicação, os argumentos da autora sobre as mudanças revolucionárias que se seguiram à invenção da impressão gráfica parecem exagerados, porque,

em primeiro lugar, as alterações que ela salientou aconteceram por um período de pelo menos três séculos, da Bíblia de Gutenberg à Enciclopédia de Diderot. A adaptação ao novo meio foi

32 A Reforma Protestante e a Revolução Científica foram alguns dos acontecimentos imprescindíveis do século XVI, além das Grandes Navegações, a Contrarreforma Católica e a Prensa Móvel, período em que a Europa vivencia a época conhecida como Renascimento. Ver em: MONTAIGNE, M. de. *Ensaio*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. Volume I e II. (Coleção Os Pensadores). BURKE, P. *O Renascimento*. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2008. (Coleção Biblioteca Universal).

33 Ver em: BRIGGS; Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 30.

gradual, tanto no caso de estilos de apresentação quanto no dos hábitos de leitura. Em outras palavras, como na Revolução Industrial — na visão de alguns historiadores modernos —, o que vemos é aquilo que o crítico britânico Raymond Williams chamou uma vez de uma “Longa Revolução”. Trata-se de uma questão intrigante: *será que uma revolução lenta pode afinal ser considerada uma revolução? Um segundo problema é o do agente.* Falar da impressão gráfica como agente de mudança é dar muita ênfase ao meio de comunicação, em detrimento de escritores, impressores e leitores que usaram a nova tecnologia, cada qual segundo eles próprios e diferentes objetivos. Talvez seja mais realista ver a nova técnica — como aconteceu com outros meios de comunicação em séculos posteriores (a televisão, por exemplo) — como um catalisador, mais ajudando as mudanças sociais do que as originando-as [sic]. *Em terceiro lugar, Elizabeth Eisenstein toma a impressão gráfica de forma relativamente isolada.* No entanto, para estimar as consequências sociais e culturais da nova técnica, é necessário ver a mídia como um todo, avaliar todos os diferentes meios de comunicação como interdependentes, tratando-os qual um pacote, um repertório, um sistema, ou o que os franceses chamam de “regime”, seja ele autoritário, democrático, burocrático ou capitalista (Briggs; Burke, 2006, p. 30, grifos nossos).

Elizabeth L. Eisenstein enfatiza que “a prensa criou um universo textual novo, ao passo que produziu um mundo textualmente organizado”, uma vez que “antes da prensa tudo era confuso, mas depois tudo se acertou”. A autora “acredita na padronização dos livros como advento da prensa, apresentando uma visão determinista tecnológica ao confiar totalmente no poder da máquina” (Eisenstein *apud* Guimarães; Gonçalves, 2003, p. 5). Adrian Johns (1998) concorda, parcialmente, com Elizabeth L. Eisenstein, mas destaca os usos que as pessoas fazem das máquinas e propõe que “se antes da prensa tudo era desordenado, depois dela ficou ainda pior” (Johns, 1998, p. 159).

Ainda para Johns, a invenção da prensa proporcionou a pirataria dos livros em larga escala, e os livros pirateados apresentavam qualidade muito inferior aos originais, o que resultou em falta de confiabilidade dos textos. Adrian Johns acredita que à época da invenção da prensa, o autor era a figura menos importante no processo de produção dos livros, e compositor, revisor e

editor tinham total liberdade de alterar o texto original. O papel era caro, se houvesse algum erro nos textos, as impressões erradas não seriam descartadas e o processo seguiria, naturalmente, após a revisão, ou seja, eram produzidas cópias discrepantes. Ele afirma que a prensa desencadeou um processo desestabilizador no universo textual³⁴.

A partir dos debates em torno do trabalho da historiadora Elizabeth L. Eisenstein sobre a “revolução da imprensa” ou a “revolução não reconhecida”, e com o intuito de entendermos qual sua contribuição para a história do livro e as causas de muitas críticas, fomos em busca de aportes teóricos sobre seu ponto de vista. Encontramos uma pesquisa de Edimárcia Ramos de Araújo, que defendeu, em 2013, uma dissertação de mestrado³⁵ denominada *A construção de um diálogo entre História e Comunicação na obra de Elizabeth Eisenstein*, na qual uma das suas finalidades é uma discussão dos “principais autores que se dedicaram ou se aproximaram do estudo da transição da era escrita-impresa, apresentando seus mais relevantes pontos de discussão” (Araújo, 2013, p. 64). Dessa forma, transcrevemos, do trabalho de Araújo, um trecho de uma entrevista de Elizabeth L. Eisenstein concedida ao *blog Figure/Ground Communication*³⁶, em 2010, em que ela se posiciona em relação à imprensa como uma revolução. Em resposta às críticas de Chartier e Johns, “e às de muitos outros estudiosos, de uma maneira geral, certamente é válido transcrevermos parte da entrevista de Eisenstein” (Araújo, 2013, p. 84). Assim diz a historiadora:

34 Ver em: GUIMARÃES, Thayz, GONÇALVES, Márcio. *Os meios e suas implicações socioculturais nos indivíduos e na sociedade*. Ouro Preto (MG): UFOP, 2013. (Publicado durante 9º Encontro Nacional de História da Mídia – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP/ Ouro Preto (MG) 30 de maio a 1º junho 2013). *Apud* JOHNS, Adrian. *The Nature of the Book: Print and Knowledge in the Making*. Chicago: The University of Chicago Press: 1998. p. 5

35 Mestrado na área de Comunicação. Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2013.

36 Disponível em: <http://figureground.ca/interviews/elizabeth-eisenstein/>. Acesso em: 04 jan. 2012.

Com referência à “revolução” impressa, eu tenho em mente os dois significados da palavra, em curto e longo prazo. A disseminação de novas oficinas por toda a Europa Ocidental ocorreu em tantos lugares e em tão pouco tempo que tem que ser classificada como uma mudança revolucionária. O fato de a imprensa produzir em um dia o que muitos escribas levaram anos, provocou diversos comentários. Ao mesmo tempo, isso representava apenas o início de uma “longa revolução” na produção de materiais impressos. O aumento da produção na era da prensa manual de madeira foi suficientemente notável para que os problemas de sobrecarga parecessem esmagadores para bibliotecários e estudiosos do século XVII (veja o livro de Ann M. Blair, *Too Much to know*). O aumento da produção acelerou depois do ferro e do vapor, substituindo prensas manuais de madeira, acelerou novamente após processos fotográficos, substituindo ferro e vapor, e ainda está acelerando com a disponibilidade de computadores pessoais e fotocopiadoras comerciais (Eisenstein, Elizabeth L., *Figure/ground communication*, 2010, *apud* Araújo, 2013, p. 84).

Enfim, Elizabeth L. Eisenstein declara que a grande dificuldade em se compreender as consequências da imprensa no contexto da história do livro é a negligência dos historiadores em perceber que mais importante do que descrever a repercussão e utilização dos produtos impressos na sociedade do século XV, é perceber a natureza desses efeitos, que está intimamente ligada ao meio impresso³⁷. “Além disso, os historiadores do livro são propensos a considerar as mudanças que vieram após a adoção da imprensa como relativamente insignificantes em vista de outras mudanças importantes” (Eisenstein, *apud*, 2007, p. 417).

Muitas outras pesquisas foram sendo desenvolvidas sobre a nova história do livro, destas, podemos destacar o balanço³⁸ da produção em torno da temática do livro e da leitura, apresentado

37 Ver em: ARAÚJO, Edmárcia Ramos de. *A construção de um diálogo entre História e Comunicação na obra de Elizabeth Eisenstein*. Mestrado na área de Comunicação. Brasília: Universidade de Brasília, 2013, p. 87.

38 Nesse balanço é evidenciado o caráter eurocêntrico da revisão historiográfica que se fazia, mas é preciso ponderar que o texto se inseriu em uma coleção organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora. Ver em: CHARTIER, Roger, ROCHE, Daniel. *O livro: uma mudança de perspectiva*. In: NORA, Pierre. LE GOFF, Jacques. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 99.

por Chartier e Roche em 1976, com a proposta de difundir os novos caminhos trilhados pela historiografia europeia³⁹ e, mais particularmente, a francesa. Nesse sentido, observaram os autores:

a história do livro, que pensavam, no entanto, estarem bem definidos seu objeto e seus processos, viu-se profundamente subvertida, ao menos na França, nos Países Baixos e nos países anglo-saxões, a Alemanha permanecendo um conservatório erudito da ciência bibliográfica (Chartier; Roche, 1976, 99-100).

Tal balanço historiográfico baseou-se nos progressos do método quantitativo, implicando em novas perspectivas, que se instalaram em duas maneiras de abordar o impresso: “como mercadoria produzida para o comércio e para o lucro; e como signo cultural, suporte de um sentido transmitido pela imagem ou pelo texto” (Chartier; Roche, 1976, 104). Assim, tornou-se necessário, aos historiadores do livro, ir em busca da análise econômica, utilizando o vocabulário, uma ferramenta conceitual e métodos estatísticos, possibilitando avaliar a produção, elaborando séries, além de apreciar a circulação, a reconstituição de redes e volumes de permutas⁴⁰.

Jean-Yves Mollier exemplifica essa mudança de perspectiva na história do livro a partir de dois mestres da obra *Histoire de la*

39 A Europa “moderna”, entre os séculos XV e XVIII, pode ser considerada a protagonista da descompartimentação do mundo (com os descobrimentos, as colonizações, o comércio), da revolução científica (na sua definição galilaica ou nas suas práticas experimentais) e da invenção dos direitos humanos, com a revolução inglesa de finais do século XVII e depois a francesa de 1789. Ela foi também palco de uma mudança fundamental na comunicação, através da utilização em larga escala da imprensa – ainda que não tenha sido aí que foi inventado o uso de caracteres móveis para a reprodução da escrita. Essa constatação não deve, contudo, fazer-nos cair, novamente, num eurocentrismo justamente criticado pela história comparada das civilizações, as *connected histories*, como são estudadas por Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, ou as diferentes formas da história global. Ao mesmo tempo, essas histórias na escala mundial obrigam-nos a pensar sobre as razões que fazem da Europa moderna o agente mais poderoso de uma primeira mundialização, altura em que a história própria das outras civilizações foi posta em relação pelos europeus. Ver em: MAGALHÃES, Justino. Cinco questões a Chartier. *Cadernos de História da Educação* – v. 13, n. 2 – jul./dez. 2014, p. 420-421.

40 Ver em: CHARTIER, Roger, ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: NORA, Pierre. LE GOFF, Jacques. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 104.

*lecture dans le monde occidental*⁴¹, Guglielmo Cavallo e Chartier⁴², que são historiadores do livro, mas, ao se aproximarem de seu novo tema de estudo, utilizaram os conhecimentos adquiridos anteriormente, o que os “distanciou da esfera por demais especializada segundo a orientação de pedagogos, psicólogos e especialistas em história da educação” (Mollier, 2004, p. 4). Nesse aspecto, partiu de uma filósofa especializada nessa escola (Escola dos *Annales*), Anne-Marie Chartier, e de um historiador das práticas de leitura no meio popular, Jean Hébrard, a orientação das pesquisas inseridas no grosso volume intitulado *Discours sur la lecture*⁴³, sublinhando, assim, pleno acordo com as novas formas do fazer histórico (Mollier, 2004, p. 4).

As transformações ocorridas pós-invenção da imprensa foram relacionadas por Frédéric Barbier em seu livro *História do Livro*, de 2008, que destacou a baixa do preço dos livros; uma relativa popularização do objeto; mudança interior nas práticas de leitura; reorganização do espaço gráfico (crescente complexidade da paginação, separação das palavras, pontuação etc.); passagem de uma leitura oralizada para uma leitura silenciosa (ainda que feita em voz baixa), feita consigo mesmo e para si mesmo; aumento do número de leitores potenciais; fabricação em série; alteração da relação autor/texto/leitor; diminuição dos formatos (livros de bolso), que implica em mudanças nas condições de leitura⁴⁴.

Os séculos XVI e XVII foram tempos da predominância do livro, período definido por Fritjof Capra como a “Idade da Revolução Científica”⁴⁵, pois a visão do mundo e o sistema de

41 Traduzido do francês: A história da literatura no mundo ocidental.

42 CAVALLLO, Guglielmo, CHARTIER, Roger, *Histoire de la lecture en Occident*, Paris, Seuil, 1995. *A história da literatura no mundo ocidental*. [São Paulo: Ática, vol.1: 1998; v. 2: 1999].

43 CHARTIER, Anne-Marie, HÉBRARD, Jean, *Discours sur la lecture*. 1880-2000, Paris, BPI/Fayard, 2000 [São Paulo: Ática, 1995].

44 Ver em: BARBIER, Frédéric. *História do Livro*. São Paulo: Paulista, 2008.

45 Ver em: CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1995, p. 5.

valores, que estão na base de nossa cultura, foram formulados em suas linhas essenciais nesses séculos. Ele destaca:

A perspectiva medieval mudou radicalmente neste período. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como se ele fosse uma máquina, e a máquina do mundo converteu-se na metáfora dominante da era moderna. Esse desenvolvimento foi ocasionado por mudanças revolucionárias na física e na astronomia, culminando nas realizações de Copérnico, Galileu e Newton. A ciência do século XVII baseou-se num método de investigação, defendido vigorosamente por Francis Bacon, o qual envolvia a descrição matemática da natureza e o método analítico de raciocínio concebido pelo gênio de Descartes. Reconhecendo o papel crucial da ciência na concretização dessas importantes mudanças, os historiadores chamaram os séculos XVI e XVII de a Idade da Revolução Científica (Capra, 1995, p. 49-50).

Nesse momento, surgiram diversas literaturas nacionais, demonstrando, além do florescimento intelectual da época, que a população letrada dos países europeus estava mais capacitada a adquirir obras escritas⁴⁶. Apesar disso, as pesquisas de muitos historiadores do livro se concentravam nos séculos XVII e XVIII, definidos por Chartier e Roche como “os séculos de conquista do livro”. Os autores se referem às mudanças no campo da produção editorial e a ampliação dos meios de circulação do texto impresso, destacando toda uma cultura livresca dispersa em períodos desses séculos, justificando o porquê que as reflexões sobre o lugar do livro na sociedade são apresentadas de forma cronológica, indicando novos aspectos de análise, definidos, principalmente, no “deslocamento do objeto para os meios de circulação e suas formas de consumo” (Chartier; Roche, 1976, p. 104).

Segundo Mollier, foi em reação às abordagens teóricas de caráter totalizante da história do livro, contra a narrativa

46 DENIPOTI, Cláudio. *Apontamentos sobre a história da leitura*. História e Ensino, Londrina: Universidade Estadual de Londrina/PR, n. 2, p. 81-91, 1996.

hagiográfica⁴⁷ – marcadamente bíblica e que se manteve majoritária por muitos anos – e em busca de novas perspectivas, que muitos historiadores da nova história do livro “orientaram suas pesquisas na direção da economia do livro, das técnicas de produção, das feiras, dos mercados, privilegiando os períodos remotos que a documentação existente era capaz de atingir” (Mollier, 2004, p. 2). Nesse sentido, Marisa Midori Deaecto afirma que já não era mais o livro na história e sim a história do livro:

Mas houve, de fato, uma mudança de perspectiva, que se expressou principalmente no deslocamento da análise para os meios de circulação e as formas de recepção do texto impresso, ou seja, enquanto antes se privilegiava o circuito da produção do livro, pôs-se em cena um mundo de livreiros, ambulantes, contrabandistas e uma gama ainda maior de leitores – entre muitos anônimos – que via de regra passaram a ser perscrutados em um corpo documental muito familiar aos pesquisadores de outras épocas. Além disso, tornava-se necessário ao historiador do livro considerar diferentes pontos de vista em torno de uma mesma temática. Assiste-se, então, a um diálogo mais frequente com a crítica literária, com a sociologia cultural, com os estudos bibliográficos – ou “bibliografia material”, nos termos dos autores – para citar os exemplos mais evidentes no texto em análise (Deaecto, 2013, p. 3, grifos do autor).

Nessa perspectiva, encontramos os trabalhos de Darnton, que passou a utilizar com abundância as fontes emanadas diretamente da *Société Typographique de*

47 A narrativa hagiográfica pode ser tomada como expressão de deveres de memória: a) da Igreja em relação aos santos e santas, pois eram a garantia que seus exemplos de vida não seriam esquecidos, aliás seriam imitados e, portanto, perpetuados; b) da comunidade de fiéis em relação a santos e santas, pois o acesso às histórias de vidas santificadas, impunha aos fiéis modelos de comportamento que deveriam reger suas vidas; e, c) da comunidade de fiéis em relação à Igreja, pois a hagiografia era, também, uma narrativa que adequava a vida do santo ou santa às normas e regras eclesiais, sendo assim, uma forma de educar o povo no catolicismo. Ver em: SANTOS, Márcia Pereira dos, DUARTE, Teresinha Maria. *A escrita hagiográfica medieval e a formação da memória dos santos e santas católicos*. Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010.

Neuchâtel - STN⁴⁸, que, segundo ele, possui cinquenta mil cartas em seus arquivos. Dentre estas, existem cartas de autores, vendedores de livros, fabricantes de papel, transportadores, contrabandistas, condutores de carroça, compositores e tipógrafos. Ele destaca que analisou “cartas ilegíveis escritas por pessoas tão iletradas que elas tinham que ser vocalizadas e lidas em voz alta a fim de serem compreendidas” (Darnton, 1998, p. 157). Darnton enfatiza, ainda, que encontrou “cartas que revelavam toda uma comédia humana por detrás dos livros” (Darnton, 2008, p. 157).

Darnton lembra que o tipo mais interessante de história que havia em 1965 era conhecido como *history from bellow*, ou seja, história vista de baixo. Ele esclarece que “tratava-se de uma tentativa de recapturar as experiências de pessoas ordinárias, especialmente aquelas que ocupavam os setores mais pobres e de menor *status* na sociedade, e ver o passado a partir de sua perspectiva” (Darnton, 2008, p. 157). Ele constata que “elas jamais haviam sido mencionadas nos livros de História, a não ser como ‘massas’ sem rosto chamadas a fazer revoluções ou a morrer de fome em momentos apropriados na narrativa” (Darnton, 2008, p. 157). Para Darnton, os arquivos em Neuchâtel,

(...) abriram a possibilidade de fazer com homens e mulheres obscuros no mundo dos livros do século dezoito, aquilo que E. P. Thompson, Richard Cobb, Georges Lefebvre e George Rudé haviam feito para os trabalhadores, camponeses e *sans-culottes*. Até mesmo a história intelectual, então pensei, poderia ser estudada a partir de baixo. Autores na Rua Grub mereciam

48 A Sociedade Tipográfica de Neuchâtel – STN (Suíça), uma célebre editora suíça que funcionou entre 1769 e 1794, foi fundada em 1769 por Frederick Samuel Webster (1713-1795). Seus arquivos são considerados uma fonte representativa para o estudo da história do comércio de livro e divulgação de ideias no final do Iluminismo. Em 2012, com o objetivo de mapear o comércio da sociedade tipográfica de Neuchâtel, foi desenvolvido um projeto usando base de dados *on-line*. O projeto fornece um recurso de fácil utilização para uso de acadêmicos, professores e estudantes da literatura francesa e história, história do livro, o Iluminismo e bibliografia em geral. Esse recurso foi lançado, publicamente, e em 25 de junho de 2012 e está disponível, gratuitamente, no site: http://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&hl=pt-BR&prev=search&rurl=translate.google.com.br&sl=en&u=http://fbtee.uws.edu.au/main/&usg=ALkJrhj1_vqRVQi64-uG4IpG0TpbFhjJA.

consideração na mesma proporção que filósofos famosos. Eu ainda acho essa perspectiva válida, apesar de também achar que o passado deveria ser estudado desde cima, desde as margens, desde qualquer ângulo possível (Darnton, 2008, p. 157).

Jim Sharpe, em seu estudo sobre *A História Vista de Baixo*⁴⁹, destaca, também, os trabalhos de Carlo Ginzburg, Emmanuel Le Roy Ladurie e outros, “partindo de pontos diferentes e tendo em vista objetivos históricos diferentes, foram todos capazes de demonstrar como a imaginação pode interagir com a erudição, para ampliar nossa visão do passado” (Sharpe, 1992, p. 59). Ele ressalta que o trabalho desses e de outros historiadores mostrou como a “imaginação histórica pode ser aplicada não somente para estruturar novas conceituações sobre a temática da história, mas também para questionar de outra forma os documentos e fazer coisas diferentes com eles” (Sharpe, 1992, p. 59). O autor descreve que, desde medievalistas tentando reconstruir a vida das comunidades históricas até historiadores orais, registrando e descrevendo a vida das primeiras gerações no século vinte, os historiadores que trabalham com essa visão de baixo mostraram como o uso imaginativo da fonte pode esclarecer muitas áreas da história, que de outra forma, poderia se supor estarem mortas e condenadas a permanecer na escuridão (Sharpe, 1992, p. 59).

A combinação de ideias e de opiniões, às vezes contrárias ou às vezes consensuais, que se formou sobre as novas abordagens historiográficas do livro e as várias vertentes multidisciplinares refletiram o trabalho de cientistas⁵⁰ sociais das mais diversas

49 SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1992. p. 59.

50 Autores como Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Paul Ricoeur expressaram, em suas obras, diferentes formas conceituais e metodológicas de reflexão, influenciando estudiosos das mais diversas disciplinas. Esses estudiosos incorporaram a sociologia, a história literária, a epistemologia das ciências e a filosofia nas suas maneiras de produzir história do livro e da leitura. Ver em: BESSONE, Tânia. *A história do livro e da leitura: novas abordagens*. São Paulo: USP. Floema. Ano III, n. 5, p. 97-111, out., 2009.

áreas, demonstrando a existência de constantes debates que colaboraram para ampliar os estudos centrados na história do livro e possibilitando a criação de novas formas do fazer historiográfico.

1.2 LIVRO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Existem muitos conceitos para o que chamamos de livro. Essencialmente, ele consiste em um registro gráfico de informações, não periódico, capaz de ser estudado ou interpretado e com profunda significação cultural. Segundo Arlindo Machado, podemos definir o livro numa acepção mais ampla, como sendo “todo e qualquer dispositivo através do qual uma civilização grava, fixa, memoriza para si e para a posteridade o conjunto de seus conhecimentos, de suas descobertas, de seus sistemas de crenças e os vãos de sua imaginação” (Machado, 1994, p. 201-214).

Ou num contexto mais moderno, segundo palavras do próprio Febvre, o livro, “é o instrumento mais poderoso de que pode dispor uma civilização para concentrar o pensamento disperso de seus representantes e conferir-lhe toda a eficácia, difundindo-o rapidamente no tecido social, com um mínimo de custos e de dificuldades” (Febvre; Martin, 1992, p. 15). Sua função primordial é “conferir [ao pensamento] um vigor centuplicado, uma coerência completamente nova e, por isso mesmo, um poder incomparável de penetração e de irradiação” (Febvre; Martin, 1992, p. 15).

Na década de 1960, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO considerou o livro “uma publicação impressa, não periódica, que consta de no mínimo 56 páginas, sem contar as capas” (UNESCO, 1960, p 10). A Enciclopédia Barsa (1978) traz no verbete “livro”, formalmente, segundo acepção moderna, como uma “reunião de páginas de papel, em geral retangulares e protegidas na frente, nas costas e no dorso por capa de material durável” (Barsa,

1978, p. 348). Nesse sentido, qualquer agrupamento de páginas escritas, mais ou menos ordenadas, pode ser considerado livro.

Para Karin Kreismann Carteri, o livro é “disseminador de informações, tanto de caráter científico e intelectual como artístico e cultural, perecível enquanto suporte, e é um dos elementos passíveis de tombamento como patrimônio histórico-cultural” (Carteri, 2005, p. 20). Como tal, precisa ser preservado sob seu aspecto físico e, também, enquanto meio de comunicação, podendo ser considerado patrimônio relevante para a cultura e objeto representativo da evolução intelectual do homem. As manifestações gráficas, ao longo da história da humanidade, passaram por diversos estágios até chegar à forma atual do livro, e a evolução desses processos reflete características socioeconômicas e culturais de suas épocas⁵¹.

1.3 LIVRO E ESCRITA: AS TRANSFORMAÇÕES MATERIAIS DOS SUPORTES

A história da impressão pode ser escrita de diferentes maneiras, sendo “perfeitamente legítimo” se dedicar, por exemplo, ao estudo, apenas, das aparências físicas desse objeto a que chamamos de livro. Esta abordagem nos leva a observar as “transformações materiais dos suportes” sobre os quais o homem começou a escrever⁵². O homem propagou sua cultura, registrando as suas ideias por meio de imagens e escritas nos mais diversos suportes e formatos, seja através de textos literários, reproduzindo fatos históricos, religiosos, pesquisas científicas ou apenas

51 Ver em: MESQUITA, Isabel Chaves Araújo, CONDE, Mariana Guedes. *A evolução gráfica do livro e o surgimento dos e-books*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luís, MA – 12 a 14 de junho de 2008

52 Ver em: MOLLIER, Jean-Yves. *A história do livro e da edição um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX*. Tradução de Clara Furtado Lins. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 42: p.521-537, jul/dez 2009. p. 522.

entretenimento⁵³. Tudo isso se justifica porque a escrita surgiu da necessidade de registrar as experiências do homem, seu conhecimento adquirido, bem como seus sentimentos⁵⁴.

Rosiane Lúcia Ribeiro destaca que o homem utilizou vários suportes encontrados na natureza como forma de registrar sua escrita, “como a argila, ossos, conchas, marfim, folhas de palmeiras, bambu, metal, cascas de árvores, madeira, couro, papiro, velino, pergaminho, seda e, finalmente, o papel” (Ribeiro, 2009, p. 17). Esses, ou melhor, alguns desses materiais históricos produzidos e deixados pelo homem no decorrer da sua existência foram preservados ao longo do tempo como documentos da história do homem, possibilitando a criação de uma identidade cultural e, como tal, devem ser conservados como patrimônio histórico e cultural para as gerações futuras. De acordo com Douglas Crawford McMurtrie, “o homem empregou sempre e em toda a parte o material mais conveniente para escrever” (McMurtrie, 1965, p. 28 *apud* Silva, 2013, p. 30).

Ribeiro (2009) aponta que, com a necessidade de um novo suporte para a escrita, os egípcios buscaram na própria vegetação do Egito tal suporte, mais precisamente, nas plantas às margens do Rio Nilo, o papiro, planta aquática, com fibras resistentes e flexíveis na parte inferior do talo, que, unidas em lâminas, serviam de superfície própria para a escrita⁵⁵. Essa planta representou para os

53 RIBEIRO, Rosiane Lúcia. *O futuro do livro: o eletrônico como um contraponto do impresso*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, 2009.p. 17.

54 Ver em: WALTY, Lara Camargos; FONSECA, Maria Nazaret Soares; CURY, Maria Zilda Ferreira. *Palavra e Imagem: leituras Cruzadas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 16.

55 Ver em: RIBEIRO, Rosiane Lúcia. *O futuro do livro: o eletrônico como um contraponto do impresso*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos Dos Goytacazes, 2009, p. 17.

egípcios o suporte da escrita hieroglífica⁵⁶, veículo de transmissão do conhecimento e da sensibilidade do homem da época. Devido a sua importância, era comum o papiro ser reciclado: “raspava-se a tinta e reutilizava-se o papiro para novos desenhos ou nova escrita” (Ribeiro, 2009, p. 17).

O rolo ou *volumen*⁵⁷ de papiro possibilitou o registro das primeiras obras consideradas literárias, atravessando os séculos e levando a cultura do Egito a outros povos, oferecendo ao homem a oportunidade de realizar o seu maior desejo: a comunicação e o diálogo⁵⁸. Esse rolo de papiro escrito com hieróglifos serviu como suporte para a escrita durante vários séculos. Exemplo disso é o *Livro dos Mortos* de Hunefer⁵⁹ ou *Livro do Sair à Luz*, datado de cerca de 1.375 a. C, que é uma coletânea de textos e hinos religiosos do antigo Egito, escrita, em sua maior parte, em rolos de papiros e colocada nos túmulos junto das múmias, com a principal função de ajudar o morto em sua viagem para o outro mundo, garantindo-lhe uma passagem segura na viagem para o além, nos ritos da Tumba (Ver Catálogo).

No entanto, alguns fatores causaram sua substituição, dentre eles, a dificuldade no processo de leitura dos textos mediante

56 A escrita egípcia hieroglífica, que vem do termo “hieroglífico” é uma transcrição parcial do grego *hieroglyphikà grámmata*, derivado de *hierós* = “sagrado”, *glyphēin* = “esculpir”, e *grámmata* = “letras” – “letras sagradas esculpidas”. De acordo com Olson, “a escrita hieroglífica egípcia, desenvolvida por volta de 3100 a.C., empregava um sistema semelhante ao da cuneiforme. Embora não tenha evidência de que essa escrita tenha se originado na Babilônia”. (Olson 1997, p.96). Wilson Martins ressalta que “a escrita hieroglífica é a escrita monumental, que se prolonga até ao terceiro século da nossa era, tendo sofrido poucas modificações em sua longa existência, superior a três milênios” (Martins, 1998, p. 46).

57 Os rolos, chamados, em latim, *volumen*, eram lidos horizontalmente, da esquerda para a direita. A sua forma pressupunha uma postura do leitor radicalmente diferente daquela que hoje nos é familiar: as duas mãos ficavam ocupadas com a tarefa de desenrolar e segurar o rolo; a porção de texto visível a cada momento de leitura era relativamente pequena e a operação de avançar ou recuar no texto para relembrar certas frases ou comparar trechos distantes não era cômoda. Ver em: BELO, André. *História e Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

58 Ver em: BENÍCIO, C. D. *Do livro impresso ao e-book: paradigma do suporte na Biblioteca Eletrônica*. João Pessoa: UFP, 2003, p. 25.

59 Hunefer foi um escriba da XIX dinastia; a cópia do *Livro dos Mortos* encontrada em sua tumba é datada de cerca de 1.375 a. C.

o desenrolar; a escassez natural dessa matéria-prima, ampliada pelas guerras desse período, que dificultavam sua importação; e, em razão da necessidade de registrar suas ideias, foi sendo substituído pouco a pouco pelo pergaminho⁶⁰. O pergaminho – do grego *pergaméne* e do latim *pergamina* ou *pergamena* – deriva do nome da cidade onde foi fabricado pela primeira vez, ou seja, Pérgamo⁶¹, cidade grega localizada no noroeste da atual Turquia⁶². Feito de pele de animais, geralmente de cabra, carneiro, cordeiro, ou ovelha, tornou-se o principal suporte de escrita durante quase toda Idade Média. Era um material mais resistente, fino e durável que o papiro, além de permitir a escrita dos dois lados. O pergaminho podia ser lavado ou lixado, o que permitia escrever diversas vezes⁶³. No início, era usado em forma de rolo para registro dos textos. Wilson Martins observa que

O pergaminho foi sempre material de preço elevado. Essa circunstância explicaria, segundo os autores, o fenômeno dos palimpsestos, isto é, manuscritos em que o texto primitivo foi raspado, a fim de servir novamente para a escrita. Pensou-se durante muito tempo que esse hábito resultava das intenções piedosas dos monges copistas, que apagavam textos pagãos para inscrever em lugar deles orações e meditações religiosas (Martins, 1998, p. 67).

Desse modo, até o século IV, o suporte da escrita, que era feita em rolos, foi sendo substituído por livros com formato parecido com o atual, que eram denominados *códice* - palavra proveniente do latim *códex* ou *liber quadratus* (livro quadrado). Ribeiro

60 Ver em: BENÍCIO, C. D. *Do livro impresso ao e-book: paradigma do suporte na Biblioteca Eletrônica*. João Pessoa: UFP, 2003, p. 25.

61 A antiga cidade grega que se situava na Mísia, no noroeste da Anatólia. Seu nome antigo era Teutrania. Hoje em dia, localiza-se na região norte e oeste da moderna cidade de Bergama, na Turquia.

62 Ver em: Glossário da terminologia do livro. Disponível em: <http://tipografos.net/glossario/pergaminho.html> Acesso em 01 de maio de 2015.

63 Ver em: RIBEIRO, Rosiane Lúcia. *O futuro do livro: o eletrônico como um contraponto do impresso*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos Dos Goytacazes, 2009, p. 17.

explica que o códice era “feito por meio da costura pelo vinco, sem que as folhas rasgassem ou se desgastassem pelo manuseio, diferenciando-se dos atuais no tamanho, pois eram muito grandes” (Ribeiro, 2009, p. 17). Os códices possuíam as seguintes vantagens operacionais: não era preciso mais desenrolar todo o suporte para encontrar alguma informação e os dois lados poderiam ser utilizados. Entretanto, uma das desvantagens do códice era o manuseio e o transporte, que o tornavam inviável, e o custo, pois o livro era caro, decorrente do preço do suporte, e para confeccionar um livro era preciso grande quantidade de pergaminho, sendo um material dispendioso. Para Ribeiro, uma consequência fundamental do códice “é que ele faz com que se comece a pensar no livro como objeto, identificando definitivamente a obra com o livro, pois esse baseava-se nas mesmas estruturas fundamentais dos códices” (Ribeiro, 2009, p. 17).

Chartier destaca que os códices se pareciam muito com o livro moderno (2025), porque “consistiam de três ou quatro folhas de pergaminho dobradas de modo a formar cadernos, que eram então costurados, formando um livro” (Chartier, 2010, p. 8-9). Para ele, a invenção da imprensa não modificou as estruturas fundamentais do livro, composto, tanto depois como antes de Gutenberg, por cadernos, folhetos e páginas, reunidos em um mesmo objeto. Sobre essa questão, Chartier relata que,

Nos primeiros séculos da era cristã, a forma nova do livro, a do codex, se [*sic*] impôs em detrimento do rolo, porém, não foi acompanhada por uma transformação da técnica de reprodução dos textos, sempre assegurada pela cópia manuscrita. E se é verdade que a leitura conheceu várias revoluções, reconhecidas ou discutidas pelos historiadores, essas ocorreram na longa duração do codex: assim as conquistas medievais da leitura silenciosa e visual, o furor de ler que tomou conta do século das Luzes, ou então, a partir do século XIX, o ingresso maciço na leitura de recém-chegados: os meios populares, as mulheres e, dentro ou fora da escola, as crianças (Chartier, 2010, p. 8-9).

Durante milhares de anos, entretanto, os livros foram escritos a mão com pincéis, penas feitas de bambu ou penas de aves⁶⁴. Segundo a Enciclopédia Delta Universal, para se escrever um livro grosso, gastavam-se semanas e meses. Nunca um livro era precisamente igual ao outro. Não havia, ainda, um “sistema de livros impressos, esta etapa, dos livros impressos, tem um período de coexistência com os livros feitos a mão, a transição se deu durante um período de 3 a 4 séculos” (Enciclopédia Delta Universal, 1980, p. 4865). Até o século XV, os livros eram somente manuscritos e, portanto, raros. Confinados aos mosteiros, durante o começo da Idade Média, e existindo numa sociedade em que a maioria era analfabeta, servia, exclusivamente, a uma pequena minoria de sábios e estudiosos que constituíam os círculos intelectuais e tinham acesso às bibliotecas, cheias de manuscritos ricamente ilustrados⁶⁵.

Nos mosteiros cristãos, durante a Idade Média, eram mantidas bibliotecas com muitos pergaminhos e, nos *scriptoria* (escritórios monásticos), os monges letrados dedicavam-se à cópia de manuscritos, devendo-se a esta atividade monástica a sobrevivência dos textos clássicos da cultura grega e latina no Ocidente, principalmente à época do Império Bizantino⁶⁶. O *Metropolitan Museum de Nova Iorque* guarda em seu acervo o precioso *Saltério Bizantino*, fabricado em aproximadamente 1100 e feito de pergaminho folhado a ouro e tinta, e contendo uma representação de Maria (*Hagiosoritissa*). Os saltérios tinham um papel significativo dentro da liturgia da Igreja Bizantina e eram instrumentos importantes de alfabetização dessa sociedade (*Ver Catálogo*).

64 Ver em: *Enciclopédia Delta Universal*, v. 9, Rio Janeiro: Delta, 1980. p.4865.

65 Ver em verbete “livro” da Enciclopédia Abril (1972), publicada pelo editor e empresário Victor Civita.

66 Ver em: Glossário da terminologia do livro. Disponível em: <http://tipografos.net/glossario/pergaminho.html> Acesso em 01 de maio de 2015.

Wilson Martins explica que “com maior ou menor interesse profano, com maior ou menor penetração leiga, são os mosteiros que salvam para o mundo moderno a riqueza literária da antiguidade” (Martins, 1998, p. 83). Inúmeros códices foram escritos sobre o pergaminho, tornando-se o suporte mais usado para o livro manuscrito e para muitos outros documentos. A partir do século XIII, o pergaminho começou a ser substituído pelo papel⁶⁷. Portanto, com o advento da prensa, praticamente só o papel constituía material de escrita perfeito para a multiplicação da palavra escrita por um sistema financeiramente econômico. Desse modo, o pergaminho desapareceu, exceto em atos cerimoniais e oficiais, como apresentações, diplomas, títulos, transferências de propriedade, escrituras, entre outros⁶⁸.

1.4 DO MANUSCRITO À CULTURA DO IMPRESSO: UMA GRANDE TRAJETÓRIA

O método lento de copiar livros foi sendo modificado pela descoberta decisiva para a popularização do livro e da cultura, isto é, por meio da invenção da imprensa, modificando a história da leitura e da circulação de ideias em escala mundial. O surgimento do livro impresso em papel possibilitou, com o tempo, o aumento do número de leitores e interessados nos livros. Os livros eram objetos de circulação limitada. Possuir e ler um livro era um privilégio dos afortunados, ou seja, aqueles de elevado *status* social⁶⁹.

Há relatos que os primeiros livros impressos foram produzidos na China há cerca de mil anos. Os tipos utilizados eram feitos

67 Ver em: Glossário da terminologia do livro. Disponível em: <http://tipografos.net/glossario/pergaminho.html> Acesso em 01 de maio de 2015.

68 Ver em: FISCHER, Steven Roger, *História da leitura*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 192.

69 Ver em: FISCHER, Steven Roger, *História da leitura*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 206.

de barro cozido e a impressão sobre o papel⁷⁰, material que os chineses também já haviam inventado. Esses livros eram parecidos com os atuais (2025), mas nada indica que tenham sido levados à Europa antes da invenção da imprensa no Ocidente⁷¹. O livro impresso mais antigo que se conhece é o *Sutra de Diamante* (*Ver Catálogo*), produzido na China no ano 86 e confeccionado com sete folhas coladas que formam uma tira de 4,90m. Esse livro encontra-se na Biblioteca Britânica, em Londres⁷².

Com o aparecimento da imprensa na Europa, o papel começou a ser utilizado em grande escala. A utilização do papel, mais do que qualquer outra coisa, contribuiu para o grande êxito da imprensa, esta, por sua vez, universalizou o seu emprego⁷³. Para Febvre e Martin, a influência que o papel e a imprensa exercem uma sobre a outra é tão importante que “a invenção da imprensa teria sido inoperante se um novo suporte do pensamento, o papel [...] não tivesse feito a sua aparição na Europa, dois séculos antes, para ser de uso generalizado e corrente no final do século XIV” (Febvre; Martin, 1992, p. 32). Para José Barboza Mello, a imprensa foi fundamental para o sucesso do papel. “Com o advento da imprensa e a difusão do livro, no Ocidente, o papel encontrou aquele destino glorioso [...] pela notável e efetiva contribuição ao

70 Inventado na China, no ano 105 d. C, teve sua rota de expansão seguida através da Ásia até o Ocidente pelos mesmos caminhos seguidos anteriormente pela rota da seda e, a partir de Samarcanda, sua expansão chegou à Europa, graças à cultura islâmica. A partir da Europa, chegou à América. O papel tornou-se tão comum em nossas vidas que raramente nos questionamos sobre o fato de que esse material, comumente usados tanto como suporte para escrita, para a impressão de livros, periódicos etc., como também para incontáveis e diversos usos, protagonize um processo histórico de cerca de 2.000 anos. Assim sendo, o papel significou uma autêntica revolução para o desenvolvimento e a expansão do conhecimento, pois facilitou o acúmulo e a comunicação do saber. SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Camila França. *Manual Técnico de Preservação e Conservação: Documentos Extrajudiciais* C N J. Rio de Janeiro: FBN, 2011.

71 Ver em: *Enciclopédia Delta Universal*, v. 9, Rio Janeiro: Delta, 1980, p.4865.

72 Essa impressão com madeira (xilografia) foi conhecida na Europa pelas informações de Marco Polo. Em razão disso, alguns pesquisadores entendem que J. Gutenberg havia tomado conhecimento dessa técnica e a aprimorado. Ver mais: *Enciclopédia Delta Universal*, v. 9, Rio Janeiro: Delta, 1980, p.4865.

73 Ver: McMURTRIE, 1965, p. 70.

progresso da humanidade” (Mello, 1972, p. 102). McMurtrie afirma que não há na história da cultura humana um acontecimento que tenha a importância do invento da prensa dos tipos móveis:

Seria preciso um volumoso livro para apresentar, mesmo em esboço, as repercussões desta *[sic]* invenção em todos os campos da iniciativa e experiência humana ou para descrever os seus resultados na libertação do espírito da humanidade dos grilhões da ignorância e da superstição (McMurtrie, 1997, p. 159).

O livro copiado à mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg, “até os séculos XVIII, e mesmo o XIX, pois os textos proibidos, cuja existência devia permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra” (Chartier, 1998, p. 9). Mesmo com a transformação do texto copiado à mão em formato impresso, havia resistência por parte dos copistas, pois “o livro impresso afetaria sua profissão, principalmente por que os textos religiosos eram quase que, exclusivamente, mantidos em bibliotecas dos mosteiros” (Chartier, 1998, p. 9). A partir da difusão e popularização, o livro começou a sair dos muros dos mosteiros para as instituições de ensino, atingindo novos leitores, como os populares – camponeses, artesãos, comerciantes, mulheres e crianças – além dos consagrados religiosos e letrados. O livro passou a ser considerado um instrumento de libertação do homem, beneficiando e possibilitando o acesso ao conhecimento das pessoas menos favorecidas.

Chartier explica que o custo do livro diminuiu através da distribuição das despesas pela totalidade da tiragem, muito modesta, aliás, entre mil e mil e quinhentos exemplares. Ele destaca que a transição da cultura do manuscrito para a cultura do impresso representou uma revolução em si, com o barateamento na produção, reprodução e distribuição do livro. Isso, porém, não significa que sua aceitação tenha sido automática e indolor, na medida em que permanecia muitas desconfianças perante o livro

impresso, podendo romper a familiaridade entre o autor e seus leitores, bem como adulterar a conformidade dos textos, colocando-os em mãos ‘mecânicas’ e nas práticas do comércio⁷⁴.

Esse entendimento também é compartilhado por Darnton em seu livro, *A questão dos livros: passado, presente e futuro*, no qual cita a dificuldade dos leitores do século XV ao se confrontarem com textos impressos, exemplificando, através de um trecho da carta de Nicolò Perotti – um classicista italiano – escrita para Francesco Guarneiro, em 1471, menos de vinte anos depois da invenção de Gutenberg, que diz:

Meu caro Francesco, venho elogiando a época em que vivemos por conta da dádiva grandiosa, realmente divina, do novo tipo de escrita que há pouco nos foi trazido da Alemanha. Vi um único homem imprimir num único mês tanto quanto poderia ser manuscrito por diversas pessoas num ano [...]. Por este motivo, fui levado a crer que em pouco tempo contaríamos com uma quantidade tão vasta de livros que obra alguma seria impossível de obter por conta de raridade ou falta de recursos [...]. Percebo, contudo — oh, esperanças falsas e tão humanas —, que as coisas tomaram um rumo bem diferente do que eu imaginava. Como agora qualquer um é livre para imprimir o que bem desejar, em geral desconsideram aquilo que é melhor e escrevem, meramente para se divertir, aquilo que ficaria melhor se fosse esquecido ou, melhor ainda, apagado de todos os livros. E, mesmo quando escrevem algo digno, distorcem e corrompem aquilo até um ponto em que bem melhor seria não dispor de tais livros em vez de ter mil exemplares espalhando falsidades pelo mundo todo (Darnton, 1990, p. 13).

Nicolò Perotti, ao mesmo tempo em que exalta as maravilhas do novo tipo de escrita, teme as consequências com a expansão do livro impresso, visto que a rapidez e a quantidade em detrimento da qualidade, tornaria a invenção da imprensa, notadamente, um empreendimento capitalista. Ele demonstra, na carta, a dificuldade em assimilar as mudanças ocorridas com

74 Ver em: CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 9. FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. 1992, p. 15.

a transição da cultura do manuscrito para a cultura do impresso.

As obras impressas, tipograficamente, na Europa, do século XV até o século XVI, foram denominadas de incunábulo, termo proveniente do latim *incunabulum* (berço), conforme abordado anteriormente. Desse período em diante, utilizou-se o termo conhecido, livro⁷⁵. De acordo com Febvre e Martin, os incunábulo apresentam exatamente o mesmo aspecto dos manuscritos, porque, no período inicial da imprensa, “os impressores imitavam fielmente a escrita dos manuscritos e utilizavam grupos de letras ligadas entre si pelas mesmas ligaduras da escrita manuscrita” (Febvre; Martin, 1992, p. 15). Eles destacam que “as iniciais dos livros impressos são rubricadas à mão pelos calígrafos e iluminadas pelos mesmos artistas que trabalham [*sic*] para os manuscritos” (Febvre; Martin, 1992, p. 15). Segundo os autores, um leigo não conseguiria distinguir um livro impresso de um manuscrito.

Nesse contexto, o primeiro exemplar impresso foi a Bíblia, inaugurando a era do livro manufaturado industrialmente. A *Bíblia de Mogúncia*, também denominada como *a Bíblia de Gutenberg*, é considerada o incunábulo mais importante, pois marca o início da produção em massa de livros no Ocidente⁷⁶ (Ver Catálogo). Diante do valor da Bíblia como o primeiro livro impresso e as consequências da sua popularização, apresentamos nosso objeto de estudo que marca, especificamente, esse período do surgimento do livro impresso, a saber, dois incunábulo, *O Livro de Vita Christi* (edição fac-similar de 1495), da BC/Unimontes (Ver Catálogo), e a *Bíblia de Mogúncia*, datada de 1462, da Biblioteca Nacional Brasileira. Tais fontes históricas foram exploradas no terceiro capítulo deste trabalho.

75 Ver em: MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Ática, 1996. p 157; McMURTRIE, Douglas C. *O livro: impressão e fabrico*. Trad. Maria Luísa Saavedra Machado. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [198-?], p. 325.

76 Ver em: GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. São Paulo: Record, 2001.

1.5. LIVRO POPULAR: DO SURGIMENTO À EVOLUÇÃO DO IMPRESSO

A partir do aperfeiçoamento da imprensa, a xilogravura (Anexo 3) – processo de gravação em relevo que utiliza a madeira como matriz e possibilita a reprodução da imagem gravada sobre papel ou outro suporte adequado⁷⁷ – foi uma das características dos incunábulos, que ganhou mais espaço na ilustração de livros de todos os tipos, facilitando o entendimento também das classes populares.

Surgiram muitos livros de viagens ou de ensinamentos práticos. Mas, ainda predominavam os livros religiosos sobre a história de Jesus, de Maria e dos Santos sob influência da Igreja medieval, ou seja, o tema religioso marcava a construção do fazer artístico⁷⁸. A difusão do livro impresso provocou um crescimento do uso da gravura, e muitos mestres da xilogravura foram solicitados para gravar tipos e ilustrar os livros, entre eles, destacam-se grandes pintores e gravadores, como os alemães Albrecht Dürer (1471-1528) e Hans Holbein (1497-1543), e o holandês Antoon van Dick (1599-1641)⁷⁹. A expansão dos textos ilustrados e os números de escritores aumentando a cada dia provocaram o surgimento de muitas obras em línguas que não o latim e o grego.

A partir do século XVI, ocorreu a “dessacralização do livro”,⁸⁰ e sua trajetória só se consolidaria no século XIX, consequências das “facilidades de impressão trazidas pela prensa tipográfica, do surgimento de um público leitor além do clero e nobreza e a disseminação de obras menos luxuosas e em pequeno formato”

77 Ver mais Anais da Biblioteca Nacional, vol. 123, 2003.

78 Ver mais Anais da Biblioteca Nacional, vol. 123, 2003.

79 Ver em: MELLO, José B. Síntese histórica do livro. Rio de Janeiro: Leitura, 1972, p. 108.

80 Expressão usada por Lucien Febvre e Henri-Matin para explicar as transformações ocorridas com o advento da imprensa. Ver em: FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. 1992, p. 130-131.

(Febvre; Martin, 1999, p. 130-131). Dessa forma, populariza-se o uso do livro, uma vez que deixou de ser “consultado/lido apenas nas bibliotecas dos monastérios e universidades” (Febvre; Martin, 1999, p. 130-131), podendo ser transportado para qualquer lugar. O custo baixo dos livros contribuiu com a constituição de bibliotecas particulares pelas “classes burguesas”. Ao mesmo tempo, livros piedosos e de horas alcançavam um público significativo para os padrões da época, também consumidor de literatura popular.

Os efeitos da cultura escrita, cuja propagação de ideias influenciou muito o mundo ocidental, foi marcado no século XVIII, entre os anos de 1751 e 1765, com a publicação da famosa *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*⁸¹, 1751, em 35 volumes (Ver Catálogo), produzida por Denis Diderot (1713-1788) e Jean Baptiste Le Rond D'Alembert (1717-1783), e que consagrou o pensamento de nomes como Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778) e Montesquieu (1689-1755). A obra tinha o objetivo de despertar a consciência política e transmitir o conhecimento. “A *Encyclopédie* elogiava pensadores protestantes e desafiava os dogmas da Igreja Católica Romana” (Nobre, 2007, p. 34-46). Foi considerada também um vasto *compendium*⁸² das tecnologias do período, com a intenção que compendiaría o

81 D'ALEMBERT, Jean, DIDEROT, Denis, *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers par une société de gens de lettres*, Paris, 1751. Em 1751, foi lançado o primeiro volume da *Encyclopédie*, ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Projetada inicialmente para ser a tradução das obras inglesas *Lexicon technicum*, de John Harris, e *Cyclopædia*, de Chambers, a Enciclopédia Francesa mudou de rumo logo no prefácio, quando Diderot e D'Alembert resolveram apresentar um novo e revolucionário conceito de enciclopédia. Esse novo modelo enciclopédico ganhou a simpatia de muitos, no entanto, trouxe, também, problemas religiosos e políticos que levaram à proibição da obra quando ainda haviam sido publicados somente sete volumes. Em 1758, D'Alembert abandona a organização da obra, deixando Diderot sozinho para levar a edição ao final. Somente em 1762, Diderot consegue dar continuidade aos trabalhos editorial e de impressão de outros 10 volumes, chegando ao final no ano de 1766. Ver em: NOBRE, Sérgio. *Uma introdução à história das enciclopédias - a enciclopédia de matemática de Christian Wolff de 1716*. REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 34-46, jan - jul 2007.

82 Palavra do latim, em português, “compêndio”: o nome que se dá a uma súpula dos conhecimentos relativos a uma dada área do saber, em forma de livro. Por exemplo, um compêndio de física englobaria os conhecimentos considerados mais importantes dessa ciência, ao passo que uma enciclopédia compendiaría o conhecimento humano.

conhecimento humano, descrevendo os instrumentos manuais tradicionais, bem como os novos dispositivos da Revolução Industrial no Reino Unido⁸³. Obra citada em vários estudos, simplesmente, como *Encyclopédie*, desempenhou um papel importante na atividade intelectual anterior à Revolução Francesa. A publicação da *Encyclopédie* foi um evento crucial na história da comunicação, dada a sua importância política. O momento era de mudanças, tanto no pensamento filosófico como no político, e a Enciclopédia Francesa causa impacto por meio dos temas sociais, econômicos, políticos, jurídicos e teológicos que apresenta, figurando como um dos mais importantes símbolos do movimento iluminista na Europa⁸⁴.

Segundo Chartier e Roche, o livro é o “símbolo de todos os poderes”. O século XVIII reservava ao livro ser o signo do poder: “poder do conhecimento de um universo inventariado, então dominado; poder das ideias que podem, senão [sic] mudar o mundo, ao menos reformar o Estado” (Chartier; Roche, 1976, p. 107). O livro era considerado como um atributo de superioridade intelectual e, muito notadamente, social. Dessa forma, eles confirmam o poder da *Encyclopédie*, “o poder não se concebe mais sem os volumes que encerram as regras do bom governo ou da memória dos séculos; as armas para a dominação do mundo não são mais aquelas de Mars, porém, o livro do poder por excelência a *Encyclopédie*” (Chartier; Roche, 1976, p. 107).

Para Machado, o projeto da *Encyclopédie* influenciou profundamente a própria história do livro. “Não apenas deu o modelo dos chamados livros de referência (dicionários, manuais e as próprias enciclopédias), como também contribuiu para um certo aperfeiçoamento da própria ideia do livro” (Machado, 1994, p. 208). Muitos

83 Ver em: HOBBSAWM, Eric J., *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, 325 p.

84 NOBRE, Sérgio. *Uma introdução à história das enciclopédias – a enciclopédia de matemática de Christian Wolff de 1716*. REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 34-46, jan - jul 2007.

livros hoje (2015) produzidos, sobretudo nas diversas áreas das ciências ditas exatas, utilizam procedimentos inspirados na *Encyclopédie*, “como é o caso dos boxes de informações paralelas, ilustrações detalhadamente comentadas, glossários minuciosos, bem como índices analíticos e onomásticos sofisticadíssimos, que possibilitam entradas não-lineares no texto” (Machado, 1994, p. 208).

Chartier e Roche questionam: Não existem, entretanto, leituras populares para definir uma cultura dos dominados? “A descoberta apaixonada da *Biblioteca Azul* e do *Almanaque* pôde sugerir isso; que se imagine uma leitura em voz alta durante as vigílias ou uma ‘leitura’ elementar decifrando as figuras e os signos mais que o texto” (Chartier; Roche, 1976, p. 108). A *Bibliothèque Blue*, durante mais de dois séculos (XVII – XIX), figurou como “fonte indispensável à cultura popular” (Ver Catálogo). Tratava-se de fórmulas adaptadas para atender à expectativa do grande público – urbanos e camponeses. Consequência da ampliação da oferta de impressos folhetos, panfletos, jornais etc. – novos grupos de leitores foram se constituindo, entre eles, camponeses, artesãos, comerciantes, crianças, mulheres, além dos já consagrados religiosos e letrados⁸⁵. Darnton ressalta que os novos historiadores do livro contribuíram bastante para mapear correntes ideológicas, através de gêneros pouco lembrados como a *Bibliothèque Blue*:

Os novos historiadores do livro inseriram o tema dentro do leque de assuntos estudados pela escola dos *Annales* de história sócio-econômica. Ao invés de se deterem em detalhes da bibliografia, tentaram descobrir o modelo geral da produção e consumo do livro ao longo de grandes períodos de tempo. Compilaram estatísticas a partir de solicitações de *privileges* (uma espécie de direito de publicação), analisaram o conteúdo de bibliotecas particulares e mapearam correntes ideológicas através de gêneros pouco lembrados, como a *bibliothèque bleue* (brochuras primitivas). Não se interessavam por livros raros e edições de luxo; pelo contrário, concentraram-se no tipo mais

85 Ver em: ENCICLOPÉDIA ABRIL (1972) verbete “livro”, publicada pelo editor e empresário Victor Civita.

comum de livros, porque queriam descobrir a experiência literária dos leitores comuns (Darnton, 1990, p. 110).

A *Biblioteca Azul* recebeu essa denominação por causa dos “livros de capas azuis, saídos da região de Troyes, na *Champagne*, [que] apontam para a importância de um movimento que tinha o objetivo de levar textos impressos às camadas mais populares da sociedade” (Chartier, 2004, p. 282), eram produzidos em estampas de baixa qualidade e de pequeno formato, vendido com uma capa de papel azul. Esses produtos hoje (2025) seriam chamados de “brochura”. Esse processo não foi simples, mas teve a *Biblioteca Azul* como um dos principais impulsos. “Era um daqueles livros que formam o que se chama na França biblioteca azul e que tinha por título a *Vida de Jesus Cristo com a de Judas Iscariotes*, impressa em Troyes na *Champagne*” (Chartier, 2004, p. 282). E mais, “os habitantes do campo o sabiam de cor e o punham nas mãos de seus filhos para aprender a ler” (Chartier, 2004, p. 282). Os livros deveriam chegar a todas as camadas da sociedade, ampliando o público de leitores, em um período em que somente às elites cabiam esse acesso. A *Biblioteca Azul* é citada por vários autores como um forte elemento da cultura camponesa⁸⁶.

Chartier e Roche, criticam a “leitura popular”, afirmando que era fraquíssima a pesquisa feita por Luis Maggiolo⁸⁷ em relação à instrução dos franceses da época, “por demais frágil na

86 Ver em: BRIGGS; Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999. (Org.) *Práticas da leitura*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.

87 Pesquisador dos anos de 1870, responsável pelo único estudo histórico do alfabetismo que abrange o país inteiro, que calcula que de todos os adultos franceses, 21% sabiam assinar certidões de casamento em 1686-90, 37% em 1786-90, e 72% em 1871-75. Ver em: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 209.

medida em que o critério de assinatura para casamento não é talvez um indicador de instrução” (Chartier; Roche, 1976, p. 108). Nesse período, mais da metade dos comerciantes e a maior parte da nobreza não possuíam nenhuma biblioteca. Assim, os autores destacam que

A fraquíssima pesquisa de Maggiolo autoriza uma tal hipótese, porque a França alfabetizada do final do Antigo Regime coincide mais ou menos com aquela dos impressores de almanaques. No entanto, uma dúvida subsiste porque não se encontra quase os pequenos livros de capa azul onde era de se esperar: em Lyon, por exemplo, algumas obras de operários de seda são quase exclusivamente religiosas – vidas de santos ou livros de horas. Em compensação, o almanaque “popular” parece muito presente entre os notáveis de pequenas vilas provinciais, abastecidos por uma venda ambulante que supre a ausência de livrarias, conduzido frequentemente até às portas dos castelos. É, pois, permissível imaginar que a clientela dessa literatura, específica em sua forma e em sua temática, é ao mesmo tempo constituída por essa burguesia que não compra o livro erudito e pela população menos abastada das cidades e do campo. Existe lugar entre os excluídos da leitura e os excluídos da cultura para um público médio, incerto em seus contornos, porém, corrente em suas expectativas (Chartier; Roche, 1976, p. 108).

Contudo, qual ou quais temas fazem parte desse *corpus* documental? Chartier e Roche relatam que os temas são “às vezes surpreendentes”: no *Almanaque*, sobressai a astrologia profética, judiciária ou natural, que revela o futuro, porém, o século XVIII introduz nele a narrativa da atualidade e o conselho utilitário; a *Biblioteca Azul*, “esta se move no mundo do maravilhoso e do lendário medieval, e o encantamento transpõe inteiramente, ao mesmo tempo, o conto de fadas, o milagre religioso e a epopeia carolíngia em que se exalta uma nobreza ideal”. Os autores frisam que, “toda a sociologia cultural não se deve jamais perder de vista que o mundo dos leitores permanece um mundo restrito até muito para dentro do século XVIII” (Chartier; Roche, 1976, p. 108-109).

Darnton explica que muitas outras fontes de leituras populares foram descobertas por pesquisadores, mas que se

defrontaram com muitos problemas, um deles foi quanto à forma de reunir todo esse *corpus* documental, pois, por causa da “disparidade da documentação – catálogos de leilão, registros notariais, listas de subscrição, registros de bibliotecas” (Darnton, 1992, p. 211-212), tornou-se uma tarefa nada fácil. Para Darnton,

As diferenças nas conclusões podem ser atribuídas mais às peculiaridades das fontes do que ao comportamento dos leitores. E as monografias frequentemente anulam umas as [sic] outras: os artesãos parecem alfabetizados aqui e não-alfabetizados ali; a literatura de viagem parece popular entre alguns lugares e impopular em outros. Uma comparação sistemática dos gêneros, ambientes sociais, épocas e lugares pareceria uma conspiração de exceções, tentando contestar regras (Darnton, 1992, p. 211-212).

Darnton explica que, até hoje (2025), apenas um historiador do livro foi ousado o bastante para propor um modelo geral. Ele se refere a Rolf Engelsing⁸⁸, que declarou que houve uma “revolução na leitura”, ou seja, um aumento percebido na quantidade de livros lidos por pessoas comuns, apresentando consequências revolucionárias no final do século XVIII. Segundo ele, da Idade Média até algum tempo após 1750, as pessoas possuíam apenas alguns livros – “a Bíblia, um almanaque, uma ou duas obras de oração – e os liam *intensivamente* e repetidas vezes, em geral em voz alta e em grupo, de forma que uma estreita variedade de leitura tornou-se [sic] profundamente impressa em sua consciência” (Darnton, 1990, p. 2012; grifo do autor). E a partir de 1800, as pessoas estavam lendo “*extensivamente*” de tudo e apenas uma vez, principalmente jornais e periódicos, “correndo para o item seguinte”.

Para Darnton, a pesquisa de Rolf Engelsing sobre a leitura popular possui uma “sedutora simplicidade na relação temporal e apresenta uma fórmula cômoda para contrastar os modos de

88 Considerado o historiador da leitura, Rolf Engelsing não apresenta muita evidência para sua hipótese. A maior parte da sua pesquisa diz respeito apenas a uma pequena amostra de burgueses em Bremen. Ver em: DARNTON, Robert. *História da Leitura*. In: BURKE, Peter. (org) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1990, p. 211-213, 354 p.

leitura muito precoces e muito tardias [sic] na história europeia” (Darnton, 1990, p. 2012). Afirmar ainda que a principal falha é o caráter não-linear, pois “a leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão” (Darnton, 1990, p. 2012). A leitura foi ocorrendo de formas diferentes entre diversos grupos sociais e épocas, e que “homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir” (Darnton, 1990, p. 2012).

A Enciclopédia, o Almanaque e a Biblioteca Azul foram amostras de fontes pesquisadas pelos novos historiadores do livro. Lembrando que muitas outras fontes históricas foram e continuam sendo analisadas por eles através de vários arquivos e bibliotecas. Mas, destacamos o rico acervo de documentos do *Société Typographique de Neuchâtel - STN*, pois seus documentos podem ser considerados fontes representativas para o estudo da história do comércio de livro e divulgação de ideias no final do Iluminismo⁸⁹. Desse modo, o livro constitui poder e, em muitos casos, proibições. Vale a pena pensar sobre essa questão.

1.6 LIVRO: APONTAMENTOS SOBRE SEU PODER E PROIBIÇÃO

No século XV, a posse de manuscritos e livros era um privilégio caro e restrito a poucas pessoas, o que fazia com que essas

89 O papel central desse movimento foi desempenhado por pensadores franceses, os chamados *philosophes*, dentre eles, Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-78), Diderot (1713-84) e D'Alembert (1717-83). Designando a si mesmos como “homens de letras”, muitas vezes foram descritos como os primeiros intelectuais, independentes de patronos, no sentido de serem críticos sistemáticos do regime sob o qual viviam. Eles buscaram difundir amplamente sua mensagem, dentro e fora da França, tanto para mulheres quanto para homens. Ver em: BRIGGS; Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 28. Ver também: DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 13, 196 e 210.

obras se tornassem símbolos de sabedoria, refinamento intelectual e poder, cumprindo de forma paradigmática essa função.

Ao longo da história da humanidade foram acontecendo muitos conflitos e censuras ao redor da existência do livro, que influenciaram diretamente o comportamento de parte da sociedade de várias épocas e, conseqüentemente, fizeram a história de ambos. A difusão de ideias e os modos de pensar estimularam o pensamento crítico, desencadeando diversas formas de censura, tratando-se de várias maneiras de dominação pela coerção, desde os tribunais da Santa Inquisição, na Idade Média, da Censura do Golpe Militar, até os dias de hoje, seja por imperadores, religiosos, reis ou governantes em busca de autoridade política.⁹⁰

Nos séculos XVI e XVII, pós-invenção da imprensa, com a popularização do livro, ler e pensar eram considerados coisas perigosas. Contudo, a censura intelectual não nasceu no século XVI, pois é sabido que até a revolução tipográfica, coube à Igreja, em nome da religião e da salvação das almas, exercer o controle das ideias⁹¹. O livro impresso seria mais uma heresia, entre todas as outras que a Igreja arrolava⁹².

A produção cultural e intelectual passou a ser ainda mais controlada pela Igreja Católica, inicialmente, em reação ao protestantismo e a quem se opusesse aos ensinamentos da Igreja, com o objetivo de prevenir a corrupção dos fiéis. Muitas pessoas foram condenadas à prisão e à morte por heresia, sobretudo artistas, escritores, intelectuais e detentores de livros. Seus livros foram destruídos por serem considerados também heréticos. Havia

90 Ver em: TEDESQUI, Conceição Aparecida, SILVA, Terezinha Elisabeth da. *Livros e censura na imagem cinematográfica*. Universidade Estadual de Londrina, s.d.

91 Ver em: MARTINS, Maria Teresa Payan. *O Índice Inquisitorial de 1624 à luz de novos documentos*. Cultura [Online], vol. 28, 2011, posto online no dia 24 janeiro 2013, consultado a 17 Maio 2015. URL: <http://cultura.revues.org/170>; DOI: 10.4000/cultura.170.

92 Ver em: FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean, *O Aparecimento do Livro*, 1992, p.15.

outras punições como a excomunhão, confisco de bens, exílio, prisão perpétua e açoites, dentre outras⁹³. Alguns autores, como Robert Escarpit⁹⁴, Febvre e Martin⁹⁵, consideram que o livro desempenhou um papel significativo na expansão da Reforma Protestante. Febvre e Martin afirmam que

Talvez nunca um só livro, só por si, tenha convencido alguém. Mas, mesmo sem persuadir o leitor, o livro é, em todo o caso, a prova tangível de uma convicção, materializada pela sua posse; fornece igualmente argumentos aqueles [sic] que já estão convencidos, permitindo lhes aprofundar e documentar a sua fé, dando-lhes elementos que os ajudarão a triunfar nas discussões e arregimentar os indecisos (Febvre; Martin, 1992, p. 372).

Para os autores Briggs e Burke (2006), os perigos da leitura de ficção, especialmente para as mulheres, eram usualmente discutidos por escritores homens, a partir do início do século XVI. Como no caso do teatro, os romances eram temidos por seu poder de despertar emoções perigosas, como o amor. Alguns homens pensavam que as mulheres não deveriam aprender a ler, pois poderiam receber cartas de amor. Outros opinavam que as mulheres podiam ler somente a Bíblia ou livros religiosos. Uns poucos corajosos argumentavam que as mulheres de classe alta podiam ou deveriam ler os clássicos⁹⁶.

O temor ao conhecimento e à propagação das ideias, assim como o apoio do Estado, contribuíram para que pudesse haver maior eficácia nas perseguições aos livros e aos seus detentores. Os livros, “de acordo com os editos reais e relatórios da censura

93 Ver em: TEDESQUI, Conceição Aparecida, SILVA, Terezinha Elisabeth da. *Livros e censura na imagem cinematográfica*. Universidade Estadual de Londrina, s.d.

94 Ver em: ESCARPIT, Robert. *A revolução do livro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ INL, 1976.

95 Ver em: FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. 1992, p. 372.

96 Ver em: BRIGGS; Asa, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 70.

– se solapassem a autoridade do rei, atacassem a Igreja ou ferissem a moralidade convencional, ou seja, tudo que contrariasse a religião, o Estado e os bons costumes da época”, eram considerados “ilícitos e subversivos” (Darnton, 1998, *apud* Cavalcante, 2009). Ademais, para um controle mais eficaz da produção intelectual, a Igreja Católica criou, em 1559, uma lista de publicações literárias proibidas: o *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos Livros Proibidos). Ele continha a lista de “livros que os fiéis não podiam ler”, que iam contra os dogmas da Igreja e possuíam conteúdo tido como impróprio e, portanto, proibidos à moral (*Ver Catálogo*).

O *Index* teve mais de 20 edições, sendo a última datada de 1966. Para exemplificar, citamos alguns dos autores marcados pela ira da Igreja Católica: Erasmo de Roterdão (1469–1536, toda a sua obra), Thomas Hobbes (1588–1679, toda a obra), Voltaire (1694–1778, *Cândido*), Jean-Jacques Rousseau (1712–1778, *O Contrato Social*), Honoré de Balzac (1799–1850, *A Comédia Humana*), George Sand (1804–1876, todos os romances de amor), John Stuart Mills (1806–1873, *Princípios de Economia Política*), Gustave Flaubert (1821–1880, *Madame Bovary*), e Jean-Paul Sartre (1905–1980, toda a obra)⁹⁷. Os livros foram considerados como meios de divulgação subversiva e profana, interferindo na ordem pré-estabelecida pela Igreja e por governos não democráticos e totalitários. A censura facilitava o controle da produção dos textos, elaborando os que estariam de acordo com as tendências religiosas e dos opressores governantes ou destruindo os que induzissem os leitores a apoiar as ideias diferentes, então subversivas.⁹⁸

Nesse contexto, ao longo dos séculos e sob várias formas e pretextos, muitos livros foram proibidos e outros queimados por diversos motivos e ordens, como morais, políticas e militares,

⁹⁷ Ver em: REVISTA Super Interessante, 2012, p. 218.

⁹⁸ Ver em: ALAM, Neiff Olavo Gomes Satte. *Evolução do Livro: Uma questão cultural ou tecnológica?* Universidade Católica de Pelotas, 2008.

além de provocar a revolta em muitos e despertar também o interesse de pesquisadores sobre o tema. Em a *História universal da destruição dos livros – das tábuas sumérias à guerra do Iraque* (2004), o escritor venezuelano Fernando Báez descreve as proibições, os incêndios e as catástrofes naturais que ajudaram a destruir grande parte do conhecimento humano escritos nos livros, desde seu surgimento. Narra, ainda, os censores de Roma e as condenações do Santo Ofício até as queimas de livros perpetradas pelos nazistas.⁹⁹

Para Báez, “não são os ignorantes que destroem livros. São quase sempre intelectuais” (Báez, 2004, p. 9). Desde o início da trajetória de destruição de livros, não apenas os homens ignorantes ou perversos fizeram uso dessa prática, mas, também, envolveu pensadores e filósofos renomados que, em determinados contextos, recorreram à destruição simbólica ou material de obras. Alguns deles motivados pela crença em acabar com os resquícios do pensamento de uma determinada época, assim como estariam promovendo a superação do conhecimento humano. Outros, destruíam seus próprios livros por vergonha de seus textos. No entanto, os principais destruidores de livros sempre tiveram como maior motivação o desejo de aniquilar o pensamento livre. “Os conquistadores atribuíam à queima da biblioteca do inimigo a consagração de sua vitória” (Báez, 2004, p. 9).

Exemplificamos a Alemanha nazista, em 1933, quando, em várias cidades alemãs foram organizadas queimas de livros em praças públicas com a presença da polícia, bombeiros e outras autoridades. Os homens que queimaram livros, em 10 de maio de 1933, e durante os anos seguintes, até 1945, na Alemanha, eram, em grande maioria, acadêmicos e estudantes notáveis (Anexo 4). Em 1934 foi organizada a “lista negra”, que incluía mais de três

99 Ver em: BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução de Léo Schlafman. Le Livros: Ediouro, 2004.

mil obras proibidas pelos nazistas. “A destruição tem relação, portanto, com os fundamentalismos, não com a ignorância, embora possa haver traços comuns entre um e outros” (Báez, 2004, p. 178).

O crescente desenvolvimento da imprensa abriu caminho para a indústria do livro que, por sua vez, proporcionou a proliferação de ideias, ocasionando tais formas de controle. Para Sandra Reimão, “uma das primeiras providências dos regimes autoritários é restringir a liberdade de expressão e opinião; trata-se de uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes” (Reimão, 2014, p. 77). A autora se refere ao Brasil, durante o golpe militar de 1964 a 1968 e a decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5), ato que “tornou possível cassar mandatos, suspender direitos políticos e garantias individuais e criou condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas” (Reimão, 2014, p. 77). Ela apresenta a estatística sobre o cerceamento da produção artística e cultural, afirmando que,

Nos dez anos de vigência do AI-5 (13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978), segundo estimativas apresentas por Zuenir Ventura, 1.607 cidadãos foram atingidos direta e explicitamente por esse Ato com punições – como cassação, suspensão de direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público. No que tange ao cerceamento da produção artística e cultural, nos dez anos de vigência do AI-5 foram censurados, ainda segundo dados apresentados por Zuenir Ventura (1998, p. 285), *cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas* (Reimão, 2014, p. 77, grifos nossos).

Por assinalar um período em que a censura a livros no Brasil foi marcada por uma ação que apresentava vários aspectos confusos, como pela falta de critérios e por buscas policiais, apreensões, confiscos e coerção física, interessa mostrar o valor e poder desse material. A publicação de livros, neste período, foi coagida por uma legislação de censura prévia para livros de

autores brasileiros, regulamentada pelo Decreto-Lei n. 1.077/1970, cujos artigos 1º e 2º estabelecem:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior (*Apud* Reimão, 2014, p. 7).

Dessa forma, por meio dos estudos dos arquivos da ditadura e dos atos censórios do período, é possível observar e refletir sobre a repercussão da censura na produção cultural brasileira, principalmente em relação a publicação de livros. Esse acervo documental possibilita ao pesquisador, através da sua análise e crítica, (des)(re)construir outras narrativas históricas.

Outros casos de ações censoras diversas foram demonstradas por meio da indústria cinematográfica, dentre essas, citamos o filme *Fahrenheit 451*, lançado em 1966, em pleno contexto marcado pela contracultura e os debates acerca dos processos midiáticos. O título do filme significa a temperatura em graus Fahrenheit em que o papel é queimado. O filme mostra as representações acerca da substituição de um processo civilizatório, baseado na escrita, com a memória fundamentada nas práticas de guarda, acesso e transmissão, por um outro processo baseado na imagem, na qual os homens parecem robotizados e com uma memória de curto prazo em constante retroalimentação. No filme, a televisão é apresentada como o principal meio informador e formador. Uma sociedade onde a escrita é abominável, a representação imagética da televisão torna-se o símbolo da objetividade e fidelidade, em oposição à escrita impressa nos livros em que, ameaçadas, as pessoas decoram-nos

para fazê-los sobreviver¹⁰⁰. Uma das cenas mais impactantes do filme acontece quando os bombeiros encontram uma biblioteca clandestina na residência de uma senhora que guardava vários livros. Ela se recusa a sair e deixar seus livros, assim foi condenada ao fogo. Ela declara “morrerei como vivi, com meus livros” (Filme *Fahrenheit 451*, 1966). A Figura 1 nos mostra essa cena.

Figura 1 - Cena do Filme *Fahrenheit 451* (1966)



Fonte: Companhia Anglo Enterprises Vineyard Film Ltda.

A religião, as relações de poder que envolvem a trajetória de destruição e proibição de livros e patrimônios da humanidade não ficaram no passado. Um atual exemplo aconteceu recentemente. O Jornal *O Globo*, em reportagem datada de 7 de março de 2015, intitulada *Estado Islâmico destrói outro sítio arqueológico no Iraque*, narra o segundo ataque a um sítio arqueológico pelo grupo extremista, pois, o primeiro foi o sítio arqueológico de Dur Sharrukin em Khorsabad, antiga capital da Assíria, o alvo dos jihadistas:

100 Ver em: RIBEIRO, Leila Beatriz *et al.* FAHREINHEIT 451: sobre homens-livro e bombeiros incendiários, a oposição informação imagética x escrita. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, ano 6, n. 11, 2007.

BAGDÁ — Militantes do Estado Islâmico começaram a demolir o sítio arqueológico de Hatra, considerado patrimônio mundial pela Unesco, informaram funcionários do Ministério de Turismo e Arqueologia de Mosul. Segundo os relatos, moradores que vivem na região escutaram duas grandes explosões na manhã deste sábado e depois avistaram escavadoras destruindo o sítio. Construída há 2 mil anos, Hatra fica localizada a 110 quilômetros de Mosul. A cidade fortificada foi a capital do primeiro reino árabe e, desde 1985, é considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco. É o segundo sítio arqueológico importante a ser destruído pelo Estado Islâmico. Na quinta-feira, a antiga capital assíria, Nimrod, foi destruída pelo grupo extremista. O Estado Islâmico está destruindo antigas cidades com a justificativa de despojar do território que ocupa símbolos que promovam a idolatria (Jornal o Globo, 7 mar. 2015).

A reportagem do referido jornal enfatizou a relevância de se preservar o patrimônio arqueológico do Iraque, considerado pela Unesco como patrimônio da humanidade. A Unesco apela ao conjunto da comunidade internacional para uma união de esforços a fim de interromper a catástrofe. “A limpeza cultural da qual o Iraque é alvo não para diante de nada nem de ninguém: tem como objetivo a vida humana e as minorias, além de ser acompanhada pela destruição sistemática de um patrimônio milenar da Humanidade” (Jornal O Globo, 6 mar. 2015), afirmou a diretora da Unesco, Irina Bokova, em um comunicado no dia 6 de março de 2015.

Em referência à proibição de livros, dois exemplos atuais de livros censurados foram publicados na lista elaborada pelo *blog Estante Virtual*¹⁰¹, intitulada *Literatura Censurada: os livros proibidos no Brasil e no mundo*, de 28 de fevereiro de 2013: a saga *Harry Potter*, criado pela autora J. K. Rowling, provocou muitas discussões em diversas religiões e chegou a ser banida das escolas particulares nos Emirados Árabes Unidos sob a justificativa de que incentivaria a bruxaria; e *50 Tons de Cinza*, da autora britânica E. L. James, banido

101 Disponível em: <http://blog.estantevirtual.com.br/2013/02/28/literatura-censurada-os-livros-proibidos/> Acesso em: 22 de maio de 2015.

das prateleiras da Flórida, Geórgia e Wisconsin, nos EUA, e até no Brasil, na cidade de Macaé, uma trilogia censurada por sua narrativa com grande apelo sexual, considerada, por muitos, pornografia.

Enfim, com as poucas concordâncias e apesar dos conflitos, censuras e controvérsias, consideramos que o surgimento do livro impresso com Gutenberg é uma das “mais importantes causas que conduziram aos fenômenos culturais e históricos forjadores da modernidade. Causa que ainda produz seus efeitos mesmo atualmente” (Rodrigues, 2012, p. 200), pois, a história do livro está longe de ser um assunto esgotado, mesmo porque “outros conhecimentos, pensamentos e ideias baseados em outras linguagens e mídias emergem da cibercultura com o objeto palpável e tradicional que é o livro em sua forma impressa” (Rodrigues, 2012, p. 200).

1.7 LIVROS RAROS: FONTE DE PESQUISA E MEMÓRIA

Os livros, desde o advento da impressão, ocupam lugar de destaque como meio de leitura até os primeiros anos do atual século XXI. Eles, em todas as áreas do conhecimento, têm sido utilizados para leitura, estudo, pesquisa e/ou simplesmente entretenimento. Esses livros, alguns hoje raros, encontrados em acervos de bibliotecas, constituem importante fontes de pesquisa histórica e memória para muitos campos do saber.

Na BC/Unimontes, assim como em várias outras instituições públicas e privadas, os livros e os documentos raros são tombados como patrimônio institucional, e a preocupação com esse acervo como patrimônio cultural incide fortemente sobre o livro raro que, sendo relevante para a perpetuação da memória, tanto da região quanto da nação, torna-se merecedor de maior interesse no que se refere aos aspectos de preservação. Nestor Garcia Canclini afirma que:

O patrimônio histórico-cultural de uma nação não abrange apenas edificações e monumentos, ou sua tradição sociocultural, mas também seus bens culturais, tangíveis e intangíveis, como o conhecimento que produz, a documentação que registra esse conhecimento e suas formas de divulgação (Canclini, 1994, p. 95-96).

Nesse contexto, nos perguntamos: o que é o livro raro? Essa é uma questão difícil de responder, pois envolve, muitas vezes, fatores e circunstâncias subjetivos. De acordo com Pinheiro, “cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas” (Pinheiro, 1989, p. 19). De maneira bastante simplificada, pode-se dizer que o livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou, ainda, por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele, por exemplo, imperadores, reis, presidentes, ou pessoas reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento, como a física, biologia, matemática e outras¹⁰².

Para Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, o livro raro seria “assim designado por ser detentor de alguma particularidade especial (conteúdo, papel, ilustrações), ou por já serem conhecidos poucos exemplares” (Faria; Pericão, 1988, p. 209). John Ruskin pondera que o testemunho cultural das cidades possibilita a identificação de referências de identidade e memória em seus espaços urbanos. Segundo o autor, “é preciso possuir, não apenas o que os homens pensaram e sentiram, mas também o que suas mãos manusearam, o que sua força executou, o que seus olhos contemplaram todos os dias da sua vida” (Ruskin *apud* Oliveira, 2008, p. 63).

O Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes conta com documentos de valor jurídico, histórico, literário e informativo, que revelam significantes momentos da história da humanidade.

102 Ver em: PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. *Que é livro raro? uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989, 71 p.

A leitura investigativa dessas “fontes históricas” permitiu que se extraíssem informações sobre acontecimentos relevantes, pois, “as fontes são como testemunhas: só ‘falam’ utilmente se soubermos fazer-lhes as perguntas adequadas” (Bloch *apud* Cardoso, 1998, p. 52).

Há um grande interesse por parte do pesquisador no uso de fontes históricas – no caso de livros raros, mas, também de documentos arquivísticos – criadas no passado e utilizadas ao longo dos tempos. No decorrer dos anos, os interesses em relação aos assuntos pesquisados e suas abordagens sofrem mudanças e avançam com os progressos ocorridos em cada área, e essas muitas experiências e investigações relevantes ao conhecimento foram publicadas em livros. Conforme destaca Valeria Gauz, esses primeiros impressos, muitos hoje livros raros, encontram-se em instituições de pesquisa e constituem fontes primárias de informação para estudiosos, em especial historiadores, considerados frequentadores assíduos em bibliotecas de acervo raro. A autora enfatiza que

Livros raros impressos continuam na mídia e o mercado se mantém aquecido, ao contrário do que se possa pensar na era da digitalização de acervos. Bibliotecas e colecionadores continuam a adquiri-los, sempre e cada vez mais caros. Acervos desconhecidos são periodicamente localizados em leilões e espólios, descobertos em armazéns de lugarejos, em porções de casas antigas, como a nos lembrar que os livros antigos permanecem vivos e dispostos a trazer novas informações. Menos conhecidos do grande público do que os objetos de museus e os monumentos, esses acervos, ainda assim, constituem patrimônio de valor histórico, artístico e cultural para um país (Gauz, 1991, p.159).

Com a nova história do livro e com as novas tendências que a pesquisa apresenta, o olhar do historiador passa a observar diversificados campos de investigação e, portanto, para diferenciados objetos que possibilitam a utilização de várias linguagens como fonte documental. Ainda, continua-se fazendo uso de documentos impressos, pois, a documentação usada pelo pesquisador,

em sua maioria, é escrita. Para Vavy P. Borges, quando se investiga uma situação próxima no tempo, existe um grande número de vestígios que, por isso mesmo, são selecionados em função do que se considera mais pertinente e significativo,

no meio da poeira de documentos antigos, na lama das escavações ou no manuseio de instrumentos muito desenvolvidos tecnicamente é sempre o homem vivo que o historiador procura encontrar, é a sociedade na qual esse homem viveu, trabalhou, amou, procriou, guerreou, divertiu-se, que o historiador quer decifrar. E, para tal, todo tipo de documento que esclareça esses aspectos é de fundamental importância (Borges, 1988, p. 61).

O historiador/pesquisador, ao conhecer, analisar, identificar e elaborar sínteses sobre um objeto de pesquisa dispõe, atualmente, de diversas ferramentas metodológicas. Dessa forma, o direcionamento da pesquisa a ser explorada dependerá das suas fontes e de fatores como a natureza do objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que norteará o historiador. Para Mirian Goldenberg, “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar” (Goldenberg, 2004, p. 14). O historiador, ao questionar, pesquisar, propor indagações e fazer uma seleção do que considera importante ou não para o seu trabalho possibilita, por meio das respostas obtidas, a construção do conhecimento histórico.

As fontes não podem ser estudadas fora do contexto histórico, social e cultural que as envolvem. É essencial para o estudo de um livro ou documento compreender e avaliar a situação de um determinado período e a evolução histórica, possibilitando um tratamento abrangente da visualidade como uma dimensão importante da vida social e dos processos sociais desses tempos. A história do livro é uma história de “revoluções técnicas”, que permitiram a conservação do seu suporte físico, do acesso à informação, da facilidade em manuseá-lo e produzi-lo. Essa história está, intimamente, ligada às eventualidades político-econômicas

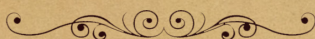
e à história de ideias e religiões, enfim, a história do livro confunde-se, em muitos aspectos, com a história da humanidade.

E a biblioteca? Segundo Darnton, “esta pode parecer a instituição mais arcaica de todas. Ainda assim, seu passado guarda bons presságios para seu futuro. Bibliotecas nunca foram depósitos de livros. Sempre foi e sempre serão centros do saber” (Darnton, 2009, p. 13). As bibliotecas têm a função social diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pelos sujeitos históricos. Nesse sentido, enquanto lugares de memórias, acredita-se que as bibliotecas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis e, por fim, tentam atribuir sentido ao saber e ao fazer, tornando-a um instrumento de reafirmação da “identidade” individual ou coletiva. Entretanto, esse tema estudado no segundo capítulo, no qual analisamos como as bibliotecas se tornam lugares de memórias.

II

LUGARES COM MEMÓRIAS:

A BIBLIOTECA NACIONAL E A BIBLIOTECA
DA UNIMONTES



Adentramos neste capítulo fazendo uma reflexão sobre a história das bibliotecas no mundo e no Brasil e como elas se tornam lugares de memórias, pensando, em especial, o Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes e a BN. Para tanto, apresentamos um histórico das duas Instituições, entendendo-as como lugares de memória, em especial de Montes Claros, tentando, por trás deste breve itinerário, perceber os vínculos das bibliotecas com as noções de memória e de esquecimento.

Apresentamos, sucintamente, o histórico do surgimento das bibliotecas no mundo, relacionando com a história das bibliotecas no Brasil, cuja história se inicia com a chegada da família real e a criação da BN. Fizemos, ainda, apontamentos sobre a Biblioteca Pública no Estado de Minas Gerais com o objetivo de pensarmos uma “hierarquia institucional” nesse âmbito para, assim, conhecermos melhor a BC/Unimontes. Neste contexto, destacamos também as alianças possíveis entre História e Biblioteconomia.



2.1 HISTÓRIA E BIBLIOTECONOMIA: ALIANÇAS POSSÍVEIS

A História, ciência que explica o universo social do homem¹⁰³, contribuiu muito para envolver a historicidade da Biblioteconomia, que é uma ciência da informação “considerada como uma área do conhecimento (...) em que compreende um conjunto de técnicas e princípios que dão aos documentos a utilização máxima, em benefício da humanidade” (Shera *apud* Russo, 1980).

Nesse sentido, a História e a Biblioteconomia são áreas afins, interdisciplinares e também multidisciplinares do conhecimento. Elas estão entrelaçadas com diversas outras áreas, ou seja, existe colaboração e interação entre esses dois campos do saber e, consequentemente, enriquecimento mútuo. Por isso, a intenção de analisar a aliança entre História e Biblioteconomia, proposta neste estudo, não foi uma iniciativa aleatória, mas uma forma de buscar, por meio da História, respostas às problemáticas e anseios sobre a historicidade dos livros raros, das bibliotecas como lugar de memória e, principalmente, o resgate do tempo e do contexto em que foram criados. Em contrapartida, a Biblioteconomia possibilita à História a preservação dos documentos e a gestão da informação, tratando as fontes, que os “historiadores, tendo cautela, senso crítico e verificando as várias versões que são possíveis se constatar nesses vestígios do passado” (Reis, 2013, p. 2) produzem seus trabalhos. Segundo a historiadora Filomena Luciene Cordeiro dos Reis, “o homem do presente se preocupa em conhecer o passado e se reconhecer nele. Por isso, a história se justifica, pois permite com que o homem veja as transformações ocorridas no decorrer do tempo” (Reis, 2013, p. 2). A autora destaca ainda que tais “mudanças são possíveis por causa das relações que o homem

103 Ver em: REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória(s) em Montes Claros, MG – 1980 a 212*. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

estabelece com os outros e com o meio em que vive, modificando-o” (Reis, 2013, p. 2).

As bibliotecas universitárias, um dos ambientes da Biblioteconomia, são responsáveis pela guarda das informações geradas pela produção científica, intelectual e artística dos membros da academia. Elas têm, como uma de suas missões, a preservação da memória institucional. As universidades e bibliotecas são agentes sociais, organizados com o objetivo de servir à sociedade por meio da criação e propulsão do conhecimento, além de estimular e facilitar o acesso a esse conhecimento. Nesse cenário, o bibliotecário é um profissional que trata a informação e a torna acessível ao usuário final, independente do suporte informacional. Assim, na educação, o papel das bibliotecas torna-se um suporte indispensável para o desenvolvimento e o crescimento de uma universidade, tendo como fatores inerentes a educação, o conhecimento, e a existência de bibliotecas.

Johanna W. Smit, em seu livro *Os profissionais da informação...* (2000), entende que a História e a Biblioteconomia “são diferentes, mas próximas, pois perseguem o mesmo objetivo” (Smit, 2000, p. 24). A autora afirma que se pode, também, como consequência, concluir que os profissionais que trabalham nessas instituições seguem princípios e metodologias próprias, muito embora todos persigam o mesmo objetivo final¹⁰⁴.

Nesse sentido, apresentamos um quadro organizado pelo arquivista norte-americano T. R. Schellenberg (1959) e citado por Marilena Leite Paes, que definiu os campos de atuação das bibliotecas e dos arquivos, estabelecendo um paralelo entre esses distintos órgãos de documentação. Suas características principais podem ser assim resumidas:

104 Ver em: SMIT, J.W. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000, p.119-134.

Quadro 1 – Paralelo: Biblioteca e Arquivo

BIBLIOTECA	ARQUIVO
Gênero de documentos	
Documentos impressos	Documentos textuais
Audiovisual	Audiovisual
Cartográfico	Cartográfico
Documentos impressos	Documentos textuais
Origem	
Os documentos são produzidos e conservados com objetivos culturais	Os documentos são produzidos e conservados com objetivos funcionais
Aquisição ou custódia	
Os documentos são colecionados de fontes diversas, adquiridos por compra ou doação.	Os documentos não são objetos de coleção; provêm tão-só das atividades públicas ou privadas, servidas pelo arquivo.
Os documentos existem em numerosos exemplares.	Os documentos são produzidos num único exemplar ou limitado número de cópias.
A significação do acervo documental não depende da relação que os documentos tenham entre si.	Há uma significação orgânica entre os documentos.
Método de avaliação	
Aplica-se a unidades isoladas	Preserva-se a documentação referente a uma atividade, como um conjunto e não como unidades isoladas.
O julgamento não tem caráter irrevogável.	Os julgamentos são finais e irrevogáveis.
O julgamento envolve questões de convivência, e não de preservação ou perda total.	A documentação não rara existe em via única.
Método de classificação	
Utiliza métodos predeterminados	Estabelece classificação específica para cada instituição, ditada pelas suas particularidades.
Exige conhecimento do sistema, do conteúdo e da significação dos documentos a classificar.	Exige conhecimento da relação entre as unidades, a organização e o funcionamento dos órgãos.

Método descritivo	
Aplica-se a unidades discriminadas.	Aplica-se a conjuntos de documentos.
As séries (anuários, periódicos etc.) são unidades isoladas para catalogação.	As séries (órgãos e suas subdivisões, atividades funcionais ou grupos documentais da mesma espécie) são consideradas unidades para fins de descrição.
Concluindo, pode-se dizer que a biblioteconomia trata de documentos individuais e a arquivística, de conjuntos de documentos.	

Fonte: PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 17-18.

O Quadro 1, ao mostrar o paralelo entre Biblioteca e Arquivo, possibilita perceber suas características, bem como suas diferenças. Esses dois órgãos de documentação têm responsabilidades em conservar e preservar a história e a memória, contudo, cada um faz isso a seu modo. As proposições apresentadas no Quadro 1 são bem claras, revelando o papel dessas instituições e a preocupação com a memória. São dois lugares de memórias importantes para a história. Nossa finalidade ao apresentar esse quadro consiste em apontar as possibilidades da Biblioteca para o trabalho historiográfico.

Dessa forma, a História e a Biblioteconomia possuem fortes alianças e possibilidades de parcerias, pois juntas buscam conscientizar e orientar aqueles que lidam com a informação e sobre a importância da preservação dos livros e, conseqüentemente, da salvaguarda do patrimônio cultural e da memória. Essa aliança assegura também sintonia e organicidade na gestão da informação, além da preservação do conhecimento.

2.2 ENTRE LIVROS: A BIBLIOTECA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

A expressão “lugares de memória” foi criada por Pierre Nora, um historiador francês associado à Nova História,

sendo referência no estudo da memória e identidade francesa. Convencido de que, no tempo em que vivemos, os países e os grupos sociais sofreram profundas mudanças na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, Pierre Nora acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele, real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo, quer seja, distinguem-se entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade ou entre a memória e a identidade.

Os lugares de memória e de preservação também se encontram nos acervos pessoais adquiridos pelas universidades¹⁰⁵, espaço de lembranças, conforme chamou a atenção Pierre Nora (1993, p. 30). As universidades constituem mais um lugar de memória, “porque não há mais meios de memória”. A problemática, nesse sentido, instala-se na dificuldade em lidar e cuidar desses lugares de memória. Nessa perspectiva, discutir acerca da necessidade de se pensar melhores alternativas para o tratamento dos acervos recebidos pela Unimontes se configura como objetos de estudo das memórias. Para tanto, ao estudar algumas obras do Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes se faz necessário compreendê-las como documentos de um dos lugares de memória da cidade, bem como o significado que as mesmas contêm, a partir dos símbolos que trazem registrados e merecem ser decifrados. Segundo Renato Ortiz,

A memória social e a identidade locais tornam-se fundamentais para a conservação do patrimônio cultural e a promoção do desenvolvimento dos espaços locais nas sociedades contemporâneas, visto que a lógica de desenvolvimento do capitalismo tardio é globalizante e tende a desprezar a construção, conservação e ou preservação do patrimônio cultural. O fortalecimento de tais características locais torna-se fundamental

105 O livro *Universidade e lugares de memória* (Oliveira, 2008) possui vários exemplos de lugares de memória.

para o fortalecimento da memória e identidade socioculturais locais, frente à conjuntura atual, visto que tais são de extrema importância para a preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento locais (Ortiz, 2006, p. 75).

Esse fato relatado por Renato Ortiz acontece com as bibliotecas, especialmente com as públicas, cuja função social está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os insumos de conhecimentos concebidos por nosso fazer racional, característica instituída desde quando o acúmulo e a transmissão de elementos culturais passaram a fazer parte do cotidiano dessas instituições. Implica ressaltar, segundo Alfredo Serrai que

À memória biológica, que pertence à espécie, e à memória cerebral, que pertence ao indivíduo, acrescentou-se a biblioteca como memória/lugar de memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais do lugar onde se insere. Inscrita sob a forma de documento, essa memória requer sua reunião, organização e meios específicos para sua disseminação tendo-se em vista fomentar um amplo uso por parte de todos aqueles que contribuem para sua formação. Ou seja: captar, conservar e compartilhar o conhecimento do mundo e de nós mesmos são alguns dos poderes (e perigos) que as bibliotecas nos oferecem (Serrai, 1975, p. 141-161).

Nesse sentido, temos as bibliotecas nacionais, em sua grande maioria, herança de reis, já que traziam, ou ainda trazem, vantagens políticas e simbólicas para os que exercem o poder, isto é, o controle da memória significa o controle do saber e, portanto, do poder. A memória, cruza-se com a identidade a ponto de confundir se com ela¹⁰⁶.

Dessa forma, as considerações do historiador francês Pierre Nora (1993) sobre memória são fundamentais para analisar o acervo que se encontra no Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes e para desenvolver as reflexões defendidas neste trabalho. Segundo o

106 Ver em RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 580.

MEMÓRIAS GUARDADAS

autor, o conceito de lugar de memória adquire tríplice sentido, pois, é “lugar físico, simbólico e funcional” (Nora, 1993, p. 7-26). Esse conceito atravessa esta análise com o propósito de se pensar como esse espaço pode ser considerado lugar de memória inserido na estrutura da Unimontes e passível de estudos e reflexões por meio do seu acervo, mas, igualmente, como se constituiu como tal. Ao operar com esse conceito, analisamos se o espaço destinado ao repositório de obras raras consiste em um lugar dinâmico e vivo, e como a instituição lida com essa questão como, por exemplo, disponibilizando à comunidade acadêmica a utilização do material e do ambiente de pesquisa, estudo e socialização. A indigência da memória para Nora é a necessidade da própria história, pois é de grande importância que se partilhe, com toda a sociedade, os caminhos que já foram trilhados. Pierre Nora destaca que:

Na memória, entrecruzam-se o passado e o presente; os espaços físicos e os simbólicos; o individual e o coletivo; o mito e a história; a lembrança e o esquecimento; o real e o imaginário; as subjetividades e a objetividade; o registro e a invenção e diversas outras polaridades que em um primeiro momento podem parecer contraditórias, mas que se articulam para fazer da memória instrumento de poder e campo de embate de forças (Nora, 1993 *apud* Neves, 1998).

Para o historiador francês Jacques Le Goff (1996), “o conceito de memória é crucial” (Le Goff, 1996, p. 423), pois existe um duplo movimento de lembrança e esquecimento, que ocorre no presente. “É no presente que construímos e reconstruímos as nossas memórias, ao preservar o tempo passado e relembrá-lo para servir ao tempo presente, tendo em vista o futuro” (Le Goff *apud* Neves, 2008). Por isso, Jacques Le Goff afirma que:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 1996, p. 535).

A preservação da memória torna-se um procedimento fundamental para partilhar com os demais uma dada vivência e, também, para que as gerações futuras tenham a oportunidade de conhecer os percursos já realizados. Por essa razão, muitos autores sublinham que a memória é um elemento essencial e constitui as identidades, relacionando-se diretamente com elas, sejam individuais ou coletivas.

A partir dos usos e apropriações do discurso memorial, reforçamos características de identidades sociais, patrimônios culturais materiais ou imateriais e reafirmamos ideologias. A finalidade de aliar a memória à história para uso social é despertar, no imaginário social, o sentimento de pertencimento, o nacionalismo ou qualquer outro sentimento que nos possibilita reconhecimento como parte de um grupo. Segundo Jacques Le Goff:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1996, p. 426).

Nesse contexto, verificar a experiência de pessoas no passado consistiu em trazer à tona memórias guardadas ou partilhadas com outros, bem como rastros e registros históricos e, dessa forma, entender os critérios estabelecidos para a conservação de documentos que possam remeter à memória de um povo. Revelar essa multiplicidade de olhares a partir desse lugar de memória e analisá-la dentro do seu contexto histórico é fundamental, pois acarreta muitas pesquisas em várias áreas de conhecimento, em especial da História.

As bibliotecas só se tornam lugares de memória se a imaginação investir em uma aura simbólica. A ideia da criação de

um campo simbólico¹⁰⁷ – nesse caso, as bibliotecas – compõe um universo simbólico de preservação da memória, individual e coletiva. A partir desse material, surgiram informações que foram, especialmente, importantes na trajetória e na escrita da história da humanidade e que, em muitos casos, acabam armazenadas e “esquecidas” nos espaços da biblioteca. De acordo com Paul Ricoeur, “o esquecimento figura em pé de igualdade com memória e história, pois essa dupla dimensão do passado se perde quando há esquecimento” (Ricoeur, 2007, p. 36).

2.3 HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS: REFLEXÕES

A história das bibliotecas antecede a própria história do livro¹⁰⁸. Segundo Luís Milanesi (2002), as primeiras bibliotecas eram chamadas “minerais”, em razão dos seus acervos serem constituídos de tablets de argila; posteriormente, surgiram as bibliotecas “vegetais” e “animais”, compostas de rolos de papíros e pergaminhos. Exemplos disso são as bibliotecas dos babilônios, assírios, egípcios, persas e chineses. Depois, com o advento do papel, começam a se formar as bibliotecas de “papel” e, em seguida, as de livro propriamente dito¹⁰⁹.

Uma das mais antigas e considerada imponente, a grande Biblioteca de Nínive, foi criada pelo rei Assurbanípal (690 a. C. – 627 a. C.) da Assíria, durante o seu reinado, por volta de 668 - 627 a. C. A Biblioteca de Nínive era composta por uma coletânea com obras em escrita cuneiforme, contendo milhares de textos, como crônicas, cartas reais, decretos, religião, mitos e muitos outros

107 Ver em: Pierre Bourdieu em seu livro *A economia das trocas simbólicas* de 1974.

108 Ver em: MILANESI, Luís Augusto. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê, 2002, 116p.

109 Ver em: MILANESI, Luís Augusto. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê, 2002, 116p. e MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

escritos em tabuinhas de barro cozido,¹¹⁰ hoje responsável pela maior parte do que se sabe dos povos da Mesopotâmia.

Considerada uma das mais importantes da Antiguidade, a Biblioteca de Alexandria,¹¹¹ construída em 280 a.C., em Alexandria, no Egito, foi um marco na história das bibliotecas, tendo sido criada com a finalidade de reunir e classificar todos os conhecimentos registrados em forma documental.

Muitas outras bibliotecas tiveram grande importância para a história da humanidade, como a Biblioteca de Pérgamo, um marco na história das bibliotecas, localizada nessa antiga cidade grega da Ásia Menor. Na Grécia continental, havia muitas outras, sendo as mais importantes as bibliotecas particulares, especialmente de filósofos¹¹².

A instituição biblioteca, em sua grande maioria, foi construída na Antiguidade para atender os interesses da realeza, quer do ponto de vista administrativo, religioso, científico, econômico, político e cultural. Nesse sentido, as bibliotecas eram consideradas como locais sagrados e restritos, verdadeiros “templos” do conhecimento, de monopólio da nobreza e, mais tarde, da Igreja, e cuja função principal era salvaguardar todo o saber registrado, pois, segundo Mariza Russo, “acreditavam que ao ter toda a fonte de conhecimento, teriam também o poder” (Russo, 2010, p. 43).

Dessa forma, o acesso aos conteúdos informacionais, permanecia, ainda, resignado a um segmento social que se

110 Verbete: Assurbanípal, pag. 169. Grande Enciclopédia Universal, edição de 1980.

111 Sua história é ainda hoje obscura, não por falta de dados, mas, ao contrário, pelo excesso de fontes contraditórias. A ideia da biblioteca de Alexandria compreendia uma busca pela reunião do universal, o que constitui uma das primeiras heranças de que são depositárias todas as outras bibliotecas futuras. Ela teria de 40 a 60 mil manuscritos em rolos de papiro, chegando a possuir 700 mil volumes. A sua fama é atribuída, além da grande quantidade de documentos, também aos três grandes incêndios de que foi vítima. Ver em: KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira. *As bibliotecas no imaginário brasileiro: heranças culturais*. Unicamp, 2006. CANFORA, Luciano. *A Biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, 195 p.

112 Ver em: BATTLES, Mathew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução. João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

aproximava dos pergaminhos e dos códices ao optar pela formação nas *universitas*, instituições que deram origem às universidades e às bibliotecas universitárias modernas, oferecendo um acervo mínimo aos estudantes, composto em essência por obras teológicas e filosóficas. Mesmo com a formação das universidades, a partir do século XII, as bibliotecas foram formando seus próprios acervos de manuscritos e códices, porém, o acesso era apenas destinado aos eruditos e estudantes leigos, atendendo, em especial, à necessidade de seus professores, como a Sorbonne, na França¹¹³. Segundo Mathew Battles,

A biblioteca da Sorbonne, em Paris, que passou por um dramático processo de expansão durante o século XII, exemplifica bem a mudança que as universidades trouxeram para o universo das bibliotecas europeias. [...] o rápido crescimento no número de códices marcou uma mudança qualitativa e quantitativa na natureza da biblioteca. De fato, em meados do século XIII, os livros da faculdade não estavam nem mesmo reunidos numa biblioteca. Ficavam distribuídos entre os professores, que os utilizavam em suas atividades de ensino. Era só quando um professor viajava que os livros usados por ele ficavam armazenados em arcas acessíveis a todos (Battles, 2003, p. 80).

A partir do século XIII, nas universidades, o conhecimento laico sobrepôs o teológico, através do movimento Averroísmo Latino¹¹⁴, que “tinha como reivindicação a total independência da filosofia em relação à teologia” (Castro; Moreira, 2007, p. 9). A partir da desvinculação entre o conhecimento e a religião, “a universidade passa a ser o local de produção, transmissão e divulgação dos

113 Vem em: BATTLES, Mathew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução. João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003. p. 80.

114 Em sentido estrito, denomina-se “averroísmo” a filosofia do filósofo islâmico Averróis e de seus mais fiéis seguidores. Em sentido mais amplo – aquele quase sempre empregado pelos historiadores da filosofia – dá-se o nome de “averroísmo” a várias tendências que surgiram em três momentos entre os séculos XIII e XVI e se inspiram em três doutrinas procedentes da interpretação que Averróis deu – ou se supõe que dera – ao pensamento de Aristóteles: a doutrina do entendimento do agente único; a doutrina da eternidade da matéria; e a doutrina da dupla verdade. Ver em: FERRATER-MORA, José. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 238.

novos saberes. É uma instituição que deixa de ser exclusivamente de domínio religioso para assumir o domínio público” (Castro; Moreira, 2007, p. 9).

O aperfeiçoamento da imprensa, a partir do século XV e XVI, permitiu a “disseminação da informação e a laicização do conhecimento” (Russo, 2010, p. 43). Para Luís Milanesi, “essa nova situação de acessibilidade dos livros – de papel e impresso – acabou sendo um estímulo ao conhecimento das letras e à absorção de conhecimento” (Milanesi, 2002, p. 25). Nesse cenário, Mariza Russo ressalta que “surge um novo tipo de biblioteca, também conhecidas como particulares. Essas são consideradas as precursoras das bibliotecas modernas, cuja uma das características é a acessibilidade dos livros ao público [sic]” (Russo, 2010, p. 45).

O surgimento de novas universidades e de acadêmicos, bem como o acesso aos livros, gerava mais leitores e, consequentemente, a produção do conhecimento aumentava e novos estudos surgiam. Criava-se uma relação entre os leitores, a universidade e a biblioteca, cujos documentos necessitavam de organização, controle e tratamento da informação. Nesse sentido, surge o profissional bibliotecário para tratar, tecnicamente, os acervos existentes nas bibliotecas. Segundo Valdir José Morigi e Luzane Ruscher Souto,

A biblioteca moderna, nascida na Renascença, trouxe também o bibliotecário como um profissional reconhecido. Até meados do século XIX, as bibliotecas empregavam eruditos e escritores para esta função. Porém, devido à especialização do público e, consequentemente, do acervo, sentiu-se necessidade de um profissional com formação especializada que pudesse tratar tecnicamente os materiais existentes na biblioteca. A especialização permanece até os dias de hoje, favorecida pela grande produção científica e facilidade de sua divulgação. E o bibliotecário para acompanhar seus usuários, tende a se aperfeiçoar constantemente e se ambientar com as várias possibilidades de recursos na sua área (Martins, 2001 *apud* Morigi; Souto, 2005, p. 3).

Os bibliotecários, desde sua origem, são profissionais conhecedores dos diversos campos do saber. Eles foram os responsáveis pelo desenvolvimento das atividades bibliotecárias e merecem o reconhecimento pela função que exerceram através dos séculos como guardiões, disseminadores e intermediários da palavra escrita¹¹⁵.

A partir do século XVI, quando algumas universidades adquiriram *status* de domínio público, surgiram as bibliotecas universitárias, adquirindo o valor de bem público e tornando-se acessíveis a todas as camadas sociais. Nesse sentido, as bibliotecas universitárias estão vinculadas diretamente à sociedade e às instituições às quais estão subordinadas, ou seja, não são órgãos independentes. Por esse motivo, são organizações sem autonomia própria, que se integram com as universidades numa relação de interdependência e troca mútua.

No século XVII, começaram a surgir as bibliotecas nacionais, período em que foi publicado o primeiro livro destinado a apoiar a organização das bibliotecas: *Advis pour dresser une bibliothèque*¹¹⁶ (1627), de Gabriel Naudé (1600-1653), “Conselhos para organizar uma biblioteca”, ou seja, um guia para os que, naquela época, queriam compor uma biblioteca “universal”. Naudé era bibliotecário de vários Cardeais durante o século XVII. Ele é considerado personagem fundamental na evolução da Biblioteconomia. Cristina Dotta Ortega (2004) afirma que “Gabriel Naudé, em sua obra ‘Advis pour adresser une bibliothèque’, cuja primeira edição é de 1627, escreveu os primeiros princípios da Biblioteconomia moderna. Além de fornecer uma

115 Ver em AMORIM, Margarete, Jacques. *As contribuições de Gabriel Naudé para a sociedade no século XVII e os reflexos dessas contribuições para a biblioteconomia no século XXI*. Florianópolis: UFSC, 2010. Monografia apresentada a UFSC.

116 NAUDÉ, Gabriel (1600-53). *Advis pour dresser une bibliothèque. Présenté à Monseigneur le Président de Mesme*. Paris: François Targa, 1627.

das primeiras conceituações sobre biblioteca como a conhecemos hoje” (Ortega, 2004, p. 3). (Ver Catálogo).

As primeiras bibliotecas brasileiras surgiram no início do século XVI, com as ordens religiosas dos beneditinos, franciscanos e jesuítas, que se instalaram no Brasil, começando pelo Estado da Bahia. Nessa época, a maioria dos acervos das bibliotecas era religiosa e de caráter privado. Porém, em meados do século XVI, as bibliotecas tornaram-se públicas. Para Luís Milanesi (1986), “os jesuítas, como não podia deixar de ser, organizaram as primeiras bibliotecas no Brasil, nascidas nos lugares onde eles assestavam suas armas para a conversão do gentio”. Ele afirma, ainda, que “os livros e bibliotecas eram instrumentos que os incansáveis jesuítas usavam para reproduzir a sua verdade de salvação eterna e de exploração terrena” (Milanesi, 1986, p. 65-66). Por essa razão, quando os jesuítas se estabeleceram em terras brasileiras, uma de suas primeiras preocupações foi solicitar a Portugal o envio de documentos e obras religiosas, com o objetivo de compor os acervos das bibliotecas dos colégios que fundaram no território. Como ressalta Luís Milanesi,

Os portugueses foram sempre rigorosos com a publicação e circulação de impressos. Os livros enfrentavam no Brasil algumas barreiras alfandegárias. Desde 1536, qualquer impresso de livro passava por três censuras: Santo Ofício e Ordinário (da Igreja Católica) e o Desembargo do Paço (poder civil). As censuras eram independentes. A primeira lista de obras proibidas surgiu em 1551 sob a responsabilidade do cardeal Inquisidor Geral, o Infante D. Henrique. Em 1768, o Marquês de Pombal aperfeiçoou a censura, unificando as três existentes sob a denominação de Real Mesa Censória. Só em 1821 foi abrandada a censura, isso quando o Brasil rompia com Portugal (Milanesi, 1986, p. 24-25).

Entretanto, esse rigor nem sempre foi seguido, pois muitas obras passavam pela alfândega. Esse fato se dava por conta do desconhecimento das ordens da censura ou pela incapacidade dos funcionários da alfândega em avaliar a obra, pois a grande maioria era analfabeta. Dessa forma, muitas obras, explicitamente,

proibidas entraram no Brasil, seja pela ignorância, ou pela desorganização nas barreiras alfandegárias.

A Biblioteca do Mosteiro de São Bento é considerada a biblioteca mais antiga do Brasil. Ela foi fundada em 1582, em Salvador, Bahia, e inaugurada juntamente com o Mosteiro de São Bento da Bahia, o primeiro das Américas. Em seu acervo conserva, atualmente, um arquivo com centenas de milhares de documentos raros, de suma importância para a história da Bahia e do Brasil. Em função disso, possui o segundo maior acervo de documentos e livros raros do Brasil, cujas obras antigas constituem, depois da BN, o mais importante acervo de obras raras do Brasil¹¹⁷.

Entretanto, a biblioteca considerada oficial foi a BN e Pública (1807), que foi o marco inicial da Biblioteconomia no Brasil. A Biblioteconomia se faz presente desde a criação das bibliotecas beneditinas, franciscanas e jesuítas. Mas, o Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB só considera que a área passou a existir no país em 1911, com a criação do primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, sendo, também, o primeiro da América do Sul e o terceiro no mundo. Enfim, ao refletirmos numa perspectiva mundial, retomamos nosso recorte espacial pensando a Biblioteca Nacional Brasileira e a Biblioteca Central da Unimontes, nosso objeto e *locus* de pesquisa.

2.4 BIBLIOTECA NACIONAL BRASILEIRA: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA

A história da BN Brasileira não é diferente das outras grandes instituições nacionais espalhadas pelo mundo, sendo estas, na maioria, herança de uma biblioteca de reis. Contudo, é importante destacar

117 Ver em: LOSE, Alicia Duhá *et al.* *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática*. Salvador, Edufba, 2009, 380 p.

que a história da BN é um tanto confusa na literatura pela vinda da Biblioteca Real para o Brasil, em 1807, e depois, o retorno de parte dela para Portugal, em 1821. De acordo com Ana Virgínia Pinheiro (2002),

A Real Bibliotheca veio para o Brasil, uma parte voltou para Portugal, outra se dispersou, no Brasil e em Portugal. A dispersão foi em tal volume que, hoje, a história das Bibliotecas Reais de Portugal é um tanto confusa na literatura, especialmente, no que tange à Real Bibliotheca instalada na Ajuda que, na realidade, são duas: a Biblioteca que saiu, em 1807 e a Biblioteca que voltou, em 1821 (Pinheiro, 2002, p. 14).

Os dados coletados sobre sua história foram extraídos e transcritos do *site* oficial da mesma e de publicações de bibliotecários e historiadores da própria BN e de outros pesquisadores de renome, que de forma criteriosa escreveram a sua história¹¹⁸. Assim, pontuamos sua história de forma cronológica, apontando os principais acontecimentos que marcaram sua trajetória.

O acervo da BN Brasileira foi originalmente proveniente da Real Biblioteca Portuguesa de D. João VI – João Maria Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael (1767-1826). A Biblioteca que ele trouxe para o Brasil era a segunda que formava a casa real. A primeira, cuja reunião do seu acervo fora começada por outro João (1385-1433), o I, o “da boa memória”, foi destruída no terremoto ocorrido em Lisboa, no dia 1º de novembro de 1755.

Entre as tarefas de reconstrução pós-terremoto, a recomposição da Biblioteca foi prioritária. D. José I (1714-1777) e depois a rainha, D. Maria I (1734-1816), organizaram outra Biblioteca chamada da

118 A saber: 1-Site oficial da BN: www.bn.br. 2-livro: MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel*. RJ: BN, 2008. 3-Exposição virtual da Biblioteca Nacional intitulada: *Dom João VI e a Biblioteca Nacional: o Papel de um legado*. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/exposicoes/dom-joao-vi-e-a-biblioteca-nacional-o-papel-de-um-legado/>. Acesso em: 24 jan. 2015. A exposição D. João VI: o papel de um legado, inaugurada em novembro de 2008 no Centro Cultural da Justiça Federal, é agora disponibilizada ao internauta em sua versão virtual. 4-Apostila: PINHEIRO, Ana Virgínia. *Subsídios para a história da Real Biblioteca portuguesa, 1755-1807: as raízes da Biblioteca Nacional brasileira*. Rio de Janeiro: UNI-RIO, [2002].

Ajuda¹¹⁹. De acordo com Rubens Borba de Moraes (2006), “D. Maria I, por alvará de 12 de setembro de 1805, ordenou que, de todos os papéis impressos nas oficinas tipográficas do reino, um exemplar fosse remetido à Real Biblioteca” (Moraes, 2006, p. 91). A nova coleção foi formada a partir de recurso de compras, doações e oportunas tomadas¹²⁰, ou seja, “propinas” pela entrega obrigatória de um exemplar de todo material impresso nas oficinas tipográficas de Portugal e na Impressão Régia, instalada no Rio de Janeiro. Essa legislação relativa às “propinas” foi sendo aperfeiçoada ao longo dos anos e culminou no Decreto chamado comumente Decreto de Depósito Legal¹²¹, ainda em vigor. Segundo Moraes, era “uma livraria rica e versátil. Continha mais de cem incunábulo, entre eles dois exemplares (um impresso em papel, outro em pergaminho) da Bíblia de Mogúncia, de 1462, feita por Fust e Schoeffer” (Moraes, 2006, p. 91), livro raro que analisamos no terceiro capítulo. No início do século XIX, aproximava-se, em termos quantitativos, dos 70.000 itens que possuía antes de 1755, entre manuscritos raros, incunábulo, livros, gravuras, mapas, moedas e outros¹²².

Em novembro de 1807, a família real portuguesa embarcava para o Brasil como estratégia para escapar da invasão napoleônica¹²³

119 A origem da Biblioteca da Ajuda remonta ao século XV, como Biblioteca Real, sua antiga designação. Instalada desde o século XVI no torreão poente do Paço da Ribeira, foi substancialmente enriquecida por D. João V, vindo a perder a maior parte do seu riquíssimo espólio no terramoto de 1755, após o que se procedeu a sua reinstalação em casas anexas ao Paço de madeira (Real barraca), na Ajuda. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=301&Itemid=&lang=pt Acesso em: 28 jan. 2015.

120 Como aconteceu com a livraria dos cônegos de São Vicente de Fora, quando foi transferida para o mosteiro de Mafra. Ver mais: MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel*. RJ: BN, 2008.

121 A FBN é a única beneficiária da Lei 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a remessa de obras à Biblioteca Nacional. O principal objetivo da lei do Depósito Legal é assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais. Hoje, para efeito de Depósito Legal, entende-se por publicação toda obra registrada, em qualquer suporte físico, destinada à venda ou distribuição gratuita.

122 Ver em: Exposição da Biblioteca Nacional intitulada *Dom João VI e a Biblioteca Nacional: o Papel de um legado*. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/exposicoes/dom-joao-vi-e-a-biblioteca-nacional-o-papel-de-um-legado/>. Acesso em: 24 jan 2015. A exposição D. João VI: o papel de um legado, inaugurada em novembro de 2008 no Centro Cultural da Justiça Federal, é agora disponibilizada ao internauta em sua versão virtual.

123 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/francebr/napoleao.htm> Acesso em: 28 jan. 2015.

e manter o governo do império colonial português. A Biblioteca Real, juntamente com a “livraria do Infantado” (obras destinadas ao uso dos reis), foi preparada para a mudança, agregando o conjunto de bens considerados mais importantes para a monarquia: documentos relativos à administração real, equipamentos necessários para a mesma atividade e o que era considerado tesouro real ou do Estado – ouro, joias, tapeçarias, alfaia em geral e, também, a Biblioteca dos Reis.

Segundo Moraes, “a partida da corte em Lisboa não foi uma fuga desordenada e improvisada como pareceu aos passageiros sedentários irritados com o desconforto de uma longa viagem decidida independentemente de suas vontades. A operação demandou um planejamento” (Moraes, 2006, p. 90). Moraes explica que a decisão de Napoleão obrigando Portugal a abandonar a aliança inglesa data de 12 de agosto de 1807 e que, somente em novembro do mesmo ano, o príncipe regente decidiu sair de Portugal, portanto, houve tempo suficiente para a Corte deixar Portugal de forma planejada e organizada. Sobre esse assunto, Moraes diz que,

Na noite de 24 de novembro o príncipe regente tomou a decisão, discutida havia a algum tempo no Conselho, de transferir a corte para o Brasil. Nesse intervalo sobrou tempo para fazerem as malas, isto é, encaixotar tudo quanto a máquina administrativa necessitaria para governar de sua nova sede. Era uma enorme operação. Por mais planejamento que fizera o almirante Manuel da Cunha Souto Maior, com navios – a superintendência do embarque fora confiada a Joaquim José de Azevedo (mais tarde visconde do Rio Seco) – houve, e não poderia deixar de haver, certa confusão na hora de se iniciar a viagem. Mas o fato é que tudo chegou a salvo no Rio de Janeiro em março de 1808. O governo pôde funcionar logo em seguida nos moldes de Lisboa. Foi uma operação difícil coroada de êxito. A rotina burocrática portuguesa estava salva (Moraes, 2006, p. 90-91).

Mesmo com a confusa transferência da Corte de Portugal, a viagem da família real para o Brasil foi organizada, conforme mostra o manuscrito de 29 de abril de 1807 (Figura 2), que trata da relação das forças navais e seus comandantes, que recomendavam onde cada passageiro iria seguir viagem, principalmente a família real.

Observamos no “Manuscrito da Viagem da família real portuguesa para o Brasil: relação das naus e seus comandantes”, Figura 2, que as recomendações do item 16 apresentam as Forças Navais com a data de saída do Tejo em 29 de abril de 1807 e comandadas pelo Vice almirante Manoel da Cunha Souto Maior e seu ajudante, o General chefe de Divisão Joaquim Joze Monteiro Torres. Verificamos, ainda, na Figura 2, uma tabela com os nomes das embarcações e os nomes dos seus respectivos comandantes. Há também ao lado da tabela, um campo para as “Observações”, discriminando o nome da fragata com os seus respectivos passageiros. Transcrevemos essa parte do texto,

1ª A Nao Príncipe Real conduzir a Rainha e o Príncipe Regente da Beira, mais os Infantes D. Miguel, e D. Pedro Carlos, seguidas pelos, Marquezes de Aguiar, Vagas e Torres Novas, mais o Conselheiro d’ Estº D. Fernando Joze de Portugal.

2ª Náo Afonço a Princeza Regente cõ a Princeza da Beira e as Infantas D. Maria Izabel, D. Maria D’Asumpção D. Anna de Jezus Mar^a, acompanhadas pelos Condes de Caparica e Cavalheiros.

3ª Náo Rainha – A Princeza do Brazil, Viuva com as Infantas D. Izabel Maria, D. Fran.^{ca} e D. Marianna, acompanhadas por o Marquez de Larradio.

4ª Nas outras Embarcações vierão os Titulos seg.^{tes} = Anadia, Belmonte Bellas, Cadaval, Penalva filho, Pombal, Pombeiro e Redondo, mais os Conselheiros de Estº Antº de Arº de Azdº, D. João de Almd^a, D. Rodrigo de Iz^a Coitº, o Gen^{al} João Forbes Ikellader, o Dezembarg.^{or} do Paço Thomaz Antº de Villa Nova e Monsenhor Subdiacono Joaquim da Nobrega Cam (Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital. Acesso: 15 jan. 2015).

Constatamos, na transcrição, que a Nau Príncipe Real conduzia a rainha e o príncipe regente, assim como os seus filhos, D. Miguel e D. Pedro Carlos. Nela estavam presentes também os marqueses Aguiar, Vagas e Torres Novas e D. Fernando Joze de Portugal. As filhas do casal real se encontravam na Nau Afonço: D. Maria Izabel, D. Maria D’Asumpção, D. Anna de Jezus, acompanhadas pelos Condes de Caparica e Cavalheiros. Na Nau Rainha, vinha

a Princesa do Brasil, viúva, com D. Izabel Maria, D. Francisca e D. Marianna acompanhadas pelo Marquez de Larradio. O documento relata que as embarcações traziam a família real para o Brasil e esse fato é significativo não somente na perspectiva política, mas em vários âmbitos, inclusive para a instalação da Biblioteca Nacional posteriormente.

Assim, em meio à tumultuada viagem de transferência da Corte para o Brasil, conforme verificamos na Figura 3, estava o acervo da Real Biblioteca, já embalado para o transporte, que na pressa foi “abandonada” no cais de Portugal, de onde, após exposição ao sol e à chuva, retornou ao Palácio da Ajuda. Somente em 1810, a Biblioteca do rei, em “caixões”¹²⁴, chegava ao Brasil, sendo transportada em três partes: a primeira, em 1810; a segunda, em março, e a terceira, em novembro de 1811. Segundo Pinheiro (2002), em 27 de novembro de 1807, não havia espaço para os livros na frota de D. João. Embora alguns acreditem que a Biblioteca tenha sido embarcada no *Medusa*¹²⁵ e em outras partes da frota, de fato, os livros não vieram com a Corte. A Biblioteca acomodada no *Medusa* foi a de Antônio de Araújo de Azevedo, incorporada à Real Biblioteca, no Rio de Janeiro, em 1819. Consta que uma das remessas veio na fragata *Princesa Carlota*, acompanhada por Luís Joaquim dos Santos Marrocos, e outra na fragata *João Magnânimo*, acompanhada pelo servente de livreria José Lopes Saraiva, com o encargo de 87 caixotes¹²⁶.

Dessa forma, chegou encaixotada, ao Brasil, boa parte da massa bibliográfica e documental de quase 60.000 volumes, que ficou, também, sob a chuva do cais de Belém, aguardando ir para o Rio de Janeiro.

124 Como os documentos de época se referiam aos enormes caixotes preparados em 1807. Ver mais: MARTINS, Ismênia de Lima. D. João VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel. RJ: BN, 2008.

125 PINHEIRO *apud* MANCHESTER, 1970, p. 189; cf. ALMEIDA, 18--.

126 PINHEIRO, Ana Virgínia. *Subsídios para a história da Real Biblioteca portuguesa, 1755-1807: as raízes da Biblioteca Nacional brasileira*. Rio de Janeiro: UNI-RIO, [2002].

Figura 3 - O tumultuado desembarque da família real, no cais de Belém, em 1807



Fonte: Martins, 2006, p. 148.

(Gravura de Francisco Bartolozzi a partir de óleo de Nicolas Delariva).

Além dos livros, a corte portuguesa trouxe também o trauma do terremoto de 1755, em Lisboa, que destruiu a Real Biblioteca da Ajuda. Por isso, o significado da Real Biblioteca ia além do acúmulo de livros,

Transportava-se, não um amontoado de livros reunidos ao Deus-dará, mas o espírito pombalino da constituição de uma biblioteca como um repositório do saber universal. Vinha uma arquitetura intelectual, assentada no gosto pelo livro [...] (Herkenhoff, 1996, p.7).

A intenção de reconstruir a Biblioteca Real veio do interesse em constituir uma biblioteca que não se subestimasse a outras bibliotecas da Europa, ou seja, perfeita e completa em tudo, “digna de ser imitada”. De acordo com Roger Chartier, “a totalidade de seus títulos define uma biblioteca ideal, livre das objeções impostas por qualquer coleção particular, ultrapassando os limites inerentes às recolhas e às compilações sendo realizadas” (Chartier, 1997, p. 48).

Inicialmente, no Rio de Janeiro, o precioso acervo da Real Biblioteca foi armazenado na parte superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, mas sendo essas instalações consideradas inadequadas, foi transferido para as catacumbas do Convento do Carmo¹²⁷, atendendo ao disposto do decreto de 29 de outubro de 1810,

Manda accomodar a Bibliotheca Real no lugar onde estavam as catacumbas dos religiosos do Carmo junto à Real Capella. Havendo ordenado por Decreto de 27 de Junho do presente anno, que nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado à minha Real Capella, se collocassem a minha Real Bibliotheca, e gabinete dos instrumentos de physica e mathematica, vindos ultimamente de Lisboa; e constando-me pela ultimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edificio não tem toda a luz necessaria, nem offerede os commodos indispensaveis em um estabelecimento desta natureza, e que no lugar que havia servido de catacumba aos religiosos do Carmo se podia fazer uma mais propria e decente accommodação para a dita livraria: hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de Junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija, e accommode a minha Real Bibliotheca e instrumentos de physica e mathematica; fazendo-se à custa da Real Fazenda toda a despeza conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento. O Conde Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar por este Decreto somente, sem embargo de quaesquer leis, regimentos, ou disposições em contrario.¹²⁸

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1810. Com a rubrica do Príncipe Regente (Disponível em: http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret_sn/. Acesso em: 10 jan. 2015).

Essa data passou a ser considerada oficialmente a da fundação da BN, que atendia pesquisadores devidamente autorizados pelo príncipe regente. Porém, as obras para a nova edificação da Instituição somente se concretizaram em 1813, quando o acervo foi transferido.

Em junho de 1811, chegava ao Rio de Janeiro, o segundo lote de livros da Real Biblioteca vindos de Portugal, trazido pelo

127 MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel*. RJ: BN, 2008.

128 Coleção de Leis do Império do Brasil - 1810, Página 220 Vol. 1 (Publicação Original).

bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Em novembro, com José Lopes Saraiva, chegava o terceiro lote, com os últimos 87 “caixões” de livros¹²⁹. Nesse período, a consulta ao seu acervo era permitida somente aos estudiosos mediante consentimento régio.

A BN foi enriquecida constantemente e seu acervo continuou crescendo, tanto por doações, quanto por compras. Segundo Moraes, “no Rio a Biblioteca Real obteve o privilégio do depósito legal logo no início” (Moraes, 2006, p. 93). Segundo Moraes, foi Marrocos quem obteve esse privilégio do depósito legal, chamada de propina, na época: “com bem custo consegui dar-se para essa Biblioteca propina da Impressão Régia de tudo quanto se tem aqui impresso, e houver de imprimir-se, o que tenho por um passo muito vantajoso, a benefício desta casa” (Moraes, 2006, p. 554). Assim, além do depósito legal, o acervo foi aumentando, como a da coleção de frei José Mariano da Conceição Veloso, botânico e desenhista, com cerca de 2.500 volumes, manuscritos originais e pranchas gravadas em cobre, em 1811. O precioso acervo foi crescendo por compras nos anos seguintes, como a aquisição do acervo do jurista Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1815), da coleção de papéis e gravuras do arquiteto José da Costa e Silva (1818) e da livraria de D. Antônio de Araújo e Azevedo, o conde da Barca (1819).

Em 1814, a Biblioteca Real foi aberta ao público em geral. Para Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1999), embora esse fosse um acontecimento expressivo à população do Rio de Janeiro, ele gerava muitas inquietações em seus estudiosos, “cujos comentários apontavam ora para a pouca atualidade das obras disponíveis na biblioteca, ora para a pouca frequência de leitores” (Lajolo; Zilberman, 1999, p. 176-177), pois mesmo aberta ao público, havia uma falta de interesse pela leitura em razão da população ser em sua maioria analfabeta. As autoras dizem que “a entrada

129 <http://www.bn.br/sobre-bn/historico>.

na Biblioteca é facultada ao público durante grande parte do dia; entretanto, aqui é tão pouco sentida a importância das ocupações literárias, que as salas permanecem, por assim dizer, vazias” (Spix e Martius *apud* Lajolo, Zilberman, 1999, p. 177).

Os comentários da época sobre a BN referiam-se ao seu volumoso acervo, assim como o local de funcionamento – Ordem Terceira dos Carmelitas – a baixa frequência de leitores e o tipo de público que a usava. Enfatizamos que a consulta ao acervo era liberada a qualquer pessoa e que a maioria, nos espaços de leitura, era de leitores negros. Lajolo e Zilberman dizem que,

A Biblioteca Nacional contém quase 80.000 volumes, e ocupa um edifício primitivamente de propriedade dos Carmelitas. [...] A Biblioteca honra a cidade. Cada pessoa decentemente vestida, branca ou preta, tem acesso livre à consulta e se quiser fazer extratos, ser-lhe-ão fornecidos penas, tinta e papel. Raramente encontrei ali mais de meia dúzia de consulentes, sendo a maioria jovens de cor – um fato corroborativo do que várias vezes já se disse sobre o caráter ambicioso desta parte da população (Ewbank *apud* Lajolo, Zilberman, 1999, p. 180).

Em 1821, no retorno à Europa, D. João levou apenas uma parte dos manuscritos referentes à história de Portugal. Assim, a Real Bibliotheca, hoje (2025), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é a soma desses dois tesouros, que se complementam na BN de Lisboa e na Biblioteca da Ajuda, instituída após 1821 com o retorno da Corte Portuguesa, ou seja, herança de dois mundos, uma memória que compartilhamos com Portugal¹³⁰. Pinheiro destaca que “pelo menos até que outros destinos de itens com suas marcas sejam identificados, estas bibliotecas partilham documentos que contam a mesma história de uma biblioteca real – fato inédito na História da cultura ocidental, cuja memória há que ser resgatada” (Pinheiro, 2002, p. 7).

130 Ver em: BETTIOL, Maria Regina Barcelos. *A Fundação da Biblioteca Nacional: uma memória compartilhada entre dois mundos*. Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul. Publicado no site em 26 de novembro de 2008. Disponível em: www.bibliotecapublica.rs.gov.br. Acesso em: 15 dez 2015.

2.4.1 A Biblioteca Nacional e suas instalações: depósitos de memórias

Em 1858, com o objetivo de abrigar de forma melhor o seu acervo, a BN foi transferida para uma nova sede situada na Rua do Passeio, número 60, no Largo da Lapa. Atualmente (2025), com algumas modificações, esse edifício abriga a Escola de Música da Universidade de Música do Rio de Janeiro¹³¹. No entanto, como seu acervo continuava a ampliar-se com doações, aquisições e através de contribuição legal, compra de coleções de obras raras em leilões e em centros livreiros de todo o mundo, foi necessária sua mudança para outro edifício, adequado às suas necessidades.

Em 1891, após a proclamação da República¹³², D. Pedro II (1825-1891) retorna a Portugal e, antes de partir, doa um conjunto de aproximadamente cem mil obras e pede que seja denominada “Collecção D. Thereza Christina Maria” em homenagem à imperatriz, sua esposa. Com essa grande doação foi necessário reformar e criar novos espaços no prédio para armazenar o acréscimo do acervo. A coleção reunia livros, publicações seriadas, mapas, partituras, desenhos, estampas, fotografias, litografias e outros documentos impressos e manuscritos. Entre os itens doados, as fotografias têm valor cultural mundialmente reconhecido. São 23 mil imagens referentes ao Brasil e ao mundo do século XIX, que retratam a realidade do período e refletem a personalidade do imperador e seus interesses. Esse acervo, considerado patrimônio da humanidade, foi o primeiro conjunto documental brasileiro a integrar o Programa Memória do Mundo da UNESCO, certificado

131 <http://www.bn.br/sobre-bn/historico>.

132 Ver em: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 2001.

pelo Registro Internacional do programa, em 2003, e pelo Registro Regional da América Latina e do Caribe, em 2011¹³³.

No início do século XX, ocupando uma edificação que não comportava mais o crescimento permanente do acervo, foi projetado seu atual prédio, que durante o governo do Presidente da República, Rodrigues Alves (1848-1909), teve sua pedra fundamental lançada em 15 de agosto de 1905 com grande festa, marcando o início da construção. Nesse evento, estavam presentes o Ministro do Interior, J. J. Seabra, e o Diretor da Biblioteca, Manuel C. Pelegrino da Silva, muitas autoridades da época, além de populares. As Figuras 4 e 5 mostram o lançamento da pedra fundamental e a construção na sua fase final do prédio da BN.

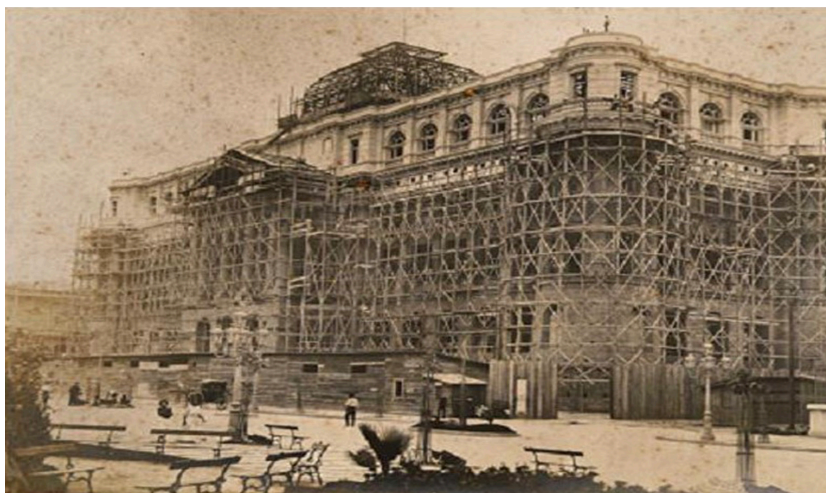
Figura 4 - Lançamento da pedra fundamental da Biblioteca Nacional (1905)



Fonte: Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1285453/icon1285453.jpg. Acesso em: 15 jan. 2015.

133 Ver em: <http://www.bn.br/sobre-bn/historico>.

Figura 5 - Construção da Biblioteca Nacional (1908)



Fonte: Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1285453/icon1285453.jpg. Acesso em: 15 jan. 2015.

Em 1909, iniciava-se a transferência do acervo para o novo edifício, localizado na Avenida Central no Rio de Janeiro. Segundo o *site* da BN, foram necessárias 1.132 viagens para transportar cerca de 400 mil obras entre os dois prédios, trabalho que só terminou no ano seguinte.

No dia 29 de outubro de 1910, foi inaugurado o novo prédio da BN, exatamente 100 anos depois da fundação e instalação da instituição na Rua Direita no Rio de Janeiro. Projetado pelo construtor e engenheiro general Francisco Marcelino de Souza Aguiar, o edifício tem capacidade para um milhão e meio de livros impressos e todo o acervo de manuscritos, estampas etc. Segundo o *site* oficial da BN, “o elegante edifício tem estilo eclético, no qual se mesclam elementos neoclássicos e de *art nouveau*, com estruturas de aço e dentro de todas as exigências técnicas da época” (www.bn.br/sobre-bn/historico), conforme constatamos nas Figuras 6, 7 e 8. O prédio da BN fica situado na Avenida Rio Branco, número

MEMÓRIAS GUARDADAS

219, praça da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, compondo, com o Museu Nacional de Belas Artes e o Teatro Municipal, um conjunto arquitetônico e cultural de grande valor. Na obra de Marc Ferrez, *Avenida Central, 8 de março de 1903-15*, de 1906, consta o projeto desse edifício.

Figuras 6 - Fachada principal da Biblioteca Nacional (1910)



Fonte: BN digital <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

Figura 7- Fachada principal da Biblioteca Nacional (1910)



Fonte: BN digital <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>

Figura 8 – Biblioteca Nacional. Detalhe das quatro claraboias que iluminam o interior do prédio (2009)



Fonte: © Copyright by FBN, 2009.

Em 1915, foi criado o primeiro Curso de Biblioteconomia, dentro da própria BN, para especializar os funcionários. O curso foi o primeiro da América Latina e o terceiro no mundo, e seguia o modelo da École de Chartres, na França, que era o melhor da época. Além do ensino teórico, havia a parte prática, que era feita na própria Biblioteca. A Figura 9 retrata a solenidade de inauguração do Curso de Biblioteconomia, cuja mesa de honra constava: João Gomes do Rego, sub-bibliotecário diretor da seção de numismática; Constâncio Alves, bibliotecário diretor da 1ª seção; conselheiro Ruy Barbosa; Manoel Cícero Peregrino da Silva, diretor da BN; Ancelmo Lopes de Souza, bibliotecário diretor da 3ª seção; e Alfredo Mariano de Oliveira, secretário da BN (da esquerda para a direita).

Figura 9 - Solenidade da inauguração do curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional (1915)



Fonte: BN digital, <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>.

A partir da segunda metade do século XX, começam a surgir por todo o Brasil diversas bibliotecas, gabinetes e sociedades de leitura, a maioria desses espaços constituídos através de doações de comerciantes e “senhoras” de famílias da elite brasileira. Nessa perspectiva, verificamos o crescimento desse espaço cultural e, conseqüentemente, do acervo.

2.4.2 A Biblioteca Nacional e seu acervo: memória e produção intelectual

A BN tem por missão o recolhimento, guarda e preservação da produção intelectual do País. É através do cumprimento da lei do Depósito Legal que a BN, ao receber um exemplar do que se publica no Brasil, vai-se tornando a guardiã da memória bibliográfica e documental brasileira.

No dia 24 de janeiro de 1946, foi criada a Seção de Livros Raros, pelo Decreto-Lei nº 8 679. Pela primeira vez, é também criado um serviço especializado para selecionar e zelar pelas obras raras pertencentes ao acervo que já, naquela época, era mais extenso e valioso do que o encontrado em qualquer biblioteca latino-americana¹³⁴. Atualmente (2025), esse serviço especializado tornou-se a Divisão de Obras Raras. Ele é responsável por garantir a conservação e salvaguarda da coleção de livros raros mais importante e antiga do Brasil e atende a um público extremamente especializado. O acervo abriga mais de 50.000 (cinquenta mil) obras, entre livros, folhetos, folhas volantes e periódicos, que abrangem obras do século XV ao século XX¹³⁵, de todos os ramos do conhecimento humano, desde os primeiros viajantes aos escritos da história contemporânea, tanto em obras, como em folhetos e jornais. O acervo é diversificado, proveniente de coleções da própria BN, onde destaca-se o material bibliográfico originário das coleções da Real Biblioteca, entre elas, J. A. Marques Benedicto Ottoni, Thereza Christina Maria, Salvador de Mendonça, De Angelis e muitos outros. Mas, digno de menção é a coleção de incunábulos, os livros do século XVI, a coleção de periódicos especiais.

O acervo da Divisão de Obras Raras é definido como raro, de acordo com dois critérios principais de seleção, raridade e preciosidade, ou seja, não basta que a obra seja antiga, é preciso também que seja única, inédita, faça parte de alguma edição especial ou apresente traço de distinção, como uma encadernação de luxo ou o autógrafo de uma celebridade¹³⁶. Esse setor possui, ainda, peças do século XV ao século XX, entre as quais se destacam os primeiros documentos gerados pelo processo de impressão por

134 <http://www.bn.br/sobre-bn/historico>.

135 Ver mais: MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel*. RJ: BN, 2008.

136 Ver em: <https://www.bn.br/en/node/21>.

tipos móveis, os ‘incunábulo’. O site da BN, destaca algumas preciosidades, inclusive nosso objeto de estudo, a *Bíblia de Mogúncia*, datada de 1462, conforme constatamos na relação:

- Pergaminho datado do século XI com manuscritos em grego sobre os quatro Evangelhos, o exemplar mais antigo da Biblioteca Nacional e da América Latina.
- A *Bíblia de Mogúncia*, de 1462, primeira obra impressa a conter informações como data, lugar de impressão e os nomes dos impressores, os alemães Johann Fust e Peter Schoffer, ex-sócios de Gutenberg.
- A *Crônica de Nuremberg*, de 1493, considerado o livro mais ilustrado do século XV, com mapas xilogravados tidos como os mais antigos em livro impresso.
- *Bíblia Poliglota de Antuérpia*, de 1569, obra monumental do mais renomado impressor do século XVI: Cristóvão Plantin.
- A primeira edição de *Os Lusíadas*, de 1572.
- A primeira edição da *Arte da gramática da língua portuguesa*, escrita pelo Padre José de Anchieta, em 1595.
- O *Rerum per octennium...Brasília*, de Baerle (1647), com 55 pranchas a cores desenhadas por Frans Post.
- Exemplar completo da famosa *Encyclopédie Française*, uma das obras de referência para a Revolução Francesa.
- O primeiro jornal impresso do mundo, datado de 1601.
- Exemplar único e considerado raríssimo do livro publicado em 1605 pelo autor *Hrabanus Maurus*, que criou o caça-palavras em forma de poesia visual (Disponível em: www.bn.br/explore/acervos/obras-raras. Acesso em: 15 de nove. 2015).

Enfim, de acordo com Spinelli e Pedersoli (2010) e o *site* da BN da Instituição, o acervo abrange em sua totalidade nove milhões de peças, entre livros, manuscritos, periódicos, estampas, mapas, partituras etc. Esse fato torna a BN em uma das mais importantes do mundo, e segundo o *site* da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, ela é considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo. É, também, a maior biblioteca da América Latina. O núcleo original de seu poderoso acervo é calculado hoje (2025) em cerca de dez milhões de itens. Importante destacar que, em 2006, foi criada a Biblioteca Nacional Digital - BNDigital, que integra todas as coleções digitalizadas, posicionando a Fundação Biblioteca Nacional – FBN na vanguarda das bibliotecas da América Latina e igualando-a às maiores bibliotecas do mundo no processo de digitalização de acervos e acesso a obras e serviços via *Internet*. Foi a BNDigital que nos possibilitou o acesso à grande maioria das informações e imagens referentes a história da BN relacionadas neste trabalho. Reforçamos igualmente que é por meio da BN que outras entidades do mesmo caráter surgem, promovendo o conhecimento. A BN se empenha em prol do desenvolvimento das bibliotecas públicas e de sua adequação às necessidades do País, sendo as bibliotecas estaduais e municipais exemplos desse empenho. Nosso lócus de estudo é a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Central da Unimontes, contudo apresentamos a Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de mostrar uma hierarquia institucional, bem como dizer da preocupação dos Estados com a criação dessas entidades.

2.5 A BIBLIOTECA PÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: CENTRO DE MEMÓRIA SOCIAL

De acordo com o Manifesto da UNESCO, a Biblioteca Pública é “a porta de entrada para o conhecimento, proporciona

condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais” (UNESCO, 1994 *apud* Zaher, 2000, p. 7). Segundo Célia Ribeiro Zaher, “essa definição do papel da Biblioteca Pública caracteriza a importância de sua existência, dentro dos preceitos de modernidade, como instrumento para a inserção adequada de nosso país na Sociedade da Informação” (Zaher, 2000, p. 7).

A primeira biblioteca pública brasileira foi criada em 1811, na cidade de Salvador, Bahia. As bibliotecas fundadas no País, antes da criação da Biblioteca Pública da Bahia, não tinham caráter público. Predominavam as bibliotecas mantidas por ordens religiosas ou por particulares, com o objetivo de oferecer apoio ao sistema educacional e ao desenvolvimento cultural de determinados grupos de indivíduos¹³⁷. No entanto, a BN, criada em 1814, foi a primeira biblioteca pública oficial do Brasil, por isso, é considerada a guardiã máxima do registro do saber em nosso país. Ela tem a missão de apoiar as bibliotecas públicas brasileiras a desempenharem seu papel primordial, ou seja, auxiliar “a formação e a qualificação de recursos humanos adequados a enfrentar a tarefa de disseminar a informação e o saber entre as comunidades e os indivíduos” (Zaher, 2000, p. 7). Segundo a Biblioteca Nacional, existem vários tipos de bibliotecas,

As bibliotecas, em geral, são classificadas de acordo com as funções que desempenham, o tipo de leitor para o qual direcionam seus serviços e o nível de especialização de seu acervo. São identificadas como bibliotecas nacionais, universitárias, públicas, escolares, especiais e especializadas (Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 17).

137 OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. *A biblioteca “fora do tempo”*: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 19.

Em 1994, a UNESCO atualizou seus conceitos com uma nova versão do Manifesto¹³⁸ sobre a Biblioteca Pública, ressaltando como básicas as missões da biblioteca que se relacionam com a informação, alfabetização, educação e cultura, e as descrevendo em doze itens¹³⁹. A FBN destaca que “essas doze missões incorporaram algumas ações propostas pelas reuniões¹⁴⁰ da América Latina e Caribe, como as relativas à herança cultural, ao apoio à tradição oral, ao acesso à informação comunitária e ao apoio à educação em todos os seus níveis” (Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 20), e. Ela esclarece que,

Incorporando as novas tecnologias em seu texto, a UNESCO, propõe como missão: facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso de computador. Propõe, ainda, a formação de redes nacionais de bibliotecas, obedecendo a padronização de normas de serviços e criando o relacionamento destas redes entre si e com as outras bibliotecas do país, independentemente do tipo de biblioteca (Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 20).

Neusa Dias de Macedo ressalta que a Declaração de Princípios da Biblioteca Pública Brasileira¹⁴¹, “sugere que a

138 Segundo a Fundação Biblioteca Nacional, a leitura do Manifesto é básica para a ação de qualquer biblioteca em qualquer parte do mundo. A Biblioteca Nacional efetuou sua tradução para o português para o V Encontro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Salvador, BA - 1995). O Manifesto foi lançado, em português, oficialmente, em forma de cartaz, na reunião Regional da IFLA/LAC: Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, Salvador, Bahia, março de 1998 e distribuído para todo o País. Ver em: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Biblioteca Pública: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000, 160 p. (Documentos técnicos; 6).

139 Ver em: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Biblioteca Pública: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000, 160 p. (Documentos técnicos; 6).

140 Em reuniões latino-americanas, surgiram outras propostas, tais como a que se refere à preocupação com a vida das populações menos favorecidas nas áreas rurais e nas periferias das grandes cidades e à atuação da biblioteca como centro de desenvolvimento cultural da comunidade. E depois, em 1994, durante a reunião do “*PGI Council Meeting*” da UNESCO, realizada em Paris, aprovou-se a última versão do Manifesto. Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

141 MACEDO, Neusa Dias de. *Das diretrizes para bibliotecas à “Declaração de Princípios da Biblioteca Pública Brasileira”*: comunicação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, v. 25, n.3/4, p.69-78, jul./dez. 1992.

biblioteca atue como centro de memória social e centro de disseminação da propriedade cultural da comunidade” (Macedo, 1992, p. 74). A autora enfatiza que a biblioteca pública deve estar aberta a todas manifestações culturais da comunidade, registrando-as e divulgando-as amplamente¹⁴². A biblioteca é um lugar de memórias e de conhecimento. Ser um centro de memória social é agregar histórias da sociedade e, oportunamente, colocá-las disponíveis para o público acessar.

Em Minas Gerais, assim como em todos os outros estados do País, a biblioteca pública estadual precisa ser o espaço e centro de informação, com função de disponibilizar para os usuários todo tipo de conhecimento. Por causa do seu caráter público, a biblioteca pública é uma instituição que deve oferecer serviços baseados na “igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, status social” (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 1995, p. 19).

Nesse contexto, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa é a principal biblioteca pública de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais. É popularmente chamada de “Biblioteca da Praça da Liberdade”, por estar do lado da mesma. É referência para as bibliotecas públicas dos oitocentos e cinquenta e três municípios mineiros e reconhecida como importante patrimônio cultural de Minas Gerais¹⁴³. Por esse motivo e, também, para atentarmos acerca da relevância de uma biblioteca estadual que, orientada pela BN, organiza e estabelece normas no âmbito do Estado, nesse caso específico, o de Minas Gerais, e cujas regras incidem sobre as bibliotecas públicas municipais e, conseqüentemente, sobre a BC/

142 MACEDO, Neusa Dias de. *Das diretrizes para bibliotecas à “Declaração de princípios da biblioteca pública brasileira”*: comunicação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 25, n. 3/4, p. 69-78, jul./dez. 1992.

143 Ver em: Disponível em: <http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 18 jan. 2015.

Unimontes, apresentamos seu breve histórico a partir de algumas informações extraídas do *site* oficial da mesma.

A Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais foi criada em 1954, quando Juscelino Kubitschek (1902-1976) era governador do Estado (1951 a 1955). O prédio foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012), com a missão de empreender uma variedade de ações culturais, atreladas à leitura. Em 1961, a biblioteca passou a ocupar a edificação atual na Praça da Liberdade, número 21, e recebeu o nome de “Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa”, em homenagem ao intelectual e funcionário público Luiz de Bessa¹⁴⁴.

Atualmente (2025), a biblioteca integra o maior complexo cultural do país, ou seja, o Circuito Cultural Praça da Liberdade¹⁴⁵. Em 2000, a fim de expandir seus serviços, acervos e proporcionar melhores acomodações aos seus usuários, foi acrescentado o Anexo Professor Francisco Iglésias, situado à Rua da Bahia, número 1889. Seu acervo, constituído por cerca de 550.000 exemplares, disponíveis entre livros, revistas e jornais correntes, inclui obras representativas da produção intelectual brasileira e estrangeira, tanto informativa, como literária, assim como uma coleção de autores mineiros de todas as épocas e outra de literatura infanto-juvenil.

Como lugar de memória de Minas Gerais, possui um setor denominado “Coleções Especiais Biblioteca Pública Luiz de

144 Jornalista e intelectual nascido em Amarante, Portugal, em 1894 e que chegou a Juiz de Fora, na Zona da Mata, aos 12 anos. Luiz de Bessa foi redator-chefe dos jornais Estado de Minas e Folha de Minas, organizou o serviço de radiodifusão no Estado, com destaque para a Rádio Inconfidência, e trabalhou, de 1942 a 1945, como oficial de gabinete do governador Benedito Valadares (1892-1973). Morreu na capital, em 1968. Ver em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/24/interna_gerais,339113/biblioteca-publica-estadual-luiz-de-bessa-e-patrimonio-de-minas.shtml.

145 Projeto gerido pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG), e reconhecido como um importante corredor de cultura do país. Abrigado em uma área histórica da capital mineira, o Circuito é composto por treze instituições, dentre museus e centros culturais, que mapeiam diferentes aspectos do universo cultural e artístico. Ver em: Disponível em: <http://circuitoculturaliberdade.com.br/plus/modulos/conteudo/index.php?tac=historia&layout=conheca>.

Bessa”,¹⁴⁶ com obras raras e especiais de reconhecida importância. Com a missão de preservar um acervo tido como patrimônio precioso, a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa guarda um acervo que contém relevância, raridade, beleza e conteúdo representativo da cultura universal¹⁴⁷. Fabrício José Nascimento da Silveira enfatiza a missão da Instituição que é “servir de centro de memória da capital mineira, reunindo, preservando e divulgando os registros da história local, de modo a valorizar a identidade cultural belo-horizontina, reportando-se, de modo mais geral, ao universo simbólico de todo o Estado” (Silveira, 2014, p. 137). Possui também um valioso acervo de jornais e revistas históricos, em grande parte digitalizados, sendo que muitos destes registram a história de Minas Gerais desde 1825. A Biblioteca tem, ainda, livros sobre artes e um conjunto de obras em braile e audiolivros.

Em Montes Claros - MG¹⁴⁸, temos a Biblioteca Pública Municipal “Doutor Antônio Teixeira de Carvalho”, que funciona no segundo pavimento do Centro Cultural “Hermes de Paula”, com um acervo de mais de quarenta e cinco mil volumes, atendendo à população do Município e da região. Mas, segundo Dário Cotrim, “infelizmente, os nossos governantes nada fazem para supri-la de novos livros, principalmente de obras literárias de autores da terra, de móveis descentes, informatizando-a para melhor atender os seus inúmeros usuários” (Jornal montesclaros.com, 2014). Essa realidade faz parte de vários municípios brasileiros, contrariando o Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública, orientando

146 Foi a partir de estágio realizado nesse setor que meu interessei por obras e documentos raros. Ver: Introdução deste trabalho.

147 <http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/pt-br/biblioteca-publica-estadual-luiz-de-bessa/o-que-e-biblioteca-luiz-de-bessa>.

148 Importante centro universitário; cidade polo de uma região com mais de 2 milhões de habitantes; segundo maior entroncamento rodoviário nacional; cidade da arte e da cultura; centro industrial que atrai grandes empresas; metrópole que consegue conciliar agitação e desenvolvimento com tranquilidade e hospitalidade. Pertence à microrregião homônima e Mesorregião do Norte de Minas, localizando-se a norte da capital do Estado, distando desta cerca de 422 km. <http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/chegar.htm>.

que ela deve servir como fonte de reflexão sobre seu papel e suas funções no mundo globalizado, pois segundo tal documento “cabe aos dirigentes de bibliotecas priorizar o desenvolvimento de suas funções de acordo com a realidade local e, até mesmo, identificar novas funções dentro de suas comunidades” (Manifesto da UNESCO, 1994 *apud* Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 20).

Entretanto, a Prefeitura Municipal de Montes Claros concluiu, em 2016, a reforma da Biblioteca Pública Municipal com o objetivo de proporcionar as condições para a informatização e a modernização do sistema de atendimento ao público, com os serviços de pintura, elétrico e outros¹⁴⁹, conforme foi divulgado pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Montes Claros,

Beneficiada recentemente por uma ampla reforma, que incluiu a pintura do local e a instalação de um moderno sistema de ar-condicionado, a Biblioteca Pública Doutor Antônio Teixeira de Carvalho, que funciona no segundo pavimento do Centro Cultural Hermes de Paula, é destino diário de centenas de estudantes de Montes Claros, que encontram ali um espaço propício aos estudos, com silêncio, clima agradável e acesso a milhares de livros, revistas e, ainda, internet gratuita (Agência de Notícias, 2016).

A instituição biblioteca deve ser um serviço público para que todos os segmentos da sociedade possam ser favorecidos com essa modalidade de ofício. As pessoas devem encontrar, na biblioteca, serviços e materiais que satisfaçam os seus interesses de informação, seja para estudar, ler, ou apenas para o lazer. Percebe-se, assim, a amplitude do raio de ação dessas instituições, bem como seus desafios para o século XXI. Além de todas as suas atribuições enquanto instituição social, a biblioteca precisa se adequar também às novas demandas oriundas da Sociedade da Informação.

149 Ver em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2016/jan-16/not_18_01_16_4816.php.

Enfim, esse percurso traçado, no qual pensamos a Biblioteca Nacional e, de certa forma, suas ramificações – com a finalidade de entendermos que há uma hierarquia institucional em relação a esses órgãos de documentação, apesar da autonomia que verificamos no exercício das suas atividades cotidianas – foi necessário. Ademais, desenhar essa organização nos possibilitou chegarmos ao nosso objeto de estudo, a Biblioteca Central Professor Antônio Jorge, a biblioteca pública, estadual e universitária que funciona na Unimontes, e cuja atuação tem se destacado pela observância dos parâmetros estabelecidos pela Biblioteca Nacional, que afirma que “a biblioteca universitária tem como função apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas, e seus serviços visam atender aos alunos, professores e funcionários das universidades, sendo sua coleção voltada para o ensino e a pesquisa” (Fundação Biblioteca Nacional, 2000, p. 17).

2.6 BIBLIOTECA DA UNIMONTES: LUGAR DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO INSTITUCIONAL E CULTURAL¹⁵⁰

A Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes é uma universidade comprometida com o progresso e o desenvolvimento social, econômico e cultural de Montes Claros-MG e com presença marcante em toda sua área de abrangência. Os cursos nela ministrados recebem, dos profissionais desta e de outras regiões, os melhores conceitos e se destacam entre os mais procurados do Estado. Oferecendo cursos de graduação, pós-graduação, educação a distância, mestrado e doutorado em diversas áreas e com alunos distribuídos no *Campus* de Montes Claros, e em várias

150 Essas informações foram extraídas de: *Home Page* da Unimontes: www.unimontes.br; CORDEIRO, F. L.; REIS, J. O. S.; GARCIA, R. A. D. M. Biblioteca universitária como instrumento da educação e cidadania, 2013; documentos oficiais da Universidade disponíveis no CEPEDOR e na documentação da DBU/Unimontes.

outras cidades da região, a vocação natural da Unimontes é ser a Universidade de Integração Regional¹⁵¹.

Inserida nesse contexto, encontra-se a Diretoria de Biblioteca Universitária – DBU/Unimontes, uma Unidade Administrativa de Apoio, diretamente subordinada à Reitoria e responsável pelos serviços técnicos biblioteconômicos, administrativos e de informática das Bibliotecas Universitárias da Unimontes, que engloba uma biblioteca central e outras 15 bibliotecas setoriais. A BC/Unimontes e as Bibliotecas Setoriais oferecem, à comunidade universitária, serviços e produtos de informação necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como acervos específicos em suas áreas de atuação ou abrangência. A trajetória das Bibliotecas Universitárias da Unimontes no Norte de Minas Gerais é um reflexo da história da Instituição na região. Por esse motivo, abordamos a origem da Universidade e apontamos como a legislação que a regulamentava teve implicações diretas na existência e nos serviços das bibliotecas.

Nosso intuito constituiu em mostrar, tomando como base o acervo raro que se encontra no Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes, como esse acervo foi concebido, simultaneamente, fazendo parte de uma biblioteca universitária, aliás uma das maiores da região. Refletimos sobre o fato dessa Biblioteca, na sua pretensão de se afirmar como lugar de memória de Montes Claros, possuir documentos tão significativos. Analisamos a confirmação da memória histórica institucional, desde sua criação, assim como a maneira que ela se materializa na BC/Unimontes, ou seja, enquanto lugar social. Nesse contexto, os lugares de memória representam uma parte dos atos políticos da região, que contribuiriam para estabelecer os ritos de diversas relações de poder, como ressalta Fabrício José Nascimento da Silveira,

151 Dados extraídos da *Home Page* da Unimontes: www.unimontes.br

Mais que uma coleção de livros formada ao sabor do tempo e de seus patrocinadores, as bibliotecas carregam consigo a marca de injunções e paradoxos: geralmente concebidas a partir de uma pretensão utópica – fazer coabitar em um mesmo espaço todos os traços do pensamento confiados à escrita – elas invariavelmente se mostram subordinadas a uma série de diretrizes políticas, técnicas, ergonômicas e intelectuais que acabam impondo-lhes um sem número de restrições e reajustes (Silveira, 2012, p. 3).

Escolhemos como ponto de partida da nossa abordagem pensar o acervo raro da BC/Unimontes através das possibilidades abertas pelo conceito de biblioteca como lugar, instrumento intelectual, símbolo do conhecimento e de “poder”. Segundo Christian Jacob, lugar “onde são trançados vários fios que dizem respeito à organização, à exteriorização, aos domínios da memória” (Jacob, 2001, p-53-76).

Para a fundamentação deste trabalho, analisamos documentos constituídos de espécies variadas, dentre eles, correspondências diversas, livros de atas, projetos de lei, revistas, jornais diversos e outros disponíveis nos órgãos¹⁵² de documentação e informações da Universidade. Essas fontes estão disponíveis na Diretoria de Documentação e Informações – DDI/Unimontes, local que mantém sob custódia documentos produzidos e/ou recebidos pela sua administração, além do seu *site* oficial.

Contudo, não podemos esquecer que, no relato histórico dos cursos superiores da região, deve ser ressaltado o trabalho daqueles que passaram pelo desenvolvimento da Universidade norte mineira. Eles lutaram e enfrentaram as dificuldades, superando desafios e mantendo acesa uma chama com seu esforço e dedicação. Nomear todos colaboradores da Universidade é uma tarefa muito difícil, mesmo porque acabaríamos esquecendo muitas pessoas relevantes, por isso, citaremos ao longo desta seção,

152 DBU/Unimontes; CEPEDOR/Unimontes e Secretaria Geral da Unimontes.

apenas os nomes relacionados à criação e ao desenvolvimento da Instituição. Mencionamos o primeiro dirigente da Instituição Universitária, João Valle Maurício, nomeado na época (1964) pelo governador de Minas, Magalhaes Pinto (1909-1996), para ser o representante dos atos do governo Estadual da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior - FUNM, sendo mantido no cargo pelos governadores Israel Pinheiro (1896-1973) e Aureliano Chaves (1929-2003). O professor João Valle Maurício comandou o processo de instalação dos primeiros cursos no *campus* universitário, permanecendo na direção da antiga FUNM por quatorze anos até 1978¹⁵³, quando deixou o posto.

A Unimontes resultou da transformação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM, de acordo com o artigo 82, parágrafo 3º, do “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, da Constituição Mineira de 21/09/89. A FUNM, atual Unimontes, foi criada pela Lei Estadual nº 2.615, de 24 de maio de 1962, de autoria do ex-deputado Cícero Dumont, respondendo ao anseio local de implantar o ensino superior na região norte mineira¹⁵⁴.

Em 1963, surgiu a primeira unidade de ensino superior do Norte de Minas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas – FAFIL, mantida, inicialmente, pela Fundação Educacional “Luís de Paula”. A FAFIL iniciou seu funcionamento no dia 13 de abril de 1963, nas instalações do Colégio Imaculada Conceição, que cedeu, gratuitamente, o espaço para a instalação dos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia. Nesse mesmo ano, as bibliotecas universitárias brasileiras firmaram-se como uma condição para regulamentação dos cursos, como ressalta Lemos e Macedo: “(...) desde 1963 o Conselho Federal

153 Relatório de Gestão da Unimontes de 1998, p. 4. Montes Claros: Imprensa Universitária, 1998.

154 Informações disponíveis no sítio oficial da Unimontes: <http://www.unimontes.br/index.php/institucional/historico-da-unimontes> e no livro: CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (Orgs.). *Unimontes: 40 anos de história*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2002.

de Educação incluía entre os requisitos que um curso superior deveria satisfazer para obter reconhecimento, a existência de uma biblioteca” (Lemos e Macedo, 1974, p. 168).

É também em 1963 que começa o recebimento e a acumulação de materiais bibliográficos na Instituição, o que continua até hoje (2025), e cuja data nos permitiu fazer um balanço historiográfico sobre a reunião desse acervo que confere à entidade uma preocupação com a memória da literatura local, regional, nacional e internacional, constituindo um perfil único e de relevante significado acadêmico, histórico, social e cultural.

De acordo com a Ata da reunião Ordinária da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas, do dia 26 de dezembro de 1964, foi necessário reestruturar e organizar os diversos setores de trabalho da Faculdade, a fim de melhor atender as exigências legais. Vários setores foram citados no documento, mas destacamos a letra “b” da referida ata: “b) BIBLIOTECA – sua ampliação, verbas especiais, inventários de livros, registro no Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura, Regulamento, correspondência, compras e doações” (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas, 26 dez.1964, s.p.). O início do funcionamento das Bibliotecas da Unimontes e a trajetória da composição do seu acervo remontam à criação das Faculdades da Universidade, consistindo em um reflexo da construção da história e da memória da Instituição.

Em 14 de novembro de 1964, por ato do Governador do Estado, José Magalhães Pinto, João Valle Maurício, um dos expoentes da luta pela implantação do ensino superior em Montes Claros, foi designado para representante do Estado de Minas Gerais nos atos constitutivos da Fundação. Em 1965, os cursos que funcionavam no Colégio Imaculada Conceição foram transferidos para o casarão centenário da FUNM, localizado na rua Coronel Celestino, 75, em Montes Claros.

A primeira unidade de ensino superior da FUNM, a Faculdade de Direito do Norte de Minas – FADIR, foi implantada em 1965, sendo também nela instalada a Biblioteca de Direito. A Figura 10 retrata a Biblioteca de Direito na sua fase inicial, revelando-nos uma estrutura bastante simples, mas que demonstra uma preocupação do referido curso com a criação de um órgão dessa natureza para suprir as necessidades dos estudantes e professores.

Figura 10 - Vista parcial da Biblioteca da Faculdade de Direito da FUNM (1965)



Fonte: CEPEDOR/Unimontes.

Em 1966, a FAFIL desligou-se da Fundação Educacional “Luís de Paula” - FELP e integrou a FUNM. A primeira turma da Faculdade colou grau em 1967, o que representou a primeira vitória da FUNM. Em 1968, começaram a funcionar, na FAFIL, os cursos de Matemática, Ciências Sociais e Filosofia. Em 1969, a Biblioteca da FADIR recebeu uma grande doação de livros da família de Randolfo Castilho e, em sua homenagem, passou a chamar-se Biblioteca Dr. Randolfo Castilho, conforme ata de reunião de 06/06/1969,

(...) Como último assunto da pauta, o Prof. Abel Machado Miranda expos a questão de uma biblioteca a ser doada pela família do Dr. Randolph, despesa de embalagem e transporte. Houve aprovação unânime e indicado o aluno Mauro Carvalho Lafetá para Coordenar o recebimento da doação. (...) O representante da DAC fez ressalva quanto a quem indicada [sic] para coordenar o recebimento da biblioteca, o aluno indicado e um professor e uma placa de bronze (FADIR, 6 jun. 1969).

Em 1969, foi criada outra unidade da FUNM, a Faculdade de Medicina – FAMED, e, juntamente com ela, foi implantada a Biblioteca da FAMED.

A Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas – FADEC foi criada em 1971, mas iniciou suas atividades em 1972, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Nesse ano, foi criada a Biblioteca da FADEC, de acordo com o Parecer nº 18/72, aprovado em 21/02/1972, que aprecia o cumprimento de diligências colocadas pelo Parecer nº 58/71(23/11/71), no Processo de pedido de autorização para funcionamento da Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas. Entre as exigências desse Parecer, citamos a “(...) 3.2. – Ampliação do acervo de sua Biblioteca, de acordo com as indicações constantes do parecer” (FADEC, 23 nov. 1971). O referido Parecer declara ainda que,

2.2 – Biblioteca: Em cumprimento em que determina o item 3.2 da conclusão do parecer nº 58/71, junta-se ao Processo relação de 1.242 (hum mil duzentos e quarenta e dois) volumes da Biblioteca da Faculdade de Direito do Norte de Minas, e 4.262, do acervo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas, ambas da Fundação Universidade Norte-Mineira, e Declaração dos respectivos Diretores de que os livros poderão ser usados pelos alunos e professores da Faculdade de Administração e Finanças, além da nota fiscal nº 0494, em fotocópia, emitida pela Livraria Itatiaia Editora comprovando a aquisição de 409 (quatrocentos e nove) volumes, conforme relação anexa à nota fiscal. Satisfaz, assim, a exigência, não se dispensando, porém, a Escola da obrigação de prover sua Biblioteca, tão cedo quanto possível, de novos livros que venham possibilitar o aprimoramento dos alunos e o enriquecimento do acervo bibliográfico (FADEC, 23 nov. 1971).

De acordo com o Relatório do Parecer nº 18/72, ficou definido que a Biblioteca a ser utilizada pelos alunos da FADEC seria a da Faculdade de Direito e Filosofia. Nessa época (1972), no entanto, a FUNM já estava planejando a criação de “(...) uma Biblioteca Central que atenda, com eficiência, economia e controle unificado, as necessidades das diversas unidades, sem prejuízo das Bibliotecas Setoriais destinadas ao atendimento dos alunos” (FUNM, 1972). A Figura 11 apresenta o relatório do Parecer nº 18/72, que trata dessa questão.

Figura 11 - Parte do Relatório do Parecer nº 18/72

N.A.C. 34 / FUNDAÇÃO / 197000.001
E.T. 12 / 1204 (55) / 1973 / 1204 (55) / 1973

Fundação Universidade Norte Mineira

Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas

AUTORIZADA PELO DECRETO Nº 70.382 DE 10 DE ABRIL DE 1972

SEDE: RUA PADRE CHAMPAGNAT, 81 FONE: 4542 CX. POSTAL 303
39.400 - MONTES CALROS ——— MINAS GERAIS

B I B L I O T E C A

A Biblioteca a ser utilizada pelos alunos da FADEC será a das Faculdades de Direito e Filosofia, em funcionamento no prédio destas duas unidades, com seu acervo acrescido de obras relacionadas a Economia, Finanças e Administração, portanto, centralizada para estas 3 (tres) áreas de ensino superior, segundo informações dos responsáveis.

A Fundação Universidade Norte de Minas está organizando uma Biblioteca Central que atenda, com eficiência, economia e controle unificado, às necessidades das diversas unidades, sem prejuizo das Bibliotecas Setoriais destinadas ao atendimento dos alunos quanto aos livros textos.

A Comissão teve oportunidade de verificar que conta a Biblioteca com, aproximadamente, 6.000 livros versando sobre matéria relativa ao Curso de Direito, aos cursos ministrados pela Faculdade de Filosofia, aos cursos a serem ministrados pela FADEC e, ainda, obras diversificadas de interesse cultural.

Foi constatada a aquisição recente de cerca de 500 publicações sobre Economia, Finanças, Contabilidade e Administração.

Fonte: Acervo DPDOR/ Unimontes.

Em Ata da 4ª reunião da Congregação da FADEC, realizada em 15 de setembro de 1972, folhas 8-10, ficou demonstrado que

continuava a preocupação dos responsáveis pela Faculdade em consolidar a Biblioteca:

(...) A seguir falou-se sobre a biblioteca. O diretor esclareceu que estava estabelecido que a mesma se incorporaria à biblioteca da FUNM. Todavia, resolveu-se pela instalação da mesma na FADEC. Pediu o diretor sugestões pelo fato de não se contar com elemento qualificado para funcionar como bibliotecário. O Dr. Fábio Borém disse que o ideal é que os livros continuem na FADEC. O Dr. Silvério sugeriu que se pedisse ao bibliotecário da SUDENE para treinar um elemento para cuidar da biblioteca e da organização da mesma (...) apesar de não ter curso de bibliotecário tem experiência pois, trabalhou dois anos na biblioteca da Faculdade de Medicina de Uberaba. O diretor esclareceu que já mandou fazer as estantes que ficarão prontas na próxima semana. O Dr. Vicente sugeriu que dois alunos fossem indicados como responsáveis pela biblioteca com a supervisão de um professor. O diretor aventou a possibilidade de se tornar os alunos responsáveis pela biblioteca como bolsistas. O Dr. Marco Antônio Jorge sugeriu que o encarregado da D.A. fosse indicado para tomar conta da biblioteca. Os demais não concordaram por considerarem a Secretaria da D.A. desvinculada da Escola. A Secretária teria condições de absorver a função de bibliotecária? Perguntou o Dr. Silvério. O diretor exclamou que não seria viável por estar a Secretaria no momento com poucos elementos. Pediu o diretor que os professores fizessem sugestões a respeito à Secretaria. Sugeriu o Dr. Marco Antônio Jorge que fôsse cada comissão estruturar a biblioteca. O Dr. Vicente Melo concordou com a proposição da comissão. O Dr. Silvério Torres discordou por achar que a criação de comissões vai burocratizar os trabalhos. Foi designada comissão com o consentimento dos demais formada por Dr. Edson Angoti, Dr. Eduardo Machado Tupinambá e Dr. Vicente Melo Matos. A comissão foi dada autonomia para resolver o assunto. (...) Voltando ao assunto biblioteca, o Dr. Vicente Melo Matos pediu um relatório de todos os livros e material disponível para a biblioteca, inclusive os móveis e dimensão da sala (FADEC, 15 set. 1972, fls. 8-10).

Em 17 de maio de 1973, a Biblioteca da FADEC foi registrada no Instituto Nacional do Livro com o nº 14.438. E no dia 18 de agosto de 1976, a mesma recebeu o registro de Biblioteca Universitária no Conselho Regional de Biblioteconomia na 6ª Região – CRB6 059.

Em 1976, a Biblioteca da FAFIL e a da FAMED receberam também o registro de Biblioteca Universitária no Conselho

Regional de Biblioteconomia na 6ª Região – CRB6: FAFIL, registro Biblioteca Universitária nº 040 (06/08/76) e FAMED, Biblioteca Universitária nº 062 (24/08/76).

No dia 13 de agosto de 1977, foi organizado um documento chamado “Retrospectiva sobre a FADEC”¹⁵⁵ com dois objetivos: autorização para funcionamento e localização. No caso específico da Biblioteca, percebemos, no documento, a preocupação de investimentos para a Biblioteca da FADEC, com a liberação de uma sala para seu melhor funcionamento e um investimento de Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros), valor vigente da época.

Em 1978, a Biblioteca da FADEC recebeu o nome de “Biblioteca Professor João Valle Maurício”, em homenagem ao então professor da instituição. No dia 18 de dezembro do mesmo ano, a FADEC implantou o Banco do Livro, criação pioneira em Montes Claros. O Banco do Livro constituía-se de um acervo de livros básicos do curso da FADEC, possibilitando aos alunos um estudo menos oneroso por meio de empréstimo regular.

Em 1987, foi criada a última Faculdade do período FUNM, a Faculdade de Educação Artística – FACEART, e instalada a Biblioteca da FACEART.

Em 1988, a aluna do 4º ano “A”, Carlúcia Sampaio, representando todos os estudantes do curso de Direito da FADIR, encaminhou um abaixo assinado¹⁵⁶ ao Reitor José Geraldo de Freitas Drummond, solicitando a unificação da Biblioteca das Unidades FAMED e FADIR para que os alunos das duas Unidades pudessem utilizar os acervos em virtude de estarem funcionando em um mesmo prédio,

Vimos, por este abaixo assinado, solicitar desta Direção Geral a unificação da Biblioteca das Unidades FAMED e FADIR,

155 Documento disponível no CEPEDOR/Unimontes.

156 Fonte: Acervo documental do CEPEDOR/ Unimontes.

no que concerne aos livros de Literatura e Conhecimento Gerais [sic], vez que encontram-se [sic] no mesmo espaço físico e sendo, no entanto, vedado aos alunos de ambas as faculdades usufruírem de alguns exemplares ali arquivados. Estamos porém [sic] conscientes que os livros pertencem ao Banco do Livro e aqueles de uso reservado ao currículo de cada Unidade não poderão ser incluídos nesta prerrogativa. Na certeza do atendimento desta solicitação, agradecemos. Montes Claros, 18 de outubro de 1988 (FADIR, 1988, s.p.).

Em janeiro de 1989, o Reitor José Geraldo de Freitas Drummond encaminhou o documento para que as direções das duas Unidades estudassem as possibilidades de maior integração universitária.

Através da Constituição Estadual de 1989, a FUNM foi transformada na Universidade Estadual de Montes Claros, instituída através do Decreto Estadual nº 30.971, de 09/03/1990. A efetiva integração da Unimontes como ente público (autarquia) ocorreu, no entanto, a partir de 01/08/1990, quando os servidores da extinta FUNM passaram a ser incorporados ao quadro pessoal do Estado. O primeiro estatuto da Universidade foi aprovado através do Decreto Estadual nº 31.840, de 24/09/1990.

A Universidade estava em pleno funcionamento e desenvolvimento, sendo necessária a criação de outras bibliotecas para atender a demanda dos novos cursos de graduação. Em 12 de maio de 1992, foi criada a Biblioteca Setorial do Hospital Universitário Clemente de Faria, com o objetivo de atender aos médicos e residentes do Hospital. Em 17 de junho de 1992, foi inaugurado o novo prédio da FAFIL, no *Campus* Universitário, e a “Biblioteca Professora Maria Dalva Dias de Paula”¹⁵⁷ mudou-se para as novas instalações da FAFIL. A Figura 12 mostra a citada biblioteca, que funcionava no antigo Casarão da FAFIL e foi transferida para as novas instalações. A imagem demonstra uma estrutura que

157 Em homenagem à professora da Unimontes Maria Dalva Dias de Paula (*in memoriam*).

contempla servidores, usuários e acervo. E, em 1993, foi criada a Biblioteca Setorial da Escola Técnica de Saúde com o objetivo de atender aos cursos técnicos da referida Escola.

Figura 12 - Servidores trabalhando na Biblioteca da FAFIL (1992)



Fonte: Acervo da Diretoria de Biblioteca Universitária.

Em 13 de julho de 1994, através da Lei Estadual 11.517, a Unimontes teve sua estrutura alterada, e as faculdades transformadas em Centros. A FAFIL e a FACEART passaram a integrar o Centro de Ciências Humanas - CCH. A FAMED transformou-se em Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS. A FADIR e a FADEC formaram o Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA. Além desses, foram criados o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CCET e o Centro de Ensino Médio e Fundamental - CEMF.

Através do mesmo instrumento legal, o antigo Hospital Regional Clemente de Faria, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG, foi incorporado definitivamente à Unimontes, com a denominação de Hospital Universitário Clemente de Faria.

MEMÓRIAS GUARDADAS

Em 21 de julho de 1994, através da Portaria nº 1.116, foi homologado pelo Ministério da Educação o reconhecimento da Unimontes como Universidade, em face do Parecer nº 232/94, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

A partir de 1995, a Unimontes começou a implantar cursos regulares de graduação fora da sede, primeiramente na cidade de Janaúria, com os cursos de Letras e Pedagogia, sendo criada a Biblioteca Setorial de Janaúria, inicialmente funcionando no Centro de Atenção Integral à Criança – CAIC, do citado Município. A Universidade começou a firmar convênios com as prefeituras da região para a oferta de novos cursos e, assim, foram sendo criadas bibliotecas setoriais.

Em 6 de setembro de 1995, através da Lei Estadual nº 11.903, a Unimontes passou a integrar a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, atual Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTES.

Em 21 de maio de 1996, foi promulgada a Lei Estadual nº 12.154, que “dá nova redação ao artigo 11 da Lei nº 11.517, de 13/07/1994” (MINAS GERAIS, 1994), disciplinando as eleições para Reitor e Vice-Reitor.

A partir do segundo semestre letivo de 1996 começaram a funcionar, na cidade de Janaúba, o curso de Agronomia e, em Pirapora, os cursos de Geografia e Pedagogia. Passaram a ser oferecidos, em Montes Claros, os cursos de Sistemas de Informação, inicialmente denominado Ciência da Computação, Educação Física e Enfermagem. Em julho de 1996, foi criada a biblioteca setorial de Janaúba, onde começou a funcionar o curso de Agronomia.

Em 1997, o curso de Ciências do Primeiro Grau foi extinto, sendo criados os cursos de Biologia – Licenciatura Plena e Bacharelado, e Matemática. No mesmo ano, o curso de Letras foi reestruturado, passando a serem oferecidas as licenciaturas únicas em Espanhol, Inglês e Português. Foi implantado, ainda, o curso de Odontologia.

Até esse período, 1997, cada unidade de ensino administrava o seu próprio acervo. Com a crescente expansão das atividades acadêmicas e a incorporação das atividades de pesquisa e extensão, a demanda de materiais bibliográficos avolumou-se e tomou cunho interdisciplinar. Uma vez sentida a necessidade de centralização e organização do acervo, em 1997, as Bibliotecas Setoriais das antigas FADIR, FAMED, FADEC, FAFIL E FACEART foram centralizadas e transferidas para um único prédio, passando a denominar-se Divisão de Biblioteca Central, iniciando o processamento técnico de informatização do material bibliográfico, em bases de dados específicas. As Figuras 13 e 14 nos mostram o prédio da Divisão de Biblioteca Central, primeira edificação que contemplava a reunião de todo o acervo bibliográfico da instituição. Nesse prédio, funcionava uma quadra de esportes da extinta FADEC, por isso teve que passar por reforma estrutural.

Figura 13 - Prédio da Biblioteca Central no início da centralização do acervo (1998)



Fonte: Acervo da Diretoria de Biblioteca Universitária.

Figura 14 - Prédio da Biblioteca Central no início da centralização do acervo (1998)



Fonte: Acervo da Diretoria de Biblioteca Universitária.

Através do Decreto Estadual nº 39.820, de 19 de agosto de 1998, foi aprovado o novo Estatuto da Universidade. Em setembro do mesmo ano, foram realizadas as primeiras eleições para Reitor e Vice-Reitor da Unimontes, tendo sido eleitos e, de acordo com a legislação, nomeados pelo Governador do Estado, os professores José Geraldo de Freitas Drummond (Reitor) e Paulo César Gonçalves de Almeida (Vice-Reitor), empossados em dezembro daquele ano. O Conselho Universitário aprovou, em 20 de dezembro de 1999, o Regimento Geral da Unimontes, o qual remete a questões do acervo bibliográfico ou da biblioteca.

Em 1998, teve início a informatização do acervo bibliográfico, utilizando, para o cadastramento dos dados dos livros, o sistema denominado MicroIsis da UNESCO, baseado no ambiente operacional MS-DOS (sistema operacional em disco da Microsoft). Para o registro e controle dos periódicos era utilizado o programa PHL - *Personal Home Library*. O sistema de empréstimos e devolução foi desenvolvido pelos próprios técnicos da biblioteca (*in house*) utilizando a linguagem *Delphi* conectada com a base de dados *Firebird*. Entretanto, durante a informatização, ocorriam

muitos erros, pois não existia integração do *software* entre a biblioteca central e as setoriais. Cada uma usava um *cliente* e um *servidor* próprio, isolado dos demais, fato relatado em muitos relatórios da BC/Unimontes.

Em 1999, iniciou-se a ampliação e reforma do prédio da BC/Unimontes pois a estrutura física não acondicionava corretamente o acervo bibliográfico e não atendia o expressivo número de acadêmicos. As instalações não proporcionavam, praticamente, nenhum conforto e era um desejo antigo da comunidade universitária o melhoramento da edificação. A

Figura 15 retrata essa etapa da reforma do prédio da biblioteca, revelando que as mudanças foram significativas.

Figura 15 - Reforma e ampliação do prédio da BC/Unimontes (1999).



Fonte: Acervo da Diretoria de Biblioteca Universitária.

Em 1999, com a reunião dos acervos das bibliotecas setoriais, observou-se que havia vários exemplares do mesmo título,

sendo necessário organizar critérios para definir a quantidade e qualidade desse acervo volumoso. Decidiu-se que cada título teria 10 (dez) exemplares da mesma edição, com exceção dos livros de medicina e direito, que teriam 15 (quinze) exemplares. Porém, no meio desse acervo, havia muitas obras consideradas “antigas” e “raras”, sendo encaixotadas e armazenadas em uma sala da biblioteca central para posterior avaliação.

Em 17 de março de 2000, a Divisão de Biblioteca Central, informatizada e reinaugurada, passou a ocupar as novas instalações, com cerca de 2000m², e a ser denominada Biblioteca Central Professor Antônio Jorge¹⁵⁸, conforme mostra a Figura 16. Assumindo a condição de Biblioteca Central, suas atividades foram adaptadas à nova dimensão da Unimontes, correlacionando os aspectos qualitativos e quantitativos da prestação de serviços.

Figura 16 - Inauguração da Biblioteca Central em março de 2000



Fonte: Acervo BC/Unimontes

158 Em homenagem ao professor e geógrafo Antônio Jorge (*in memoriam*), que muito contribuiu para o desenvolvimento das bibliotecas e da Unimontes.

Os investimentos na reforma do prédio da biblioteca incluíram a mudanças dos banheiros, o restauro das paredes, a pintura geral, a substituição de fiação elétrica e, principalmente, o forro do teto. Foi criado um segundo piso para área de estudos, sendo que, no primeiro, foi acondicionado o acervo bibliográfico. No novo prédio foram criados espaços para o usuário e o servidor, como sala de multimeios (um mini auditório com cinquenta lugares); o setor de Infopesquisa com acesso à *Internet*; setor de Conservação do Acervo; área administrativa; setor de Processamento Técnico e outros. Todo o mobiliário foi substituído por modelos modernos (estantes, mesas, cadeiras e armários), além de vários equipamentos de informática¹⁵⁹. As Figuras 17 e 18 nos revelam as transformações ocorridas no antigo prédio, o que possibilitou aos usuários da Universidade um espaço adequado e agradável para seus estudos.

Figura 17 - Fachada da Biblioteca Central Professor Antônio Jorge, reinaugurada em 2000



Fonte: Acervo BC/Unimontes

159 Dados extraídos do Relatório de Gerencial da Divisão de Biblioteca Central, dezembro de 2000.

Figura 18 - Fachada da Biblioteca Central Professor Antônio Jorge, reinaugurada em 2000



Fonte: Acervo BC/Unimontes.

A informatização continuava em ritmo acelerado e novos bibliotecários, técnicos administrativos e estagiários foram contratados para realizar os serviços técnicos em biblioteconomia. A Figura 19 mostra a equipe técnica catalogando e informatizando o acervo.

Figura 19 - Bibliotecários, servidores e estagiários no processo de catalogação e informatização (2000)



Fonte: Acervo da Biblioteca Central.

A partir da transformação da biblioteca do *Campus* Universitário em Biblioteca Central, as outras bibliotecas, criadas na região do Norte de Minas e espalhadas nas suas diversas cidades e vinculadas à Unimontes, passaram a receber a denominação de bibliotecas setoriais. Estas estão sob a coordenação da Biblioteca Central, sendo responsáveis pelo oferecimento à comunidade universitária de serviços e produtos de informação necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como de acervos específicos em suas áreas de atuação ou abrangência.

A Unimontes expandiu-se e com ela foram surgindo novas bibliotecas e/ou as que já existiam requeriam melhorias. Em 2000, a Biblioteca Setorial de Janaúba foi reinaugurada e o acervo foi ampliado e informatizado. Através do Decreto Estadual nº 41.434, de 15 de dezembro de 2000, foi criado o *Campus* de Almenara, sendo autorizado também o Curso Normal Superior, cujas atividades foram iniciadas em março de 2001. Em 2001, foi inaugurada a Biblioteca Setorial de Pirapora e Almenara com o acervo já totalmente informatizado. Em 5 de abril de 2002, a Biblioteca Setorial de Januária foi transferida para novas instalações. O acervo foi ampliado e informatizado. Em fevereiro de 2002, foi criada a Biblioteca do Núcleo de Joáima (Normal Superior) e, em julho, a Biblioteca Setorial de Salinas, com o início do funcionamento do curso de Zootecnia. Em dezembro do mesmo ano, foram criados os *campi* de Espinosa (Normal Superior), Brasília de Minas (Normal Superior) e São Francisco (História e Matemática) e com eles, a necessidade de mais bibliotecas setoriais. Em 22 de maio de 2002, foi inaugurada a Biblioteca do Centro de Excelência Educacional da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino Superior do Norte de Minas – Fadenor, em Montes Claros. Esses dados nos permitem quantificar a necessidade e implantação de bibliotecas setoriais

com o objetivo de possibilitar o acesso dos estudantes e professores ao acervo bibliográfico.

Em outubro de 2002, foram realizadas novas eleições para Reitor e Vice-Reitor da Unimontes, tendo sido nomeados, em 13 de novembro de 2002, pelo Governador do Estado, os professores Paulo César Gonçalves de Almeida (Reitor) e Tânia Marta Fialho (Vice-Reitora), que foram empossados em 4 de dezembro de 2002.

Em 29 de janeiro de 2003, foi editada a Lei Delegada nº 90, dispondo sobre o organograma estrutural da Unimontes e o Decreto nº 43.586, tratando as competências das unidades administrativas. O sistema de bibliotecas da Unimontes, composto pela Biblioteca Central Professor Antônio Jorge e (13) treze bibliotecas setoriais, até então ligadas à DDI, tornaram-se uma Unidade Administrativa de Apoio, denominada Biblioteca Universitária, sendo subordinada, diretamente, ao Gabinete do Reitor.

Em fevereiro de 2003, começou a funcionar, no *campus*-sede, em Montes Claros, o curso de Serviço Social. Em março do mesmo ano, foram inauguradas as Bibliotecas Setoriais de Brasília de Minas, São Francisco e Espinosa. Em 2003, foram criados os *campi* de Unaí e Paracatu, no Noroeste de Minas, sendo, posteriormente, criadas as bibliotecas dos referidos *Campi*.

Em 2006, o acervo da Biblioteca do Centro de Excelência Educacional da Fadenor foi incorporado à Biblioteca Central Professor Antônio Jorge em virtude de estar funcionando na sede do *campus*.

Em 21 de agosto de 2006, através da Resolução 18/2006, do Conselho Universitário, foi criado o curso regular de graduação em Ciências da Religião, que começou a funcionar em fevereiro de 2007 no *Campus* Universitário Professor Darcy Ribeiro.

Em 31 de outubro de 2006, foram realizadas novas eleições para Reitor e Vice-Reitor da Unimontes, tendo sido eleitos e nomeados, em 17 de novembro de 2006, pelo Governador do Estado, os

professores Paulo César Gonçalves de Almeida (Reitor) e João dos Reis Canela (Vice-Reitor), empossados em 04 de dezembro de 2006 para a gestão dezembro de 2006/dezembro de 2010.

Em 26 de janeiro de 2007, foi editada a Lei Delegada nº 142, alterando a Lei Delegada nº 90, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Unimontes. Com a alteração na Lei Delegada, o conjunto de bibliotecas recebeu a denominação de “Biblioteca Universitária”, englobando todo o sistema de bibliotecas da Unimontes. É importante enfatizar que a mudança na lei valorizou muito o profissional bibliotecário registrado no Conselho de Biblioteconomia e, em abril desse mesmo ano, a Bibliotecária Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia assumiu a direção da Biblioteca Universitária.

Em outubro de 2007, a Diretoria de Biblioteca Universitária implantou o *software Pergamum* - Sistema Integrado de Bibliotecas. Este é um sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, através de um projeto de pesquisa apresentado e coordenado pela Bibliotecária Roseli Aparecida Damaso Messias Garcia¹⁶⁰, adquirido com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG¹⁶¹. Esse sistema permitiu aos usuários realizarem renovação de livros, reserva de obras e consulta ao acervo bibliográfico através da *Internet*, o que possibilitou a integração do banco de dados das bibliotecas do sistema através da reformatização dos acervos.

No segundo semestre de 2008, a Unimontes iniciou as atividades dos cursos de educação à distância, dentro do sistema Universidade Abertas do Brasil - UAB, em convênio com o Ministério da Educação.

160 Proposta de implantação de um novo *software* para automação do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

161 Financiado pelo custo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

Nesse mesmo, 2008, a Universidade investiu na melhoria do atendimento oferecido à comunidade, através da BC/Unimontes, no *campus*-sede, e das bibliotecas setoriais. Entre os benefícios concretizados está a ampliação do acervo em títulos e exemplares, a aplicação de novos sistemas de segurança e informática e, ainda, a instalação de equipamentos para acesso mais ágil dos portadores de necessidades especiais. Os recursos financeiros¹⁶² foram destinados à aquisição de livros e aos serviços e equipamentos de estruturação física e de segurança. O reitor, Paulo César Gonçalves de Almeida (gestão 2002 a 2010), destacou “está sendo priorizado o atendimento às demandas apresentadas pelos usuários da BC/Unimontes, buscando, em consequência, reforçar a qualidade do ensino de graduação e as atividades de pesquisa e extensão” (Disponível em: www.agenciaminas.mg.gov.br. Acesso em: 11 nov. 2008). O reitor destacou, ainda, investimentos para assegurar a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais, “que, independentemente das exigências legais, fazem jus a um tratamento digno e respeitoso” (Disponível em: www.agenciaminas.mg.gov.br. Acesso em: 11 nov. 2008). A matéria publicada pela Agência Minas, do Governo de Minas, destaca os investimentos realizados nas bibliotecas da Unimontes,

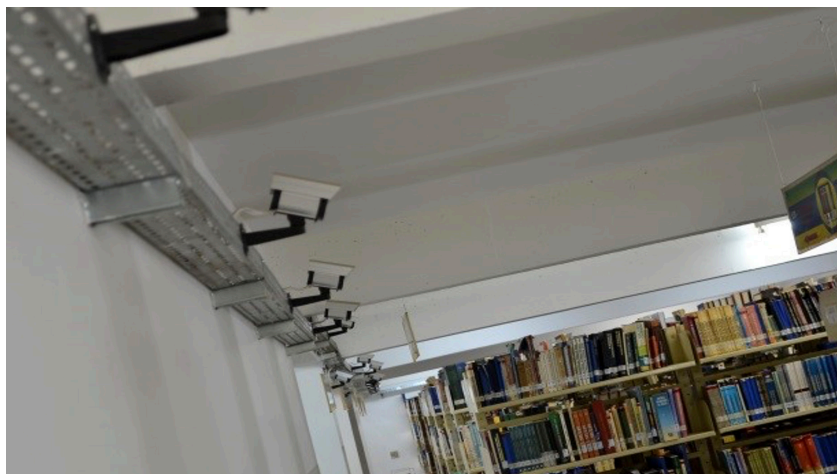
A Unimontes investe, também, na reestruturação do espaço físico da Biblioteca Central. Foi implantada plataforma elevatória eletrônica para cadeirantes, que permite o acesso ao segundo pavimento. O equipamento é pioneiro em bibliotecas de Montes Claros e região Norte de Minas. Também tem sido promovida a capacitação dos servidores técnico-administrativos com cursos e palestras sobre a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), específica para a comunicação com surdos-mudos, e, ainda, sobre os métodos ideais para a acessibilidade do portador de necessidades especiais. Entre julho e outubro, outras obras físicas foram executadas na Biblioteca Central com o objetivo de assegurar agilidade no atendimento, podendo ser destacadas as seguintes: a sala de

162 Investimentos no valor de R\$368.000,00(trezentos e sessenta e oito mil reais).

info-pesquisa recebeu nova porta e sistema de ar condicionado; nivelamento da entrada do prédio e instalação de novas catracas permitindo o acesso mais cômodo dos portadores de necessidades especiais; e o acervo de periódicos (jornais, revistas, boletins) foi transferido do 2º piso para o térreo. Recentemente, foi implantado o software Pergamum, ao custo de R\$ 40 mil, adquirido com o apoio da Fapemig. Esse sistema permite aos usuários realizarem renovação de livros, reserva de obras e consulta ao acervo bibliográfico através da internet (Agência Minas. Disponível em: www.agenciaminas.mg.gov.br. Acesso em: 11 nov. 2008).

As Figuras 20 e 21 nos mostram investimentos importantes no âmbito da Unimontes, como plataforma elevatória na biblioteca para usuários com necessidades especiais e a instalação de trinta e duas câmeras de segurança. Tais investimentos são relevantes para a segurança do acervo bibliográfico e a acessibilidade dos usuários em utilizar os serviços oferecidos pela biblioteca. Outras melhorias adquiridas nesse período se constituíram, sobretudo, em relação ao acervo bibliográfico. Foram comprados muitos livros, o que possibilitou aos usuários do sistema de bibliotecas a utilização de mais materiais para suas pesquisas e estudos.

Figura 20 - Instalação de 32 câmeras de segurança na Biblioteca Central (2008)



Fonte: Acervo da Diretoria de Biblioteca Universitária

Figura 21 - Plataforma elevatória para pessoas com deficiência instalada na Biblioteca Central (2008)



Fonte: Acervo da Diretoria de Biblioteca Universitária.

Em 13 de dezembro de 2008, ocorreu a inauguração do *Campus* de Bocaiuva, onde foram implantados os cursos de Química (2009) e Física (2010) e com eles, instalada mais uma biblioteca setorial, a Biblioteca Setorial de Bocaiuva, reorganizada em 2010, a partir da informatização do seu acervo.

Em 04 de novembro de 2010, foram realizadas novas eleições para Reitor e Vice-Reitor da Unimontes, tendo sido nomeados, em 24 de novembro de 2010, pelo governador do Estado, os professores João dos Reis Canela (Reitor) e Maria Ivete Soares de Almeida (Vice-Reitora), empossados em 06 de dezembro de 2010 para a gestão dezembro de 2010/dezembro de 2014.

Em fevereiro de 2011, foram iniciadas as atividades do curso de Engenharia de Sistemas, vinculado ao CCET. Desde então, a Unimontes expandiu e compreende, atualmente (2025), um conjunto de faculdades com diversos cursos que se multiplicam a cada ano, oferecendo cursos de graduação, sequenciais, pós-graduação *lato sensu* e mestrado e doutorado em diversas áreas e contando com aproximadamente 13.066 alunos distribuídos nos *campi* de Montes Claros e de outras cidades da região.¹⁶³ Por esse motivo, é conceituada como uma instituição pluridisciplinar, já que “no tocante à natureza das atividades acadêmicas é comum afirmar-se que a missão da universidade é efetivada pela trindade: ensino, pesquisa e extensão” (Cunha, 2000, p. 75). Hofmeister esclarece que

O ensino, a pesquisa e extensão... estes são os fundamentos sobre os quais desenvolve todas as suas atividades, além de assumir o compromisso de mudar a realidade social por meio da formação do pensamento crítico e profissional do estudante, para este se transformar em um cidadão agente e participante da sociedade (...) (Hofmeister, 2000, p. 70).

Segundo Botelho (1997), vive-se uma era além da informação. Vive-se o limiar da era educacional. É nesse cenário que a Biblioteca Universitária se insere como lugar específico para servir de alicerce ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, tendo como resultado o amplo acesso ao conhecimento.

Ressalta-se, também, a atenção conferida pela Universidade às pesquisas científicas e tecnológicas, voltadas, essencialmente, para a análise de aspectos econômicos, sociais e culturais da região, envolvendo áreas básicas e evidenciando seu compromisso com a realidade regional. Com espírito similar, é desenvolvida a política de extensão da Universidade.

163 Dados extraídos da Secretaria Geral da Unimontes.

A Biblioteca Universitária, nesse contexto, continua sendo considerada como segmento de vital importância na estrutura da instituição, visto o seu caráter de promover o acesso e a disseminação da informação para que os objetivos da instituição sejam plenamente atingidos. A missão das Bibliotecas Universitárias é promover o acesso, a recuperação e a transferência da informação para toda a comunidade universitária, de forma atualizada, ágil e qualificada, visando contribuir para a formação profissional do cidadão, colaborando, dessa forma, para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade como um todo.

Durante os seus 61 anos de existência (1962-2025), as Bibliotecas Universitárias da Unimontes acumularam um inestimável patrimônio, dividido em diferentes lugares, como apresenta a Figura 22, sendo que a BC/Unimontes coordena as bibliotecas setoriais da sede, quais sejam: o Centro de Educação Profissional e Tecnológica e a Biblioteca Setorial do Hospital Universitário Clemente de Faria – Montes Claros; e as bibliotecas setoriais dos demais *campi*: Almenara, Brasília de Minas, Espinosa, Janaúba, Januária, Joáima, Paracatu, Pirapora, Pompéu, Salinas, São Francisco e Unaí. O acervo de material bibliográfico informatizado das Bibliotecas Universitárias, atualmente, corresponde a 171.615 exemplares, sendo composto por livros, monografias, periódicos, fitas de vídeo, mapas, obras raras, CD-ROMs e CDs.

É importante enfatizar o empenho e o compromisso das Bibliotecas da Unimontes ao longo desses 61 anos, em todas as suas gestões, na organização e acesso às obras dessa coleção, bem como em criar um ambiente favorável à pesquisa e ao debate de ideias, para que relevantes temas e questões relativas à educação e à cultura brasileiras possam ser, amplamente, expostos e debatidos.

Figura 22 - Municípios atendidos pela Unimontes em 2013.



Fonte: Disponível em: <http://www.unimontes.br>. Acesso em: 3 out. 2013.

O ensino superior da Universidade, assim como todo e qualquer nível de ensino, tem o seu corpo social constituído de gestores, professores, alunos e servidores, pessoas que participaram, intensamente, da trajetória da Unimontes e das bibliotecas. Mas, destacamos, principalmente, os técnicos universitários e bibliotecários que se envolveram no trabalho de construção e desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias. Destacamos, neste estudo na BC/Unimontes, o Setor de Obras Raras e Especiais, nosso *locus* de pesquisa e lugar de memórias, onde se encontram as fontes analisadas, com o objetivo de mostrar sua relevância para a cultura internacional, nacional e local.

2.6.1 Setor de obras Raras e Especiais da Biblioteca da Unimontes: memória e história

O Setor de Obras Raras e Especiais, nosso *locus* de estudo, encontra-se no primeiro piso da BC/Unimontes, em

uma sala provisória e reservada, mas, que se mostra um espaço cultural proporcionador de muitas pesquisas. Espaço este que tem como objetivos disponibilizar obras raras e especiais, possibilitando identificar, reunir, informatizar, preservar e facilitar o acesso ao conteúdo de obras raras ou com características especiais. No entanto, para analisar o Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes, temos que compreender como se deu o processo de construção e preservação desse lugar de memória no âmbito da Unimontes, durante as cinco últimas décadas, ou seja, de 1962 a 2015, uma vez que não é possível tratá-lo de forma desconexa em relação à memória institucional, pois a história do acervo raro se confunde com a da Universidade, conforme abordamos anteriormente. O acervo de obras raras da BC/Unimontes apresenta um histórico bastante interessante. Parte desse acervo é, originalmente, proveniente do período em que começa o recebimento e a acumulação de obras na Unimontes, ou seja, 1962.

De 1997 a 1999, os acervos das bibliotecas setoriais do *campus* sede foram selecionados e direcionados para a construção de uma biblioteca central, denominada, em 2000, como Biblioteca Central, e muitos livros foram guardados em inúmeras caixas de papelão sem qualquer ordem e “esquecidas” nos espaços da biblioteca. Os livros foram sendo despejados em uma pequena sala que os abrigaria para posterior avaliação e incorporação ao acervo geral. Essas obras sobrevivem através do tempo, resistindo às ameaças a sua integridade física, ou seja, a fatores ambientais e agentes biológicos que infectam os acervos, além de práticas inadequadas de armazenagem e manuseio.

Desde 1999 são planejadas políticas no sentido de

organizar e tratar esse acervo através de projetos de pesquisa¹⁶⁴. A partir da execução desses projetos, começamos a organização do Setor de Obras Raras Especiais/Unimontes, tratando e identificando essa documentação considerada rara e especial. Essa decisão constituiu-se como objetivo para garantir a conservação e salvaguarda de coleção de livros raros e considerados patrimônio da Unimontes¹⁶⁵. São obras que apresentam características especiais, independentemente da época em que foram impressas. Sendo assim, as obras raras constituem fonte riquíssima de pesquisa e conhecimento.

Em 2001, foi realizada a primeira grande ação em torno da preservação e conservação do acervo raro, ou seja, a higienização e desinfestação de todo o acervo, quer dizer, limpeza e assepsia das obras que estavam infestadas por agentes biológicos como traças, cupins e outros insetos, por meio de técnicas adequadas. Organizou-se um mutirão de higienização com servidores da própria Biblioteca e estagiários do curso de biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia de Formiga – ESBI, Formiga/MG, que receberam treinamento adequado para realização da higienização e desinfestação desse material. A Figura 23 nos reporta a condição em que se encontravam os livros na época. Percebemos que o estado em que se achavam as obras era bastante precário, solicitando cuidado e atenção. A Figura 24 retrata oficinas para o tratamento desse material, pois ele

164 Projeto “Tratamento Documental: um resgate da história e da memória” - versões I e II, 2008 a 2011; Projeto “Estudo sobre os fatores de degradação físicos e biológicos que contribuem para o desgaste dos materiais bibliográficos da Biblioteca Central Professor Antônio Jorge da Universidade Estadual de Montes Claros” – 2012 e 2013. “História e literatura regional norte mineira: possibilidades da construção do olhar historiográfico” – 2014 a 2015. Projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais -FAPEMIG/Unimontes e vinculados ao departamento de História da Unimontes. Documentos comprobatórios sobre esses projetos se encontram nos arquivos da Diretoria de Biblioteca Universitária da Unimontes – DBU.

165 CORDEIRO, F. L.; REIS, J. O. S.; GARCIA, R. A. D. M. *Biblioteca universitária como instrumento da educação e cidadania*. Montes Claros: Unimontes, 2013.

MEMÓRIAS GUARDADAS

demanda técnicas específicas.

Figura 23 – Livros infestados a serem higienizados (2001)



Fonte: Acervo da Biblioteca Central.

Figura 24 - Início do treinamento de higienização das obras para os estagiários e servidores (2001)



Fonte: Acervo da Biblioteca Central

Muitas dessas obras e documentos não eram detectados

como raros ou especiais e, somente depois do seu estudo, foram considerados como tais. Dessa forma, foi possível elaborar uma reflexão sobre o que seria definido como raro ou especial, ou o que seria preservado ou devolvido para o acervo geral da BC/Unimontes, estabelecendo, assim, critérios de raridade. Entretanto, com relação ao acervo de obras raras, deve-se salientar o fato de que, até o momento (2015), somente parte desse precioso acervo foi “(re) descoberto”, já que o trabalho de identificação e processamento técnico é moroso e a BC/Unimontes conta com poucos profissionais especializados na área.

Desde 1999 nos deparamos com a missão enriquecedora de trabalhar com acervos raros e especiais, descobrindo a cada dia seu valor histórico, social e sua relevância para o conhecimento. Por isso, nosso objetivo em apresentar algumas obras raras neste estudo foi mostrar que elas possibilitam a preservação da memória, além de contribuir com o trabalho de pesquisadores e estudiosos do assunto que necessitam encontrar as fontes certas para suas pesquisas.

O acervo foi enriquecido no decorrer do tempo com aquisições e doações e compreende, também, livros impressos no Brasil no século XIX. O Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes conta, aproximadamente, com mais de 6.000 (seis mil) obras, entre livros, folhetos, panfletos, cartões, folhas volantes e periódicos. Esse material abrange livros do século XVII ao século XX, abarcando os mais diversos campos do conhecimento humano, contando com documentos autografados por autores renomados, edições censuradas, obras editadas no Brasil até 1900 e publicações da Unimontes, de Montes Claros e região do Norte de Minas.

Destacam-se algumas obras raras, como *Avlo Persio Flacco*, publicada em Burgos, 1609, de Iuan Baptista Varesio; *A Maçonaria e o Cristianismo*, de Jorge Buarque Lyra, 1953; *O primeiro Livro dos Espíritos de Allan Kardec*, 1857, edição fac-símile de 1957, publicada

por Silvino Canuto Abreu e editora Ismael; *Dicionário enciclopédico luso-brasileiro* em 4 volumes, dos irmãos LELLO, [19--]; *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa; *Eneida Brasileira*, 1854, tradução de Virgílio, por Manuel Odorico Mendes; *Sermões e Lugares Selectos*, Pe. Antônio Vieira, 1941; *As razoens da Inconfyendencia*, Antonio Torres, 1925; *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, 1976-1983; *O LIVRO*. Periódico Bibliográfico da Livraria Editora Dr. Candido de Oliveira Filho, 1932. Destaca-se também, o *Jornal de Montes Claros: Semanario Noticioso Litterario*, 1893.

Fazem parte, também, desse acervo, as coleções especiais, pois, segundo a definição de Rizio Bruno Sant'Ana, uma coleção especial é “um conjunto maior que as coleções de obras raras, pois mesmo estando mais vinculado ao termo livro, o conceito de obras raras também inclui periódicos, mapas, folhas volantes, cartões-postais, outros materiais impressos” (Sant'ana, 2001, p. 2). Para o autor, as fotografias, manuscritos, gravuras e desenhos devem receber o mesmo tratamento de preservação que as obras raras, mas não devem ser denominadas como tal dado seu caráter de obra única, pois, segundo ele, os acervos raros têm aspectos específicos e integram o conjunto maior: coleções especiais.

A Seção de Coleções Especiais foi organizada a partir de coleções que pertenceram a renomadas personalidades do meio científico ou que tiveram destacada atuação na vida pública do Brasil e da região do Norte de Minas. As coleções especiais, além de conter obras raras, trazem as marcas de seus organizadores, entre os quais há pessoas de maior expressão no campo jurídico, médico, político, da sociologia, da literatura, da filosofia e da cultura do Norte de Minas, constituindo um acervo de grande importância para estudos da história da região. Parte desse valioso acervo é desconhecido, visto que o trabalho de identificação e catalogação de obras raras não se deu por completo. Entre as Coleções Especiais do acervo da BC/Unimontes, destacamos a de Direito

Antigo, Memórias Guardadas, Darcy Ribeiro, Guimarães Rosa, Escritores Regionais, Monteiro Lobato, Memória Institucional da Unimontes, Sesquicentenário: Montes Claros 150 anos.

A Coleção de Direito Antigo reúne obras, predominantemente, jurídicas, dos séculos XVIII e XIX, além de coletâneas da legislação do império do Brasil (leis, decretos), como por exemplo: *Collecção das Leis do Brazil*, de 1808 (Rio de Janeiro, 1891); *Do Habeas-Corpus e seo Recurso* (Rio de Janeiro, 1879), de Manoel Godofredo D'Alencastro Autran; *Primeiras Linhas Sobre o Processo Orphanologico* (Rio de Janeiro, 1888), de José Pereira de Carvalho; *Fascículo de Dissertações Jurídico-Práticas* (Lisboa, 1866), de Manuel de Almeida e Sousa de Lobão; *Le Droit des Gens, ou Principes de la Loi Naturelle* (Rio de Janeiro, 1830), M. de Vattel; *Le Casse Ordinarie di Risparmio in Italia dal 1822 al 1904* (Roma, 1906), do Ministério D'Agricultura, Industria e Commercio; *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1838* (Rio de Janeiro, 1863), etc.

A Coleção Memórias Guardadas são documentos encontrados, em sua grande maioria dentro dos livros raros, e reúne, ainda, documentação importante de Montes Claros e da região do Norte de Minas, como aquarelas, fotografias, uma pintura retratando o prédio do antigo Casarão da Fafil e o auto-retrato de Konstantin Christoff, cartas e cartões de pessoas renomadas da região, e um expressivo acervo de panfletos do antigo cinema de Montes Claros, dentre outros. Destaca-se o Projeto *Aquarelas de Montes Claros*, apresentado em forma de cartões postais, com imagens de logradouros públicos e particulares, numa linguagem artística desenvolvida pela artista plástica montesclarenses Márcia Prates. As matrizes das aquarelas, em pigmento natural, foram, posteriormente, reproduzidas em *offset* (técnica de impressão), com os devidos direitos reservados e registrados em cartório no nome da artista que assina a obra. Foram doados à Biblioteca Central, o projeto original assinado pela artista, quatro aquarelas originais e

outras cópias na forma de cartão postal. As aquarelas foram criadas em homenagem ao aniversário de Montes Claros, em 03 de julho de 2000, e seus postais foram comercializadas na Livraria e Editora da Unimontes, durante um bom período. Segundo a artista, são “registros de imagens de Montes Claros, através de cartões postais em imagens simples com aquarela de pigmento natural, retratando casarões antigos, seus estritos becos a maravilhosa arquitetura do mercado municipal hoje demolido, e outros logradouros públicos” (Prates, 3 jul. 2000).

A Coleção Especial Darcy Ribeiro possui, aproximadamente, 79 títulos e 100 exemplares. Constitui-se de obras na área de antropologia, sociologia, educação e literatura, escritas por Darcy Ribeiro e/ou sobre a vida e obra do autor. Dentre as obras, destacamos: *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*, 1980; *Inventários dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro*, 2011; os romances: *Maíra*, 1976, *O mulo*, 1981, *Utopia selvagem*, 1982, *Migo*, 1988, e muitos outros.

A Coleção Especial Guimarães Rosa, composta por cerca de 76 títulos e 91 exemplares, reúne obras do autor e sobre a sua vida. Contém obras como: *Grande Sertão: Veredas*, 1968; *Tutaméia: terceiras estórias*, 1968; *Ave, palavra*, 1968; *Fita verde no cabelo: nova velha estória*, 1992; *Noites do sertão: (“Corpo de baile”)*, 1969; *No urubùquaqua, no pinhém: (“corpo de baile”)*, 1965; *Primeiras estórias*, 1972; *Sagarana*, 1982, e outros.

A Coleção Especial Escritores Regionais é composta, aproximadamente, por 301 títulos e 1000 exemplares de obras de escritores regionais do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, além de trabalhos sobre a região. Nessa coleção, predominam as áreas de literatura e costumes regionais, dentre as quais destacamos obras de memorialistas que abordam a história e a cultura do Norte de Minas: *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*, de Urbino de Souza Vianna, 1916; *Brejo*

das almas, Olyntho da Silveira e Yvonne de Oliveira da Silveira; *Folclore, Quitute e Amor: Contos e Receitas de Comidas Típicas Regionais e Jagunços e Coronéis*, de Amelina Chaves; *Janelas do Sobrado: Memórias de João Valle Maurício*; *O Patrimônio Cultural de Montes Claros*, de Milene Antonieta Maurício; e *História Primitiva de Montes Claros e outros aspectos históricos do médio São Francisco*, de Dário Teixeira Cotrim etc.

A Coleção Especial Monteiro Lobato é formada por 55 títulos e 72 exemplares de obras do escritor Monteiro Lobato, tais como: *Obras Completas de Monteiro Lobato*, 1952, contendo 17 volumes; *A onda verde: jornalismo*, 1921; *D. Quixote das crianças*, 1952; *Cidades Mortas*, 1956; *América*, 1932, e outros.

A Coleção Especial Memória Institucional da Unimontes contém o acervo editado e produzido pela Universidade Estadual de Montes Claros, composto por livros, periódicos, cartazes, monografias, dissertações, teses, relatórios, guias, vídeo institucional, fitas de vídeo, CD's e outros.

A Coleção Sesquicentenária: a coleção Sesquicentenária “Montes Claros 150 anos”, foi elaborada e publicada pela Unimontes. Com livros de autores como Cyro dos Anjos, Urbino Viana, João Valle Maurício e Hermes de Paula, dentre outros, a coleção foi organizada por Marta Verônica Vasconcelos Leite, professora do Departamento de História da Universidade. Foi publicada pela Editora Unimontes em 2007 por ocasião das comemorações dos 150 anos de Montes Claros e patrocinada pela Fundação Nestlé, com o apoio da Prefeitura Municipal. Reúne 16 obras de autores regionais sobre a história e o desenvolvimento do município. As obras que compõem a “Coleção do Sesquicentenário” são: *Montes Claros Primitiva*, de Dário Cotrim; *Nelson, o Personagem*, de Haroldo Lívio; *Monografia Histórica, Geográfica e Descritiva de Montes Claros*, de Urbino Vianna; *Quarenta Anos de Sertão*, de Mauro Moreira; *Raízes de Minas*, de Simeão Ribeiro Pires; *Montes Claros:*

Sua História, Sua Gente, Seus Costumes, de Hermes Augusto de Paula (dividido em três volumes); *Efemérides*, de Nelson Vianna (dividido em dois volumes); *Foiceiros e Vaqueiros*, de Nelson Vianna; *Rebenta Boi*, de Cândido Canela; *Janelas do Sobrado*, de João Valle Maurício; *Menina do Sobrado*, de Cyro dos Anjos; *Montes Claros era assim*, de Ruth Tupynambá Graça; e *Serões Montesclarenses*, de Nelson Vianna.

Nesse sentido, selecionamos e inserimos somente algumas dessas obras e documentos do acervo no *Catálogo de Obras Raras e Especiais* no final deste livro, pelo número expressivo de itens. Em cada obra arrolada foram incluídas informações pesquisadas em outras fontes biográficas e bibliográficas, além de observações práticas e comentários resultantes da experiência obtida no seu manuseio e utilização.

De 1999 até os dias atuais (2025), mesmo com as melhorias implementadas no Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes, ainda se observa que o espaço destinado a esse acervo não apresenta as condições ideais para seu funcionamento e preservação. Há necessidade de adequações estruturais que contemplem as especificidades que as obras raras exigem, incluindo a instalação de equipamentos de controle de luminosidade, temperatura e umidade, a fim de garantir sua conservação adequada. Também se fazem necessários investimentos contínuos para que esse lugar de memórias alcance as condições técnicas recomendadas. Apesar dessas limitações, o setor tem se consolidado como espaço de promoção da interdisciplinaridade, aproximando diferentes áreas do saber e estimulando a sensibilização acadêmica para a importância da preservação desse patrimônio. Ao mesmo tempo, oferece múltiplas possibilidades de estudo e reflexão, tornando-se um ambiente formador e inspirador.

A pesquisa aqui apresentada parte dessa realidade, ao selecionar e analisar algumas obras raras e especiais sob a guarda da

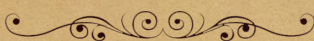
Biblioteca Central da Unimontes. Trata-se de um acervo que se revela uma fonte preciosa para diversas áreas do conhecimento, além de preservar histórias e memórias. Neste livro, buscamos evidenciar sua relevância como documento histórico, capaz de oferecer subsídios significativos para pesquisadores e, em especial, para historiadores que desejem elaborar suas pesquisas a partir dessas fontes.



III

OBRAS RARAS:

ANÁLISES POSSÍVEIS



Este capítulo estuda duas obras raras, uma da Biblioteca Nacional e outra da Biblioteca Central da Unimontes. Verificamos suas possibilidades de análise, com o intuito de evidenciar a relevância das bibliotecas como lugares de memórias e onde se encontram fontes históricas disponíveis para pesquisa e produção de conhecimento científico, em especial, histórico. As duas obras analisadas, *O Livro de Vita Christi* (edição fac-similar de 1495) e a *Bíblia de Mogúncia* (digital), datada de 1462, são da área de religião e escritas no mesmo contexto histórico. Por meio delas, conceituamos o que é uma obra rara, contextualizamos a época com a história do local e da própria obra e como chegaram à instituição.

A leitura investigativa dessas fontes – obras raras - permitiu que se extraíssem informações sobre fatos relevantes do passado, possibilitando verificar como esses documentos dialogam entre si, sem a pretensão de fazer uma descrição detalhada da história desses temas e nem uma narração linear de fatos, mas, uma recuperação histórica que proporcionasse entender a complexa trajetória desses objetos de estudo e sua influência no universo do conhecimento. Desse modo, esta análise, apesar de não ser exaustiva, apresenta informações de relevância para pesquisas científicas e históricas.

3.1 METODOLOGIA PARA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA: ANÁLISE DE OBRAS RARAS

Utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica, com a função de esclarecer os critérios de raridade usados na Biblioteca da Unimontes, os quais são baseados nos critérios da Biblioteca Nacional. Apresentamos a fundamentação teórica dos procedimentos metodológicos e conceituais da análise bibliológica e da descrição bibliográfica propostas por Pinheiro (2002) e pela Biblioteca Nacional. Em seguida, analisamos uma obra de cada vez, empregando tais procedimentos e levando em consideração as características das obras raras.

Expomos a análise histórica das duas obras raras, entrelaçando seus conteúdos por tratar do mesmo tema, ou seja, a vida de Jesus Cristo, a partir das considerações teóricas e conceituais, situando o período no qual essas obras se inscreveram. Destacamos seus autores e/ou impressores, bem como a sua importância, e contextualizamos todos esses dados com a história do local, da própria obra e como chegaram às instituições. Por fim, fizemos algumas reflexões sobre as semelhanças e diferenças do *O Livro de Vita Christi* e a *Bíblia de Mogúncia*, visando percebê-las no seu caráter de obra rara, contudo apresentando suas particularidades.

3.1.1 Critérios de raridade bibliográficos da Biblioteca da Unimontes

Ressaltamos que identificar e classificar um livro como raro é uma tarefa muito complexa. Os conceitos que subsidiam os critérios de raridade são avaliados na Biblioteca da Unimontes sob as perspectivas do bibliotecário/pesquisador, contudo, observando normas gerais da biblioteconomia. Segundo Pinheiro (1989), os conceitos de raridade são, usualmente, baseados no consenso geral do

“velho-antigo-precioso-raro”. Assim, para que, ao livro, seja atribuído o qualificativo de raro, deve-se considerar não apenas a sua beleza tipográfica, antiguidade, unicidade ou valor comercial, mas, também, o seu considerável potencial de informação. Ela orienta que devem ser formalizadas as recomendações metodológicas e que se acumulem o universo de valores e circunstâncias envolvidas. De acordo com a autora, existem três conceitos que diferenciam o livro:

- *raro*, assim considerado por um senso comum; reconhecido em qualquer lugar pela dificuldade de ser encontrado;
- *único*, representado por apenas um exemplar conhecido ou documentado, o que não impede que apareçam outros, uma vez que o caráter de unicidade está relacionado ao conhecimento dos acervos;
- *precioso*, que é um conceito pessoal, considerando-se que “o que é precioso para uma pessoa pode não ser para outra (Pinheiro, 1989, p. 20, grifos do autor).

Deste modo, esses critérios consideram, além das características bibliográficas da obra, o enfoque social, econômico, cultural e histórico da formação do acervo. Não há critérios rígidos para identificar uma obra como rara. A antiguidade é um dos fatores relevantes, mas, também, é analisado o conteúdo, a importância do autor e a dificuldade em encontrar a obra para consulta ou aquisição.

Pinheiro (1989) sugere cinco considerações sobre os livros raros que foram adaptadas pelo Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes, levando em consideração os seguintes aspectos:

- 1) limite histórico: observar, por exemplo, os períodos que caracterizam a produção artesanal de impressos, bem como a fase inicial da imprensa em determinado lugar;

2) aspectos bibliológicos: observar aspectos como a presença de ilustrações produzidas artesanalmente, os materiais utilizados para a confecção do suporte na impressão, como tipo de papel, emprego de pedras ou materiais preciosos na encadernação;

3) valor cultural: observar as publicações em pequenas tiragens, personalizadas, censuradas, expurgadas, as primeiras edições etc.;

4) pesquisa bibliográfica: existem dicionários e enciclopédias bibliográficos especializados nesse tipo de publicação, que apontam certas peculiaridades da obra, como preciosidade e raridade;

5) características do exemplar: observar as características particulares do exemplar que se tem em mãos, como a presença de autógrafo ou dedicatória de personalidade importante, marcas de propriedade e outras.

Existe um consenso internacional de que toda obra publicada antes de 1500, ou seja, produzida de forma artesanal, é um livro raro, e são denominados como incunábulos. Os incunábulos referem-se às obras impressas entre 1455, data aproximada da publicação da Bíblia de Gutenberg, até 1500. Encaixa-se nessa datação um dos “incunábulos” analisados nesse estudo. Nesse sentido, apresentamos algumas características dos incunábulos definidas pela Biblioteca Nacional:

Nos incunábulos, os impressores deram continuidade aos costumes dos escribas que iniciavam as suas obras com o Incipit, que significa “aqui começa”, contendo muitas vezes o nome do autor e o título da obra.

Outra característica herdada do livro manuscrito é o Explicit, informação que aparece no final dos primeiros livros, fornecendo, algumas vezes, o nome do autor e o título da obra. Significa “aqui termina”. As informações sobre o lugar de impressão, nome do impressor e a data de publicação não eram fornecidos. Este fato só ocorreu com aparição do Colofão, palavra grega que significa “traço final”, que além das informações sobre o autor e o título da obra, informava o local, o impressor e a data de publicação.

A Biblioteca Nacional também aponta como características dos incunábulos:

- Ausência de página de rosto;
- Iluminuras: ilustração e ornamentação ao longo das margens de documentos manuscritos e da letra capitular com cores vivas, ouro e prata em antigos manuscritos e incunábulos;
- Xilogravuras: é a técnica de gravura semelhante ao carimbo. Reprodução das imagens (ou textos) pelo processo de gravação em relevo com uma matriz de madeira, que possibilita a cópia da imagem gravada sobre papel ou outros suportes;
- Emprego de glosas: explicação ou comentário ao redor de um texto de difícil interpretação. Embora mais extenso, é impresso em corpo menor, visando ocupar a mesma página do texto comentado;
- Registros: Lista de letras ou palavras, que indicavam o início de cada um dos cadernos e era fornecida pelo impressor para orientação do encadernador. Aparecia, geralmente, ao final do volume, acima do colofão, ou em folha separada;
- Assinaturas: cada página inicial do caderno ostenta, na extremidade inferior direita sob a última linha do texto, um algarismo ou símbolo chamado “assinatura”, que indicam a ordem dos cadernos;

MEMÓRIAS GUARDADAS

- Reclamos: palavra, sílaba ou parte de palavra escrita ou impressa à direita, ao pé de cada página de incunábulo e livros antigos, correspondentes à primeira palavra do início da página seguinte;
- Grandes formatos (*in-folio*);
- Texto em latim (3/4 das obras);
- Livros litúrgicos (a maioria), literatura antiga e obras jurídicas (1/10 da produção);
- Papel de trapo, grosso, desigual e de cor amarelada;
- Texto em duas colunas;
- Não paginados, às vezes folheados;
- Caracteres góticos;
- Textos compactos;
- Largo uso de abreviaturas (Biblioteca Nacional, 2000, s.n.).

Entretanto, o fator essencial para determinar a raridade de um livro é a importância atribuída a ele por quem possui sua guarda, o que significa critérios, muitas vezes, bastante subjetivos, ligados ao interesse que desperta em seu proprietário. Citamos, como exemplo, uma coleção de livros jurídicos dos anos de 1950. Para algumas bibliotecas públicas, essa coleção pode ser considerada comum, porém, para uma universidade, é um bem precioso e, conseqüentemente, raro. Critério este que foi definido para a expressiva coleção de direito que compõe o acervo raro da BC/Unimontes.

A Biblioteca Central da Unimontes, ao longo de sua trajetória, desenvolveu diversos projetos voltados às obras raras. Desde o início dos trabalhos, em 1999, tornou-se evidente a necessidade de estabelecer critérios de raridade para esse acervo precioso. Esses parâmetros foram definidos a partir de tradições consolidadas, mas, também, considerando o perfil institucional da Universidade, de modo a respeitar sua história e particularidades.

É importante destacar que tais critérios não devem ser compreendidos como algo rígido ou definitivo, mas sim como diretrizes passíveis de revisão, aperfeiçoamento e complementação, sempre levando em conta as características e circunstâncias específicas de cada biblioteca ou coleção analisada. O estudo e a adoção dessas diretrizes permitiram uma visão mais ampla e organizada do conjunto do acervo, além de orientar a seleção das obras em destaque, apresentadas no *Catálogo de Obras Raras e Especiais*, disponibilizado ao final deste livro. Os critérios estabelecidos encontram-se conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 - Critérios de Obras Raras e Especiais da Unimontes

ITEM	CRITÉRIOS DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS
CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS: GERAIS	
001	Obras do século XV (início da história da imprensa) até 1801 (produção industrial de livros);
002	Obras que caracterizam as primeiras produções tipográficas de uma localidade;
003	Obras que caracterizam uma fase histórica, demarcada em função do conjunto bibliográfico (âmbito, objetivo, utilização etc.) e/ou do interesse do colecionador (ex: Coleção Linhares);
CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS: ESPECÍFICAS	
004	Obras brasileiras do século XIX – obras produzidas no Brasil até o final do século;
005	Obras brasileiras anteriores à Imprensa Régia;
006	Obras produzidas geralmente em gráficas clandestinas ou então aquelas publicadas fora do Brasil;
007	Obras brasileiras da Imprensa Régia;
008	Editores Mineiros: quando oferecido enfoque de importância ou relevância;
009	Autores Mineiros: representativos em seu campo de atuação;
010	Minas Gerais: Os relevantes sobre o estado ou suas cidades em seus mais diferentes aspectos.

MEMÓRIAS GUARDADAS

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DOCUMENTO	
011	Edições principais, primitivas e originais;
012	Edições limitadas (até 300 exemplares);
013	Edições esgotadas;
014	Edições especiais: geralmente restritas, de tiragem limitada, suporte especial e numerados e/ou autografados pelo autor, tradutor, ilustrador etc. Podem ser personalizadas (destinados a personalidades e/ou instituições);
015	Edições comemorativas;
016	Edições críticas – estudo comparativo de originais (póstumos) e/ou de todas as edições da obra de um autor (em vida ou póstuma);
017	Edições de artífices renomados e/ou considerados na história (desenhistas, pintores, gravadoras, tipógrafos, impressores, editores);
018	Edições populares (romances e folhetos literários, panfletos, papéis impressos, volantes etc.)
019	Edições clássicas, em qualquer ramo do conhecimento;
020	Obras científicas que datam do período inicial de ascensão da ciência e/ou do assunto tratado;
021	Obras impressas em períodos adversos (ex: guerra);
022	Obras sobre histórias de descobrimentos e colonização;
023	Teses;
024	Obras apreendidas, suspensas ou recolhidas por censura política, religiosa, moral, social, pessoal, familiar etc.;
025	Obras repudiadas pelo autor: obras não citadas ou incluídas em biografias, reedições, etc.;
026	Obras clandestinas: por motivos políticos, religiosos, morais ou de pirataria editorial;
027	Obras “desaparecidas”;
028	Obras premiadas;
029	Traduções/tradutores: traduções consagradas e definitivas e tradutores que por si só garantem a integridade e o valor das obras traduzidas; obras estrangeiras traduzidas por brasileiros;
030	Esgotadas / não reeditadas;
031	Fac-similares: reproduzem a partir do processo fotográfico uma edição consagrada ou a única existente de uma obra importante.

CARACTERÍSTICAS EXTRÍNSECAS DOS DOCUMENTOS	
032	Dedicatória manuscrita dos autores e/ou pessoas importantes (teor da dedicatória, importância do ofertante e/ou homenageado);
033	Anotações (autor, leitor que acrescentem, corrijam, esclareçam ou comentem o texto);
034	Marcas de propriedade, assinaturas, ex-libris, super-libris, carimbos, brasões etc.;
035	Obras que pertençam a um conjunto bibliográfico de uma personalidade ilustre;
036	Marcas de artífices/comerciantes renomados e/ou considerados no mercado editorial (encadernadores, restauradores, livreiros etc.).
PUBLICAÇÕES ARTESANAIS	
037	Beleza tipográfica;
038	Natureza e características dos materiais utilizados como suporte (papéis de linho, pergaminho, marcas d'água, tintas, encadernações originais, luxuosas, curiosas ou exóticas);
039	Ilustrações originais e/ou reproduzidas artesanalmente (xilogravura, água forte, aquarela).
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	
(Pesquisa bibliográfica nas fontes de informação que indicam as características de):	
040	Unicidade e rareza: sob o ponto de vista de bibliógrafos, bibliófilos e especialistas no assunto;
041	Preciosidade e celebridade: obras mais procuradas por bibliófilos (por suas características intrínsecas e/ou extrínsecas) e/ou mais estudadas por eruditos;
042	Curiosidade: obras cujo assunto foi tratado de maneira <i>sui generis</i> ou apresentação gráfica incomum.
043	Apreendidas: exemplares retirados de circulação por decisão legal ou arbitrária de autoridade constituída;
044	Suspensas: edição sustada após o início de sua impressão por decisão de uma autoridade, do autor, de sua família etc.
045	Recolhida: recolhimento da obra por medida de precaução por imposição do autor, de sua família etc.

MEMÓRIAS GUARDADAS

MEMÓRIA	
046	Mapas importantes em geral;
047	Plantas, maquetes, planos de estudo, relatórios técnicos etc., relacionados com a história e a evolução da Unimontes (Universidade Estadual de Montes Claros);
048	Material iconográfico: fotografias, estampas, gravuras, desenhos e quadros relacionados à Universidade;
049	Cartazes e programas de eventos culturais ou administrativos patrocinados pela Universidade;
050	Catálogos de exposição;
051	Selos comemorativos;
052	Medalhas comemorativas;
053	Troféus diversos;
054	Placas comemorativas;
055	Diploma e certificados;
056	Bustos, medalhões;
057	Móveis, lustres, louças, objetos de adorno, instrumentos científicos e de trabalho, máquinas diversas, sinetes, tinteiros e outras peças ligadas à história da universidade.
SERÃO CONSIDERADOS COMO OBRAS RARAS	
Limite histórico	
058	Manuscritos antigos (antes do advento da imprensa);
059	Obras do Século XV ao XVIII;
060	Obras que tratam do Brasil até o século XIX;
061	Obras de autores brasileiros editados até 1860;
062	Obras editadas no Brasil até 1840;
063	Primeiras obras editadas em cidades ou capitais dos Estados brasileiros.
Valor cultural	
064	Obras científicas ou literárias (manuscritas ou impressas) de personalidade de projeção política, literária ou religiosa;
065	Primeiras edições;
066	Primeiras edições de autores brasileiros consagrados antigos e modernos;

067	Edições apreendidas, suspensas, recolhidas, censuradas;
068	Obras repudiadas pelo autor;
069	Obras clandestinas;
070	Teses de autores renomados antigos;
071	Obras das quais possuímos manuscritos;
072	Edições limitadas, esgotadas, especiais e fac-similares;
073	Ilustradas por artistas de renome ou pelos próprios autores;
074	Folhetos de autores renomados;
075	Separatas de obras importantes;
076	Encadernações de luxo, curiosas ou exóticas;
077	Traduções de autores renomados brasileiros ou quando o tradutor é mais importante que o autor.
Exemplares raros e/ou valiosos:	
078	Manuscritos de autores antigos e modernos;
079	Com dedicatória e/ou autógrafo de autores consagrados;
080	Com anotações importantes feitas por pessoas de renome;
081	Em encadernação de luxo;
082	Com tiragem em papel especial;
083	Impressão personalizada ou com erros de impressão.
Peças raras e/ou valiosas	
084	Mapas antigos;
085	Medalhas comemorativas;
086	Material iconográfico, fotografias, quadros, gravuras;
087	Moedas e cédulas antigas do Brasil e de outros países;
088	Ex-Libris antigos e particulares;
089	Jornais e recortes de jornais antigos.

Fonte: Biblioteca Nacional (2002); Pinheiro, 1989; Sant'Ana (1996); Biblioteca Central 2007.

O Quadro 2 nos apresenta, após estudo minucioso, especialmente, durante a execução dos projetos desenvolvidos com as obras raras e especiais da BC/Unimontes e trabalhos da BN,

os critérios de raridade estipulados pela demanda do acervo. Para tanto, pensamos as características históricas gerais dos documentos, como a datação da produção ou tipografia de um local; as características históricas específicas, como obras produzidas no Brasil, ou se são da Imprensa Régia ou clandestina; características gerais do documento, entre elas, as questões referentes às edições ou se são obras premiadas ou desaparecidas; características extrínsecas dos documentos, como dedicatórias ou anotações; se as publicações artesanais possuem beleza tipográfica ou ilustrações originais; a pesquisa bibliográfica que indica preciosidade, unicidade, curiosidade, rareza etc.; e a memória que se concretiza em mapas, plantas, cartazes e outros. Igualmente, o Quadro 2 lida com considerações que definem raridade da obra por meio do limite histórico, valor cultural e exemplares e peças raras e/ou valiosas.

Enfim, definir critérios de raridade é uma atividade complexa, mas importante, pois permite entranhar nos meandros do documento e dissecá-lo com o estudo. Para tanto, a análise bibliológica, a descrição bibliográfica e o processamento técnico são fundamentais. Essas atividades consistem em práticas bibliotecárias que são valiosas como análise metodológica das nossas fontes documentais. Nosso intuito é aliar biblioteconomia e história para pensar esses documentos raros que se encontram na Biblioteca Central da Unimontes e na Biblioteca Nacional.

3.1.2 Análise bibliológica de obra rara: conceituação

Essa análise, proposta por Pinheiro (1989), enfatizada pela Biblioteca Nacional e Sant'Ana (1996) e aderida pela BC/Unimontes, considera aspectos na obra que a valorizam. Deve-se obedecer aos critérios determinados por outros autores e bibliófilos, ou seja, o que conta é pensar os pormenores da impressão do livro como suporte físico, a riqueza de detalhes que o diferencia e o torna

especial, independentemente de ser antigo ou recente. Pinheiro (2005) lista algumas características que devem ser observadas no colacionamento¹⁶⁶ do livro raro/antigo, tais como:

- Suporte: natureza (papel, pergaminho, couro, tecidos); linha e marca d'água; variantes morfológicas (lado da carne/lado do pelo, lombo/ventre, cicatrizes e defeitos do pergaminho, dimensões, textura, cor e espessura do papel);
- Capa: cobertura (material, decoração), capa original, lombada, miolo e cortes, seixas, contraguarda, guarda volante, estilo, artista;
- Texto impresso: mancha, arranjo, caracteres, signos tipográficos bibliológicos, títulos, páginas/folhas;
- Ornamentação: gravuras originais, aquarelas, assinaturas e marcas dos artistas, elementos decorativos;
- Marcas intrínsecas e extrínsecas: marcas de proveniência e iter, selos, marcas de propriedade, marcas de uso, erros propositais, monogramas e insígnias, marcas de preparo biblioteconômico;
- Apresentação física da obra: folhas soltas, pastas, estojo, documentos encartados (carcela), desdobrados, códices arranjados e factícios, encadernações especiais, exóticas, artesanais, restaurações anteriores. (Pinheiro, 2005, p. 33-48).

166 O colacionamento é o exame do livro página-por-página, tornando-se possível, por exemplo, atribuir notas especiais na catalogação de um livro raro, registrando as particularidades de cada exemplar; constatando a necessidade de conservação ou de retirada temporária de consulta e, em último caso, de restauração. Ver em: RODRIGUES, Alessandra Hermógenes, CALHEIROS, Mariana Fernandes, COSTA, Patrícia da Silva. Análise Bibliológica de livros raros: a preservação ao "pé da letra". v. 123, p. 33-48, 2003. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 123, p. 1-240, 2003. Disponível em: http://www.bn.br/planor/documentos/anais_123_2003.pdf Acesso em: 5 mar. 2015.

Todos esses detalhes têm o objetivo de destacar aspectos que tornam a obra única e reconhecível em caso de roubo, perda ou desvio, além de atribuir valor a ela, quando da identificação de alguns itens como, por exemplo, marcas de editores de renome, ornamentações em ouro, entre outras.

A análise bibliológica de uma obra é uma oportunidade para obter informações acerca dela e, assim, conhecê-la melhor, bem como seu suporte, capa, texto impresso, ornamentação, marcas intrínsecas e extrínsecas etc. Essas são observações que realizadas com técnicas específicas revelarão o material que o profissional ou a instituição dispõe. Por isso, estar atento a elas é oportuno ao desenvolvimento de um bom trabalho.

3.1.3. Descrição bibliográfica: procedimentos necessários

A descrição bibliográfica e as atividades do processamento técnico das obras raras e especiais da Biblioteca da Unimontes são realizadas pelo bibliotecário especialista na área, englobando as funções de classificar, catalogar, indexar e informatizar o acervo raro e especial. O sistema de gerenciamento e cadastramento de dados do acervo é o *software Pergamum*, no qual as informações são inseridas e disponíveis *on-line*. O sistema de classificação utilizado é a tabela de Classificação Decimal de Dewey – CDD e, para a catalogação, são aplicados os seguintes códigos: Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR2, o Catálogo Descritivo de Livros Raros – DCRB e o Catálogo Descritivo de Seriados Raros – DCRS. Esses códigos enfocam as notas bibliográficas. São usadas, também, as Notas Técnicas para Obras Raras e Especiais e as Notas Técnicas do Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central para a informatização do acervo.

A Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada – ISBD constitui-se em um instrumento essencial para a formulação e a comunicação normalizada da informação bibliográfica. Ela é específica

para livros raros e antigos, tal como define a descrição de livros com produção ou publicação anterior a 1800. Reconhece a inclusão de informações específicas dos livros antigos e cria vários tipos de notas e formas de descrição física, entre outras peculiaridades.

Na Biblioteca Nacional Brasileira, o método de descrição utilizado é a chamada fotobibliografia ou descrição didascálica. Ela foi adotada primeiramente pelo Gesamtkatalog der Wiegendrucke - GW. Consiste em eleger e reproduzir, “textualmente, a folha de rosto como fonte principal de informação” (Pinheiro, 2003, p. 13). Segundo Pinheiro, essa forma de descrição não necessita de exaustiva pesquisa bibliológica, visto que os principais dados da obra, localizados na página de rosto, estão transcritos conforme o original.

A Descrição Bibliográfica é outra etapa que possibilita descrever, tecnicamente, uma obra a partir dos seus detalhes. Para trabalhar com as obras, é necessário estabelecer e cumprir as fases para o desenvolvimento do material e, conseqüentemente, sua classificação. A utilização dessa metodologia possibilita em cada etapa destrinchar a obra em seus detalhes e, assim, conhecê-la melhor para classificá-la de acordo com os critérios estabelecidos. As características históricas das obras são levadas em consideração, sobretudo nos processamentos técnicos próprios da biblioteconomia. Sem a história da obra, não é possível uma descrição bibliográfica, mas, sim um trabalho apenas técnico.

3.2 O Livro de Vita Christi: Análise da obra da Biblioteca Central/Unimontes

A partir da invenção da imprensa, os códices¹⁶⁷ passaram a ser decorados e encadernados ricamente, “com seus fechos

167 O nome que passou a ser dado ao conjunto de papéis impressos em caracteres móveis foi códice, do latim *codex*.

decorados e seus motivos artísticos gravados com materiais nobres (...) comunhão entre técnica e arte. Na primeira idade da imprensa os livros guardaram aqueles mesmos atributos de enobrecimento” (Deaecto, 2013, p. 38). Entretanto, *O Livro de Vita Christi* não possui uma encadernação luxuosa, pedrarias ou gravações com materiais nobres, e, sim, encadernação de brochura em razoável estado de preservação, apresentando manchas amareladas causadas pelo desgaste do tempo. O interesse em analisar essa obra é histórico e social. Por isso, tentamos compreendê-la além de sua materialidade física.

Essa obra, *O Livro de Vita Christi*, foi doada à Biblioteca Central da Unimontes em 2011 de forma curiosa. Um funcionário nos entregou um pacote com os volumes 1 e 2 do livro e disse que “um senhor idoso havia entregue na portaria da biblioteca, recomendando que fosse entregue à bibliotecária, cuidadora dos livros “velhos”, porque tinha certeza que seriam bem guardados e preservados para o futuro”. Esse senhor, que não sabemos quem é até hoje (2025), não quis se identificar e nem preencher um termo de doação¹⁶⁸. Assim, não foi possível identificar tal senhor para agradecer-lo e, muito menos, pedir mais informações sobre as obras. Os dois volumes recebidos do citado senhor fazem parte da Coleção de Textos da Língua Portuguesa Arcaica, composta por cinco volumes. Ao pesquisar o livro no catálogo *on-line* da BC/Unimontes, descobrimos que a instituição não possuía o volume 1, e, sim, 4 exemplares do volume 2, adquiridos em 22 de setembro de 1975 pela extinta Biblioteca Setorial da FAFIL. Os referidos exemplares possuem carimbo de propriedade com a data registrada na folha de rosto. Por isso, a edição que analisamos é a transcrição da edição de 1495. Nesse sentido, esclarecemos que foram encontrados

168 Formulário para recebimento de doações de materiais bibliográficos à Biblioteca da Unimontes. Ver mais em: *Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos para o Sistema de Bibliotecas. Universitárias da Universidade Estadual de Montes Claros – SBU/Unimontes*. Garcia, Roseli Aparecida Damaso Messias (org.). – Montes Claros, MG: Unimontes, 2012.

poucos estudos¹⁶⁹ sobre essa obra rara, assim apresentamos um relato da história desse material bibliográfico desde sua criação – a partir de informações coletadas dos prefácios e introduções da própria edição, registradas pelo Padre Augusto Magne, nos dois volumes estudados. Dessas páginas, prefácio e introdução, tiramos a maior parte dos dados sobre o contexto histórico apresentados neste trabalho, além de informações de outras fontes pesquisadas, principalmente na Base Nacional de Dados Bibliográficos – PORBASE do *site* oficial da Biblioteca Nacional de Portugal¹⁷⁰. Encontramos também um artigo¹⁷¹ que faz reflexões sobre *O Livro de Vita Christi* e o livro *Exercícios Espirituais*, de Inácio de Loyola, que contribuiu bastante com nosso estudo. Vejamos a descrição bibliográfica de *O Livro de Vita Christi*.

3.2.1 *O Livro de Vita Christi*: Descrição bibliográfica

A descrição bibliográfica de *O Livro de Vita Christi*, de acordo com as normas da biblioteconomia, está disponível no Catálogo *online* da Biblioteca Central da Unimontes, no sistema *Pergamum*, conforme verificamos na Figura 25. A descrição bibliográfica de livros raros é diferente de um livro considerado comum, pois há necessidade de diferenciar o material raro do resto das coleções da biblioteca, por isso essas coleções requerem um conjunto de critérios específicos, já citados anteriormente. Essa descrição bibliográfica permite extrair várias informações, as quais exploramos neste trabalho.

169 Encontramos um estudo sobre a obra em alemão e não conseguimos a tradução, a saber: W. BAIER, no seu estudo *Untersuchungen zu den Passionsbetrachtungen in de Vita Christi des Ludolf von Sachsen. Ein quellenkritischer Beitrag zu Leben und Werke Ludolfs und zur Geschichte der Passionstheologie* (Coll. Analecta Cartusiana, 44/1-3), Salzburg, 1977, pp. 13-21.

170 <http://porbase.bnportugal.pt>.

171 Ver em: BARREIRO, Álvaro. O livro da Vida de Cristo de Ludolfo de Saxônia e os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola. *Perspectiva Teológica*, São Paulo, 39 (2007) 351-368.

Figura 25 - Descrição bibliográfica do
O Livro de Vita Christi da BC/Unimontes (2015)

Dados do acervo - Livros	
Número de Chamada	232.901 L946l 1968 Biblioteca Central Prof. Antônio Jorge
Autor Principal	Ludolf, von Sachsen, ca. 1300-1377 ou 8
Entradas Secundárias/ Autor	Magne, Augusto, 1887-1966. ed.
Título Principal	O livro de vita Christi em linguagem português : edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 / Ludolfo Cartusiano: cotejado com os apógrafos por Augusto Magne, S.J.
Outros Títulos	Liber de vita Christi
Publicação	Rio de Janeiro : MEC, Casa de Rui Barbosa, 1968.
Descrição Física	v. : il. ; 28 cm
Série	(Coleção de textos da língua portuguesa arcaica)
Notas	Fac-símile da edição de 1495 Capitais ornamentadas Texto em duas colunas Em algumas páginas, traz texto em português arcaico Contém capa original
Assuntos	Jesus Cristo -- Biografia -- Detalhes Obras anteriores a 1800

[Veja também](#)
[Dados do acervo](#) | [Exemplares](#) | [Localização](#) | [Referência](#) | [Marc](#) | [Reserva](#)

Fonte: Catálogo *on line* da BC/Unimontes, 2015. Disponível em: http://pergamum.unimontes.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution=1024_1.
 Acesso em: 8 mar. 2015.

A Figura 25 descreve *O Livro de Vita Christi* que está em língua portuguesa, e constitui edição *fac-similar* e crítica do incunábulo de 1495, cotejado com os apógrafos por Augusto Magne. Possui a forma variante do título, em latim: *O Liber de vita Christi*.

É uma coleção de textos da língua portuguesa arcaica, que tem, como tema principal, a vida de Jesus Cristo – *Vita Domini Jesu Christi ex quatuor evangeliiis* – ou seja, “A vida do Senhor Jesus Cristo dentre os quatro evangelistas”, em tradução do latim.

A coleção completa compõe-se de quatros partes, distribuídas na edição *fac-simile* publicada pelo Ministério da Educação e Cultura e Fundação Casa de Rui Barbosa, cujos volumes I e II (1^a parte) constituem-se os objetos de nosso estudo. Refletimos os detalhes apresentados pela descrição bibliográfica da obra feita pela Biblioteca Central da Unimontes, conforme mostra a Figura 25:

- A 1ª parte tem 61 capítulos, em 185 folhas, distribuídos nos dois volumes. O 1º volume, impresso em 1957, com 506 páginas; o 2º volume, editado em 1968, possuindo 568 páginas. Medem 29 x 21 cm. Em ambos os volumes, acompanha a leitura crítica do Padre Augusto Magne (1887-1966).
- O volume III (2ª e 3ª partes) contém a 2ª parte, com 31 capítulos e 88 folhas, e a 3ª parte, com 50 capítulos e 123 folhas.
- No volume IV, a 4ª parte tem 39 capítulos com 185 folhas.
- No volume V, há o glossário.
- Nos volumes III, IV e V não há a colaboração de Padre Augusto Magne por motivo de seu falecimento.

Todas essas informações foram possíveis obter por meio da descrição bibliográfica, indispensável para análise da obra e para a aliança entre História e Biblioteconomia. Constatamos as características físicas intrínsecas e extrínsecas da obra, permitindo averiguar quantos volumes, capítulos, partes, número de folhas, existência de glossário, impressão e a presença de colaborador, além da datação, que possibilita contextualizar a confecção desse material. Esses dados proporcionam explorar mais a obra, inserindo-a no seu tempo e espaço, por isso sua importância. A próxima etapa é a análise bibliológica.

3.2.2 *Livro de Vita Christi*: Análise bibliológica

Estudamos *O Livro de Vita Christi* por meio da análise bibliológica, ou seja, observamos os pormenores da sua impressão como suporte físico, a riqueza de seus detalhes, as características de seu suporte, a capa, texto impresso, a ornamentação, as marcas intrínsecas e extrínsecas e a sua apresentação física.

Avaliando a obra, verificamos que os dois volumes contêm capas originais. Seus textos impressos se apresentam em duas colunas. Em algumas páginas, traz o texto em português arcaico; há páginas completas, porém, algumas soltas. Possuem muitas capitais ornamentadas¹⁷², xilogravuras, em algumas páginas, e ilustrações sobre o tema. Na capa, há a marca de propriedade do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa: uma mão segurando uma caneta “bico de pena”, tendo abaixo uma faixa com o nome do referido centro e acima uma frase de São Paulo, na primeira carta aos coríntios, em latim, ...*abundantius illis omnibus laboravi* ou seja, “mas trabalhei consideravelmente mais que todos eles”. A Figura 26 nos mostra essas informações.

Esta oração, ...*abundantius illis omnibus laboravi...*, também foi pronunciada por Rui Barbosa, na ocasião do seu jubileu cívico, quando declarou, em discurso pronunciado no dia 12 de agosto de 1918, como gostaria de ser lembrado:

[...] de bustos e estátuas não sou lá grande entusiasta. Um homem em metal ou pedra me parece duas vezes morto. Muito pode valer a estátua pelo merecimento da obra-prima. Mas então o seu lugar adequado será no museu [...]. Se eu pudesse ter a minha escolha, um monumento verdadeiro do trânsito da minha mediocridade pela terra, o que me agradaria recomendar seria uma ferramenta de trabalho com o nome do operário, e a inscrição daquilo de São Paulo na primeira (carta) aos coríntios: *Abundantius illis omnibus laboravi*. Bem-aventurados os que a si mesmos se estatuariam em atos memoráveis, e, sem deixarem os seus retratos à posteridade, esquecida ou desdenhosa, vivem a sua vida póstuma desinteressadamente pelos benefícios que lhe herdaram (Biblioteca Nacional, 12 ago. 1918).

172 Aquelas que são, apenas, decoradas, tanto em manuscritos como em impressos; os elementos de decoração podem, por vezes, invadir o texto, sobretudo no caso dos primeiros. Ver mais em: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 123, 2003.

Figura 26 - Marca de propriedade na capa de
O Livro de Vita Christi (1968)



Fonte: Exemplar da BC/Unimontes.

A Figura 26 expõe a marca de propriedade que consta no livro e os detalhes abordados acima.

A obra *O Livro de Vita Christi* apresenta folhas resistentes e encadernação em brochura em razoável estado de preservação. Ele foi confeccionado em papel encartonado fosco, com manchas amareladas, causadas pelo desgaste do tempo, e traz um pequeno rasgo na lombada da capa no volume I. Tem cor característica dos anos, pequenas manchas do tempo apenas nas páginas que ficam junto às capas. O volume I possui tiragem limitada, em papel *Kangas* e papel *wester post*, assinados pelo diretor da Casa de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe. E o volume teve tiragem limitada, em papel apergaminhado e papel vergê.

Observamos que essa etapa permite conhecer a obra a partir de suas características extrínsecas, das quais podemos afe-
rir várias noções, entre elas, por exemplo, o desgaste do suporte

causado pelo tempo. Nesse item, compete uma análise acerca de como o tempo reage sobre o papel ou vice e versa. Os rasgos possibilitam pensar como os usuários utilizavam esse material, causando-lhe danos. E a tiragem limitada viabiliza refletir acerca das impressoras e gráficas da época ou o valor alto para a impressão de um livro. Após a análise bibliológica, a outra etapa se constitui em conhecer mais sobre o autor e, assim, incluir, também, a obra e seu histórico.

3.2.3 O autor, a obra e a encomenda: histórico

Segundo Thiers Martins Moreira, Diretor do Centro de Pesquisa da Casa Rui Barbosa, o Padre Augusto Magne nasceu em 3 de março de 1887, na França, e faleceu em São Paulo, a 21 de julho de 1966. Era sacerdote da Companhia de Jesus, grande ordem religiosa católica, fundada por Inácio de Loyola, em 15 de agosto de 1534.

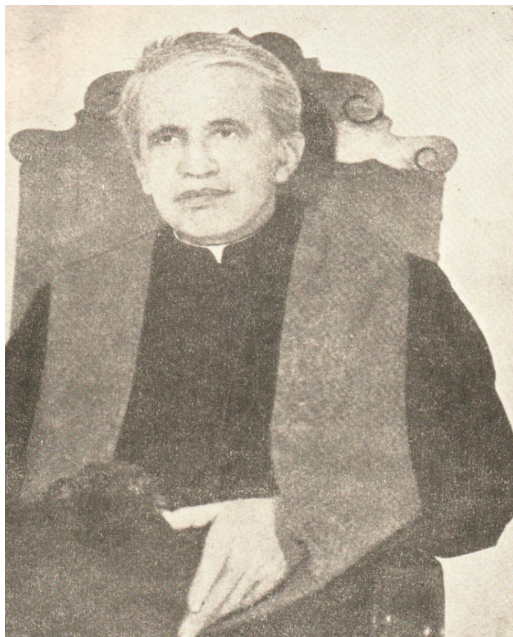
Padre Augusto Magne fez os estudos secundários na França e superiores na Itália, de 1908 a 1911, bem como na Inglaterra, em 1920, e na Áustria, de 1921 a 1925. Especializou-se na Filologia Clássica Greco-Latina e na Filologia Românica. Ilustre erudito, a quem a Casa de Rui Barbosa confiou os encargos acerca do texto de *O Livro de Vita Christi*. “A ele se deve o trabalho de que resultou a publicação dos volumes I e II, já depois de sua morte” (Moreira, 1957, p. 14).

O Departamento de Pesquisa do *Jornal do Brasil*, em 22 julho de 1966, publicou um artigo intitulado “Pe. Augusto Magne, o amigo das letras”, que homenageava o padre por motivo de seu falecimento no dia anterior, lembrando o grande religioso que enriqueceu a Companhia de Jesus, constatando sua dedicação às obras de caridade, amor ao próximo e à cultura. Segundo o Jornal, Padre Augusto Magne,

Conhecia bem o francês, o português, o grego, o alemão, o inglês, o italiano, o espanhol, os dialetos provençal e romeno, mas o seu forte era a filologia românica. Desde os tempos do seminário jesuíta em Valence (cidade histórica às margens do Reno) que o padre Augusto Magne dedicou atenção especial ao latim. A ciência filológica brasileira ganharia muito com o carinho dispensado ao latim por esse jesuíta que nasceu a 3 de março de 1887 em Mende (vilarejo situado no centro religioso de Languedoc) e emigrou para o Brasil com a idade de 17 anos. Ingressou então no noviciado da Companhia de Jesus, na cidade de Campanha, sul de Minas Gerais, de onde saiu, 1907, para prosseguir seus estudos de classicismo greco-latino, filologia, história e literatura na Universidade de São Paulo (*Jornal do Brasil*, 22 jul. 1966).

Justifica-se assim, o convite do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa ao Padre Augusto Magne para traduzir e organizar *O Livro de Vita Christi* em língua portuguesa. O volume II possui o retrato do Padre Augusto Magne, conforme verificamos na Figura 27.

Figura 27 - Retrato do Padre Augusto Magne
em *O Livro de Vita Christi*



Fonte: Volume II da BC/Unimontes.

O autor de *O Livro de Vita Christi*, Ludolfo Cartusiano ou Ludolfo de Saxônia, pois encontramos na literatura as duas formas, a primeira, referente à região da ordem religiosa à qual ele pertencia, isto é, Chartreuse (traduzido do francês para o latim medieval como “Cartusia”), e a segunda, referente à Saxônia, no norte da Alemanha, onde nasceu por volta de 1295. Faleceu em Estrasburgo, em 1378. Existem alguns nomes diferentes para o autor. Como destaca Álvaro Barreiro, “além de *Ludolphus*, encontramos *Rudolfus*, *Landolphus*, *Lentolphus*, *Lutoldus*, *Litoldus*” (Barreiro, 2007, p. 352, grifos do autor). “O autor do *O Livro de Vita Christi* é denominado também com os sobrenomes: ‘de Saxônia’, *natione teutonicus*, *alemanus*, *almanus*, por causa da sua origem; ou *Cartusianus*, por ter vivido a maior parte da sua vida como cartuxo¹⁷³” (Barreiro, 2007, p. 353, grifos do autor). Consta que Ludolfo Cartusiano

Entrou muito jovem, ao redor do ano de 1315, na Ordem dos Dominicanos. Em 1339 passou para a Ordem dos Cartuxos e no ano seguinte fez, em Estrasburgo, sua profissão como monge. Em 1343 foi nomeado Prior do mosteiro de Coblença. Cinco anos depois, desejando viver uma vida mais dedicada à prática da piedade, demitiu-se do cargo de Prior e foi para o mosteiro cartuxo de Mogúncia. De lá voltou de novo para Estrasburgo, onde fizera sua profissão, onde viveu até a morte, ocorrida no dia 10 de abril de 1378 (Barreiro, 2007, p. 352-353).

Ludolfo Cartusiano deixou numerosos escritos exegéticos e ascéticos, entre os quais destacamos: *Expositio in Psalterium Davidis*, 1 edição em 1491; *Comentários sôbre os livros III e IV das Sentenças de Pedro Lombardo*; *Sermões e tratados ascéticos e outros*. No entanto, a obra que imortalizou Ludolfo Cartusiano foi *O Livro de Vita Christi*. “É extenso e variado florilégio patrístico” (Magne, 1957, 14 p.), que constitui, ainda hoje (2025), o melhor comentário

173 Relativo à ordem cartuxa ou religioso que pertence a essa ordem; cartusiano.

sobre os Evangelhos, coordenados e fundidos em uma só narrativa. Inúmeras cópias manuscritas¹⁷⁴ acham-se espalhadas pelas bibliotecas¹⁷⁵ da Europa. Não seriam menos de cento e cinquenta cópias, transcritas entre a redação do livro e o aparecimento da imprensa. A obra, como é dito no prólogo, “contém todo os mistérios da fé católica, segundo a escritura dos quatro evangelistas e notários cristículos, com verdadeiras e devotíssimas exposições de diversos doctores egrégios, devotos e mui glorioso” (Magne, 1957, p. 6). Para Álvaro Barreiro, a obra é considerada muito fecunda para se pensar e estudar a história da salvação,

Ela não é uma *Summa theologica*, mas é uma *Summa evangelica*. Subjacente à longa explanação dos mistérios da vida de Cristo há, com efeito, uma teologia muito rica – bem fundamentada nos escritos dos Santos Padres e de autores medievais – e também muito fecunda da história da salvação (Barreiro, 2007, p. 354, grifos do autor).

O livro, traduzido do latim, é criação da mais alta significação religiosa e literária, tanto assim que foi largamente difundido, quer no original, quer na tradução, em várias línguas do Ocidente e, ainda, encomendado por rainhas, reis e princesas. Nesse sentido, Isabel Candolo Nogueira destaca que o livro, mesmo como objeto comercial, não deixou de coexistir juntamente com as obras ilustradas com requinte consideradas como objetos de luxos, já que um manuscrito ricamente iluminado era um sinal de riqueza “(...) Os artífices dos manuscritos luxuosamente iluminados trabalhavam, sobretudo, por encomenda particular para os colecionadores de livros preciosos” (Nogueira, 2011, p.14). A autora destaca,

174 De uma delas existente em Portugal serviram-se os monges Alcobacenses a quem devemos a tradução portuguesa; a outra, mandada fazer em 1444 pelo regente D. Pedro, refere-se a um documento citado por Fr. Fortunato de S. Boaventura em sua História da Abadia de Alcobaça, Lisboa, 1827, p. 81.

175 Biblioteca Nacional de Paris, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Pública de Cambridge. Ver mais: Introdução do volume I de *O Livro de Vita Christi*, p. 10.

ainda, que, no começo do século XV, “já era para os palácios e não mais para a Igreja que trabalhavam os melhores ateliês de cópia e iluminura¹⁷⁶, produzindo manuscritos para os comitentes aristocráticos que consumiam inclusive a produção laicizada dos luxuosos *livros de horas*¹⁷⁷” (Nogueira, 2011, p.14, grifos nossos).

Para exemplificar, citamos as numerosas traduções francesas: a mais antiga, encomendada durante o reinado de Carlos VIII (1483-1498) ao franciscano Guilherme Le Menaud, foi impressa, várias vezes, no século XV, a primeira vez, em ano desconhecido, a segunda, com xilogravuras¹⁷⁸, em 1478; os monarcas espanhóis, D. Fernando e Da. Isabel, incumbiram Frei Ambrósio de Montesino da versão castelhana, que foi impressa em Alcalá de Henares, de 1502 a 1503, com o título *Vita de Christi Cartuxano romãncado por Fray Ambrosio*, que possui um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa (Anexo 5); outro exemplar, da livraria de D. Manuel II, pertenceu à rainha D. Leonor (1458-1522) e tem o seguinte *ex-libris* manuscrito: “Este livro não se pode dar fora sob pena descomunhão, porque foi da rainha D. Leonor”¹⁷⁹.

A obra *O Livro de Vita Christi* é traduzida para o francês, o flamengo, o catalão, o espanhol e o italiano. As línguas vulgares que se impunham como instrumento verbal de comunicação mais ampla, criavam as condições sociais e linguísticas, estimuladoras

176 Iluminura: arte que nos antigos manuscritos, e em alguns incunábulos, alia a ilustração e a ornamentação, por meio de pintura a cores vivas, ouro e prata, de letras iniciais, flores e folhagens; figuras e cenas, em combinações variadas, ocupando parte do espaço comumente reservado ao texto e estendendo-se pelas margens, em barras, molduras e ramagens. Ver em: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 123, 2003.

177 O termo *livro de horas* é utilizado para designar um livro na forma de um códice manuscrito, que tem o pergaminho como um dos suportes mais utilizados. Segundo Houaiss: “é uma outra determinação do livro com finalidade temática”. HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. v. 2, p. 31.

178 Processo de gravação em relevo que utiliza a madeira como matriz e possibilita a reprodução da imagem gravada sobre papel ou outro suporte adequado. Ver mais: *Anais da Biblioteca Nacional* v. 123, 2003.

179 Cf. D. Manuel II, *Livros antigos portugueses*, I, Londres, 1929, p. 67.

do trabalho dos clérigos tradutores e da arte tipográfica, que facilitava o domínio do *sermo vulgaris*. As edições em latim ou nas novas línguas se fizeram no século XV e avançaram pelos séculos XVI e XVII. E quando, talvez, pelo problema do custo ou com o propósito de difundir o conhecimento do admirável relato, impôs-se a necessidade do seu resumo, apareceram as narrativas *in compendium redacta*, como diz a edição de Nuremberg¹⁸⁰. De acordo com Thiers Martins Moreira,

Quem quer que leia o livro, facilmente compreende o seu triunfo. *A Vida de Cristo*, ainda que fiel aos textos bíblicos, à doutrina da Igreja, à exegese dos sábios doutores, se [sic] conta em forma de novela e guarda o mesmo gosto estilístico das narrativas de aventuras e amores profanos, entrelaçada de meditações e ensinamentos da Igreja. A sobrenaturalidade do Cristo provocava o traço poético oferecido a uma sociedade voltada para o transcendente como um real quotidiano. O uso das imagens e jogo de símbolos, tão do feitio medieval, encontravam fácil campo de motivação nos feitos miraculosos e naquele profetizado destino de sofrimentos de um Homem para a redenção do homem (Moreira, 1968, prefácio v. II).

Percebemos que a obra foi escrita para todos os cristãos, “clérigos e leigos, prelados e monges, pertencentes às classes cultas ou ao povo simples, ricos ou pobres” (Barreiro, 2007, p. 355). De acordo com Barreiro, *O Livro de Vita Christi* possui um gênero literário prático e estilo narrativo, com a finalidade de elevação da vida espiritual. Para Barreiro, a obra “apresenta aos leitores, numa linguagem acessível e cativante, a riqueza da tradição milenar da Igreja sobre a pessoa, a vida e a missão de Jesus Cristo, Revelador e Salvador de todo o gênero humano” (Barreiro, 2007, p. 358).

O prólogo de *O Livro de Vita Christi* está dividido em oito parágrafos destinados a tratar sobre a contemplação de Nosso Senhor Jesus Cristo e de sua vida. Segundo o Padre Claudio Werner Pires, “o que dá unidade a todo o prólogo é o tema da vida, visto

180 Ver Introdução do volume I de *O Livro de Vita Christi*, p. 10.

em relação à “vida perfeita” e ao “exercício das virtudes” (Pires, 1991, p. 12). Para ele, “A vida imperfeita é a de defeitos, pecados e vícios. A vida perfeita, ao contrário, é a de virtudes e conforme os conselhos evangélicos. É a que tem como modelo a vida de Jesus Cristo” (Pires, 1991, p.12).

Padre Cláudio Werner Pires transcreveu, do português arcaico para o português atual, o segundo parágrafo do prólogo de *O Livro de Vita Christi*, que apresenta sete razões para exercitar-se na vida e contemplação do Redentor. “Nestas sete razões podemos constatar uma tríplice ação de Cristo: purifica, ilumina e une a si o que se aproxima dele” (Pires, 1991, p.13). As sete razões são as seguintes:

1ª) Porque “o Senhor é fogo poderoso que consome todo o mal e purifica de todas as culpas e defeitos o coração que se aproxima dele”.

2ª) Porque “é iluminado em todas as suas coisas”. É ensinado por Deus “a dispor com a devida ordem toda a sua vida ao serviço divino e das coisas celestiais” e “a ordenar as obras terrenas à caridade de seus irmãos e ao bem espiritual de si mesmo”.

3ª) Pela graça das lágrimas, “o que é muito necessário ao pecador que anda como peregrino neste vale de miséria”, Cristo, “fonte das hortas e poço das águas vivas (Cânt 3), costuma dar sempre aos pecadores que se aproximam dele e dele se socorrem”.

4ª) Porque o Senhor levanta sempre da queda dos defeitos quotidianos os pecadores que se aproximam dele, “conforme aquilo que ordenou a Moisés, dizendo: Faz uma serpente de cobre e coloca-a no alto como sinal; os que se aproximarem dela e olharem a serpente atravessada na madeira não morrerão (Núm 21)”.

5ª) Pelo “gosto doce e sabor sempre amável que tem em si esta vida”, conforme o Sl 33(34): “Provai e vede quão suave é o Senhor”.

6ª) Pois “por ela vamos ao conhecimento da majestade do Pai que pelo Filho pode ser conseguido”, conforme o evangelho: “Ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho quiser revelá-lo” (Mt 11).

7^a) Finalmente, porque “por esta vida o homem alcança saída segura deste mundo”. “O pecador devoto, que agora recebe cada dia a Cristo no Templo de seu coração”, “é certo que depois será recebido pelo mesmo Senhor, para lhe dar remuneração eterna, de modo que, assim como na vida presente o amou e o desejou, assim para sempre o faça permanecer nele” (Pires, 1991, p.13).

Os oito parágrafos do prólogo de *O Livro de Vita Christi* é concluído com uma oração final, transcrita pelo Padre Cláudio Werner Pires, a qual sintetiza, de algum modo, todo o prólogo,

Senhor Jesus Cristo, Filho do Deus Vivo, outorga a mim, pecador miserável e muito fraco, ter sempre diante dos olhos de meu coração tua vida e teus costumes, e que conforme minha possibilidade eu possa parecer em algo a ti. E faz com que eu aproveite disto e cresça como homem perfeito e templo santo para ti, que és meu Senhor. Rogo-te que ilumines meu coração com a luz de tua graça; que cada dia cortes em mim os perigos que podem acontecer e me sigas e acompanhes continuamente porque, tendo a ti como aquele que me encaminha em todos os meus passos, eu possa cumprir todas as coisas que te aprazem e apartar-me de todas as que te ofendem. Dirige, Senhor, muito alto, todos os meus pensamentos, palavras e obras, em tua lei e em teus mandamentos e conselhos, porque, fazendo em todas as coisas tua vontade, mereça ser salvo por ti agora e para sempre. Amém (Pires, 1991, p. 16).

Enfim, *O Livro de Vita Christi* trata das doutrinas de Cristo com uma significação literária e meditações tomadas da Bíblia, dos padres e da liturgia, pretendendo levar ao conhecimento mais profundo de Jesus Cristo e à imitação de Nosso Senhor.

3.2.4 O Livro de Vita Christi: A tradução portuguesa e seus impressores

O *Livro de Vita Christi* foi considerado o primeiro livro impresso em língua portuguesa até a descoberta do *Sacramental* (1488) e do *Tratado de Confissom* (1489). A edição *fac-simile* do incunábulo, com leves alterações, é uma versão portuguesa do original latino. Essa versão,

segundo Magne, foi feita a “pedido da Infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra e senhora de Montemor, mulher do regente D. Pedro, irmão del-rei D. Duarte e tio de D. Afonso V foi terminada em dezembro de 1446” (1957, p. 12), que serviram de base à impressão de 1495.

O incunábulo de 1495 foi impresso por ordem de D. Leonor, mulher de D. João II (1455-1495),¹⁸¹ e aparece no início do primeiro volume sua folha de rosto xilográfica (Anexo 6). A obra foi impressa por Valentim Fernandes de Morávia, auxiliado por Nicolau de Saxônia, a partir da tradução de Frei Bernardo, revista por Frei André, frade franciscano, conforme diz Magne,

De 14 de maio a 20 de novembro de 1495, na “mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, saía dos prelos dos honrados mestres e parceiros Nicolau de Saxônia e Valentim de Morávia o *Livro da Vida de Cristo em linguagem português, por mandado do mui ilustríssimo Senhor el-rei Dom Joam o segundo e da mui esclarecida rainha Dona Lianor, sua mulher* (Magne, 1957, p. 11-Introdução, grifos do autor).

Nicolau de Saxônia era um artista alemão, que viveu em Lisboa na última década do século XV, aparecendo associado a Valentim Fernandes não só na impressão de *O Livro de Vita Christi*, mas de vários outros incunábulos. De Valentim Fernandes de Morávia, natural da região hoje (2025) considerada República Checa, sabe-se que foi escudeiro da rainha D. Leonor e, em 21 de fevereiro de 1503, por carta régia, foi nomeado corretor e intérprete dos negociantes alemães estabelecidos em Lisboa. Faleceu na primeira metade do ano de 1519. Do *Livro de Vita de Christi* hoje (2025) são conhecidos dezoito exemplares, dos quais apenas três ou, talvez, quatro, estão fora de Portugal¹⁸².

181 Cf. informação contida no fólio 2v do incunábulo.

182 Para mais exaustivos pormenores sobre o incunábulo português e os códices que lhe serviram de bases, vejam-se; *Inocência*, I. p. 366-371; José dos Santos, *Bibliografia da literatura clássica luso-brasileira*, Lisboa, 1917, p. 128-129; D. Manuel II, *Livros antigos portugueses*, I, Londres, 1929, p. 44-79; *Bibliografia Geral Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*, I, 1941

Padre Augusto Magne ressalta que *O Livro de Vita Christi* foi traduzido, muitas vezes, passando por várias mãos, que foram adulterando os textos “em época menos remota, a mão, irreverentes adulteraram, aqui e acolá, a letra primitiva dos códices, mas ainda bem, com tal imperícia que se deixa facilmente depreender a lição autêntica” (Magne, 1957, p. 11). Dessa forma, transcrevemos o pedido com que Valentim Fernandes põe fecho ao seu prólogo dos Autos: “Se pela ventura achar algum vício em a impressom, pelo a vossa benigníssima humanidade perdõe, porque soo Deus é perfecto”.

3.2.5 *O Livro de Vita Christi*: chegada ao Brasil e edição em língua portuguesa

A obra chegou ao Brasil em 1937, em forma de microfilme, trazida por Luís Camilo de Oliveira Neto, então Diretor da Casa de Rui Barbosa, de uma viagem que fez a Lisboa, juntamente com outros microfilmes de códices medievais e de documentos para a história do Brasil e o conhecimento das fontes de nossa língua atual. Cedida mais tarde ao padre Augusto Magne, mestre de línguas românicas e do português arcaico, para traduzi-lo em língua portuguesa.

Padre Augusto Magne, ilustre romanista de acordo com Moreira (1965), planejou a publicação da obra do seguinte modo: reprodução *fac-simile* do livro e, em face, a leitura em caracteres atuais de tipografia, de um texto calçado nos apógrafos que, com variantes, teriam sido a base do original, servindo para a edição de 1495. Coube ainda, ao mesmo romanista, redigir a introdução, as notas e observações, assim como elaborar o glossário de vocábulos e expressões arcaicas. Moreira destaca que o livro se faz com o propósito de uma mensagem religiosa,

e nem de outro modo poderia então ser. Por isso é também didático, didático no sentido mais amplo de obra escrita para transmitir um conhecimento... as o grande mérito de seu

autor (e é também do tradutor português) é ter compreendido que a própria mensagem religiosa e a finalidade didática melhor se alcançariam se o relato se fizesse em forma artística que provocasse os sentimentos e, sob seu calor a compreensão (Moreira, 1968, prefácio v. II).

Padre Augusto, na sua atmosfera de erudito, foi seduzido pela arte do escrito, riqueza dos fatos de linguagem arcaica e mensagem religiosa, cuja leitura transmite clareza quanto a antiga linguagem tem o mesmo valor de expressão da linguagem moderna. Cristãmente, acreditava que a obra seria um modo de divulgação da vida de Jesus e uma maneira de difundir os fundamentos da Igreja (Moreira, 1968, prefácio v. II).

A obra traz, em seu volume I, a folha de rosto do exemplar (Anexo 7) existente na Biblioteca Nacional, da edição latina impressa em Lião no ano de 1537 por Jácome-Francisco, da célebre família florentina – Giunti ou Giunta – de livreiros e impressores que, nos últimos vinte anos do século XV e por todo o século XVI, teve oficinas, não só em Florença, mas ainda, em Veneza, Lião, Roma, Londres, Madri, Burgos e outras cidades da Europa. A impressão de Lião é a primeira, datada de 1520, e existe ainda outra datada de 1600. A impressão lugdunense de 1537 fora precedida de outras, em 1530 e 1536, de que possui exemplar a Biblioteca Nacional de Lisboa¹⁸³. Contém também, nesse volume, os dados biográficos do Padre Augusto Magne.

3.2.6 O Livro de *Vita Christi*: uma obra de arte

No século XV, com o aperfeiçoamento da imprensa, a xilogravura ganhou espaço na ilustração de livros de todos os tipos, facilitando o entendimento também das classes

183 Cf., no presente volume, p. 403 b, l. 29-36. Encicl. Ital., XVII, p. 331 b-333 a. *Bibliografia Geral Portuguesa*, I, p. 126-127.

populares. Surgiram muitos livros de viagens ou de ensinamentos práticos.

Segundo Jean-Claude Schmitt “todas as imagens tem sua razão de ser, exprimem e comunicam sentidos” (Schmitt, 2007, p. 11). Dessa forma, elas aparecem no *O Livro de Vita Christi* encomendado por ordem de D. Leonor, mulher de D. João II. A xilogravura “o retábulo da oração”, mostra os retratos de D. João II e D. Leonor, com os escudos de ambos os príncipes. Tudo foi obra do entalhador alemão que trabalhava em Portugal, mas cujo nome não aparece no livro.¹⁸⁴ A mesma página inclui uma xilogravura da cena do Calvário impressa no verso do frontispício do incunábulo que, de acordo com a introdução do livro, “parece decalcada de uma gravura de Albrecht Dürer” e também no *Missale Bracarense* de 1498. É atribuída por Haebler e Koehler a um artista alemão designado como sendo “mestre E. S.”, que abriu um metal no ano de 1466, ou seja, um calvário quase idêntico ao *O Livro de Vita Christi* (Anexo 8). Da Alemanha vieram também as lindas capitais ornamentadas (Anexo 9), idênticas às usadas por mestre Fradique de Basileia, que trabalhou em Burgos, no ano de 1485¹⁸⁵.

Segundo Christiana Rocha, o livro raro circula na categoria de obra de arte, “a obra rara, por conceituação, vale mais do que um livro comum e pode ser considerada uma obra de arte por ser uma manifestação artística manufaturada representativa de determinado período histórico” (Rocha, 2008, p. 45). Por fim, conhecer e entender uma obra rara em sua essência é um processo que demanda técnica e estudo, pois, como observamos, ela se constitui uma obra de arte. Esse foi nosso intuito ao adotar esses procedimentos metodológicos para explorar *O Livro de Vita Christi* sob custódia da Biblioteca Central da Unimontes.

184 Veja-se introdução, pg. XVI. do volume I.

185 Veja em: introdução, p. XVI do volume I.

3.3 BÍBLIA DE MOGÚNCIA: UMA OBRA DA BIBLIOTECA NACIONAL

A *Bíblia de Mogúncia*, analisada neste estudo, integra as coleções digitalizadas da Biblioteca Nacional por meio da BNDigital, conforme abordado anteriormente. Nesse sentido, analisamos a *Bíblia de Mogúncia* a partir das suas características históricas, destacando o que ela representou e/ou representa para a sociedade, desde seu surgimento no século XV.

Antes de analisar o exemplar da Bíblia disponível na Biblioteca Nacional, é importante esclarecer que Gutenberg, em 1445, na cidade de Mogúncia (Mainz, em alemão), imprimiu primeiro a edição da *Bíblia de Mogúncia* em dois volumes, que compreende 1.282 páginas escritas em latim, com 42 linhas cada. Daí provém a abreviação B-42 para a *Bíblia de Gutenberg*, com aproximadamente 3 milhões de caracteres.

A obra é também conhecida como a *Bíblia de Gutenberg*, a *Bíblia de 42 linhas* ou a *Bíblia Mazarin*. Esta é uma versão impressa da Vulgata¹⁸⁶ latina. O formato é, possivelmente, uma imitação do manuscrito da biblioteca do mosteiro de Mainz/Mogúncia. É também chamada de *Bíblia Gigante de Mogúncia*, cujas 1.300 páginas foram escritas à mão. O incunábulo tornou-se o livro mais famoso do mundo, por isso é conhecido como a *Bíblia de Gutenberg*¹⁸⁷. De acordo com Burke,

Gutenberg e a imprensa de há muito vêm sendo celebrados. Desde o século XVI a máquina impressora é descrita como tendo literalmente marcado uma época. Tem sido vista como o símbolo de uma nova era, associada com frequência à pólvora (outra invenção atribuída aos alemães)

186 É a forma latina abreviada de *vulgata editio* ou *vulgata versio* ou *vulgata lectio*, respectivamente “edição, tradução ou leitura de divulgação popular” – a versão mais difundida (ou mais aceita como autêntica) de um texto.

187 Ver mais em: Heitlinger, Paulo. *Tipografia: origens, formas e uso das letras*. 2006

e às vezes também à bússola. Francis Bacon vinculava a imprensa ao progresso do conhecimento (*o advancement of learning*, segundo suas palavras), ao ideal da pansofia e ao sonho utópico de anular as consequências do pecado original (Burke, 2002, p. 173).

Para fabricar, mecanicamente, a sua primeira Bíblia, Johannes Gutenberg, que tinha aprendido o ofício de ourives, combinou várias das suas invenções revolucionárias. Há algum tempo já estava em uso prelos para a impressão de gravuras, mas as letras da B-42 de Gutenberg não tinham sido gravadas em blocos de madeira.

A edição da Bíblia, que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional, é conhecida como a Bíblia Latina das 48 linhas, assim chamada por ter exatamente 48 linhas por páginas e por ter sido impressa em 1462 em 2 volumes, na cidade alemã de Mogúncia/Mainz, por ex-sócios¹⁸⁸ de Gutenberg. Embora mais recente, os exemplares completos dessa Bíblia são mais raros do que os da Bíblia de 42 linhas de Gutenberg, pois a meta de Gutenberg era criar uma impressão com letras tão belas como as manuscritas. Para tal, escolheu um exemplar manuscrito da biblioteca do mosteiro de Mainz, cuja caligrafia era a letra “Textura”, ou seja, uma letra fortemente condensada e angular. A fim de transformar em caracteres de metal a qualidade de um texto escrito à mão e obter uma imagem de texto denso e com um alinhamento homogêneo nas duas colunas, eram necessárias mais do que as 26 letras do alfabeto. Ligaduras, contrações e abreviações foram profusamente usadas para justificar, impecavelmente, o texto. Ao todo, os sócios, Gutenberg e Fust, usaram 290 glifos diferentes nessa impressão de espantosa qualidade técnica. Os tipos da textura tipográfica tinham

188 Em Mogúncia, Gutenberg conheceu Johann Fust, que lhe financiou o projeto de uma oficina de imprensa, fazendo parte da sociedade, também, Peter Schoeffer.

que ser grandes para que pudessem ser legíveis nas igrejas escuras, apenas iluminadas por velas.¹⁸⁹

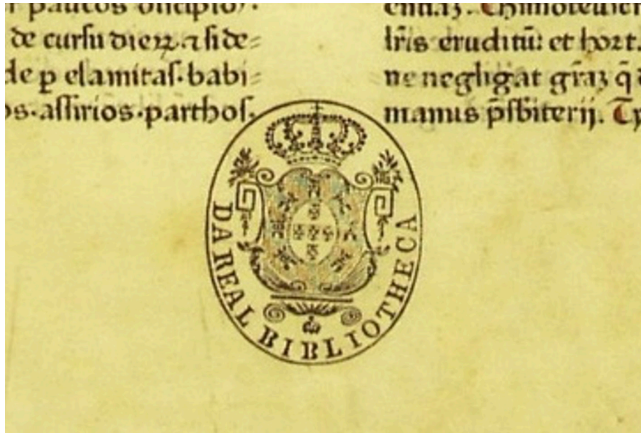
Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg (1398-1468), nasceu em Mainz (Mogúncia). Foi um gráfico alemão que inventou a máquina de imprensa. Sabe-se pouco da infância de Gutenberg, apenas alguns relatos que descendia de família abastada, de ourives, e, por essa razão, estava habilitado a manejar com destreza utensílios de metal. Viveu em Estraburgo, de 1434 a 1444, e conheceu Andreas Dritzehn, com quem se associou e tentou criar uma companhia. Em Mogúncia, Gutenberg conheceu Johann Fust, que lhe financiou o projeto de uma oficina de imprensa. Em 1445, imprimiu a Bíblia em 1282 páginas escritas em latim. Gutenberg ainda imprimiu outras obras enquanto trabalhava na impressão da Bíblia, como a *Carta de Indulgência*, em 1454 ou 1455.¹⁹⁰

A *Bíblia de Mogúncia* contém 73 livros. Está dividida em Antigo Testamento e Novo Testamento, contendo os evangelhos de Matheus, Lucas, João e Marcos (Ver Catálogo). Segundo Pinheiro, esse é um dos exemplares mais raros da Biblioteca Nacional e faz parte da Coleção Real trazida por Dom João VI, como nos mostra o carimbo na página da *Bíblia de Mogúncia*, na Figura 28. Pinheiro relata, em entrevista ao *Jornal Correio do Estado*, no dia 8 fevereiro de 2015, que a Bíblia “é um monumento da tipografia e prova que, no século 15, o homem estava avançado em termos de tecnologia, senso moral e intelectual. A Bíblia é um monumento de técnica e arte” (Pinheiro, 2015, s.p.).

189 Ver mais em: Heitlinger, Paulo. *Tipografia: origens, formas e uso das letras*. 2006

190 Ver em: GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. São Paulo: Record, 2001. p. 29.

Figura 28 - Carimbo da Real Bibliotheca na página da *Bíblia de Mogúncia* de 1462



Fonte: *Jornal Correio do Estado*, 8 fevereiro de 2015.

A Figura 28 nos apresenta a forma como eram identificadas as obras da Real Bibliotheca. Mostra uma forma de segurança e de identificação de propriedade, ou seja, bem pertencente à Família Real. Ao longo do tempo, os carimbos foram sendo modificados. Atualmente (2025), o ato de usar o carimbo de propriedade ou de identificação nos livros e documentos ainda é realizado tanto na Biblioteca Nacional, quanto nas outras bibliotecas do Brasil, inclusive na Biblioteca Central da Unimontes. Contudo, existem normas técnicas quanto à aplicação do carimbo definidas por cada biblioteca, visando não danificar os livros ou para não cobrir dados importantes. O carimbo de propriedade ou de identificação da biblioteca pode ser colocado no corte do livro ou em páginas pré-determinadas. É costume carimbar, para fins de segurança, uma ou duas páginas previamente escolhidas e sempre as mesmas, em todas as publicações de determinada biblioteca.

A bibliotecária Iracema Celeste Rodrigues Monteiro, chefe da Seção de Livros Raros da Biblioteca Nacional, em 1972, organizou um catálogo impresso intitulado *O livro raro em seus*

diversos aspectos - 1972, fazendo a descrição bibliográfica da *Bíblia de Mogúncia* na parte dos incunábulos da seguinte maneira:

BÍBLIA LATINA – Mogúncia, Johann Fust e Peter Schoeffer, in vigília assumptionis Mariae, 14 de agosto de 1462. 2.v 2 exs. 42 cm.

Um dos exemplares traz, nas últimas folhas do segundo volume, o recibo de sua venda em Paris, no ano de 1470. A Bíblia de Mogúncia é a primeira que contém data, lugar de impressão e nome do impressor. Não apresenta folha de rosto nem título, havendo exemplares impressos em papel e pergaminho. Os exemplares da Biblioteca Nacional são em pergaminho e vieram da Real Biblioteca, fazendo parte da coleção de livros que, em 1808, Dom João trouxe para o Brasil (Monteiro, 1972, p. 9-10).

Na década de 1970, na catalogação, os materiais informacionais eram impressos e os catalogadores não tinham dificuldades para distinguir e fazer a descrição bibliográfica dos formatos e suportes existentes. Contudo, Eliana Barboza de Oliveira Silva *et al.* (2012) apontam que, nessa época, o “mundo da informação registrada sofreu uma reviravolta” (Silva, *et al.* 2012, p. 115). A autora informa que essas mudanças na catalogação ocorreram, pois “com a (r)evolução tecnológica, surgem novas mídias e suportes variados tornando mais trabalhosas as tarefas de classificação e categorização” (Silva, *et al.* 2012, p. 114). Silva *et al.* destacam que foi necessário se adequar à nova realidade digital presente com a *Internet*, levando os serviços biblioteconômicos a uma nova abordagem de padronização da descrição bibliográfica, ou seja, a *Resource Description and Access* – Recursos: Descrição e Acesso – RDA¹⁹¹, pensada para os conteúdos no ambiente digital. Ela ressalta que,

191 É baseada em um conjunto de instruções práticas, fundamentadas em um conceito teórico que define a forma, a estrutura e o conteúdo dessa nova padronização. Os principais modelos conceituais são: o FRBR e o *Functional Requirements for Authority Data* – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD). FRAD é um prolongamento do modelo FRBR para dados de autoridade. Ambos identificam e coletam os dados utilizados pelo usuário no processo de pesquisa que formarão uma massa de informação essencial para a otimização dos recursos de todo o processo. Ver em: Oliver, 2011.

Entre os anos 1960 e 2000, a catalogação passou por um grande número de mudanças, tanto pela diversidade nas publicações como por novas formas de conteúdo e de plataformas de informação, alterando a maneira dos profissionais e também dos usuários de bibliotecas lidarem com a substância dos assuntos. A RDA é projetada para lidar com estas novas dinâmicas agora em um ambiente digital (Silva, *et al.* 2012, p. 115).

Desse modo, é possível observar as diferenças entre a descrição física da *Bíblia de Mogúncia* no Catálogo impresso de 1972 e as duas descrições em 2015 da mesma obra impressa e no formato digital disponíveis no Catálogo *online* do Acervo Digital da Biblioteca Nacional, conforme constatamos nas Figuras 29 e 30.

Figura 29 - Descrição bibliográfica da *Bíblia de Mogúncia* no formato digital / BN (2015)

ACERVO DIGITAL

Autor: "Bíblia. Latim. 1462"

[voltar](#) 1/2 [Nova pesquisa](#)

Detalhes | MARC tags | Dublin Core

Detalhes da obra

	Tipo de documento	Livro
	Idioma	Latim
	Número de chamada	
	CDD	220.571
	Objeto digital	or813929
	Loc. original	C.004.004-004A - Obras Raras
	Autor/Criador	Bíblia. Latim. 1462
	Título	Incip[It] epe'a sci iheronimi ad paulinu[m] p[re]sbiteru[m] : de omibz divine historie libris [Livro]
	Outros títulos	[Bíblia de Mogúncia]
	Imprinta	In civitate Maguntij [Alemanha] : per Johanne[n] Fust et Petru[m] Schoeffler ..., 1462.
	Notas	
	Geraís	"A Bíblia de Mogúncia é a primeira que traz data, lugar de impressão e nome do impressor"
	Direitos	Biblioteca Nacional (Brasil)
	Idioma	lat
	Assuntos	1. Bíblia. Latim. 1462 2. Bible
	Sites relacionados	
	tomo 1 PDF	http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813929.pdf
	Link do título	http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=500

Fonte: BNDigital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital>.
Acesso em: 10 mar. 2015.

A Figura 29 apresenta a descrição da obra do Acervo Digital da Biblioteca Nacional com a imagem da capa da Bíblia. O texto completo da obra pode ser acessado em formato digital/PDF. Nesse formato, observamos poucas informações referentes à obra, mas destacamos que a Biblioteca Nacional não considera o título da

Bíblia de Mogúncia como principal, mas como “Outros Títulos”, considerando como título principal o *Incip[it] epe’a sci iheronimi ad paulinnu[m] p[re]sbiteru[m]: de omnibus divine historie libris* [Livro].

Figura 30 - Descrição bibliográfica da *Bíblia de Mogúncia* na forma impressa do Catálogo online/BN, 2015

dados (Pop: 12301)

Resultado 1 de 1 encontrados em 0.390 seg

Nova Busca | << < > >> | > | Ficha | Marc | Lista | Índices | Avançada | Análise

Setor de guarda: Obras Raras.

Tipo de documento: livro raro.

Procedência original: BN (Biblioteca Nacional).

Título uniforme: *Bíblia.Latim. Mogúncia.1462.*

Título: *Incip[it] epe’a sci iheronimi ad paulinnu[m] p[re]sbiteru[m] : de omib[us] divine historie libris. -*

Título variante: *Bíblia de Mogúncia.*

Cidade: In civitate Maguntij :

País: Alemanha

Editor: per Johanne[n] Fust et Petru[m] Schoeffer ...

Descrição física: 2 v. : 42cm. (fol.)

Impresso em pergaminho.

Texto em vermelho após o colofão.

Caracteres góticos.

Capitais iniciais pintadas a mão em azul e vermelho, algumas com iluminuras.

Texto em duas colunas.

Referência: Cat. Cimélos BN, n. 1; Cat. Incunábulo BN, n. 28 e 28A e GW 4204.

Notas:

Texto em latim.

Ex dono: "Herman" (final do v. 2, ex. 2).

Marcas de costura (pergaminho).

Texto rubricado.

Anotações manuscrita (caneta): Acompanha recibo de venda em Paris em 1470.

Encadernação: capa dura, em couro azul (ex. 1) e marrom (ex. 2), gravadas em dourado. Detalhe "MOGUNTIAE 1462". Lombadas com nervuras, seixas e cortes em dourado. Guardas em papel fantasia (bege - verde, ex. 1) e (marrom, ex. 2).

Assuntos: Bíblia.

Localização do título: OR-00001

Localização do rolo: OR-00001

Quantidade de fotografias: 998.

Nova Busca | << < > >> | > | Ficha | Marc | Lista | Índices | Avançada | Análise

Fonte: BNDigital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital>.
Acesso em: 10 mar. 2025.

A Figura 30 nos expõe a descrição bibliográfica a partir da Bíblia impressa, possibilitando observar várias informações e características da obra. A Bíblia impressa fica guardada no Setor de Obras Raras; seu título uniforme é *Bíblia Latim Mogúncia.1462*; seu título principal é *Incip[it] epe’a sci iheronimi ad paulinnu[m] p[re]sbiteru[m]: de omnibus divine historie libris*; seu título variante é *Bíblia de Mogúncia*. A *Bíblia de Mogúncia* (incunábulo) foi escrita em latim, em 1462, na cidade de Mogúncia (Mainz), Alemanha. Ela foi impressa pelos sócios de Gutenberg, Johannes Fust e Peter Schoeffer, em 2 volumes com 42 centímetros. Observamos, também, as seguintes notas desse incunábulo: impresso em

pergaminho; texto em vermelho após o colofão; caracteres góticos; capitais iniciais pintadas a mão em azul e vermelho, algumas com iluminuras; texto em duas colunas; referência: Cat. Cimélios BN, n. 1; Cat. Incunábulos BN, n. 28 e 28A e GW 4204; texto em latim; ex dono: “Herman” (final do v. 2, ex. 2); marcas de costura (pergaminho); texto rubricado; anotações manuscritas (caneta): acompanha recibo de venda em Paris em 1470; encadernação: capa dura, em couro azul (ex. 1) e marrom (ex. 2), gravadas em dourado; detalhe “MOGUNTIAE 1462”; lombadas com nervuras, seixas e cortes em dourado; guardas em papel fantasia (bege - verde, ex. 1) e (marrom, ex. 2). A descrição traz também uma das notas enfatizadas na literatura: “A Bíblia de Mogúncia é a primeira que traz data, lugar de impressão e nome do impressor” (Cat. Cimelios BN, n. 1).

Os dois volumes da Bíblia foram encadernados em marroquim vermelho e impressos em pergaminho¹⁹², com caracteres góticos, iniciais impressas em rubro e azul, o que era corrente nesses primeiros tempos da imprensa de tipos móveis. Esta é considerada a mais bela das primeiras quatro bíblias impressas e o incunábulo mais importante por ser a primeira bíblia impressa a conter a data, o local e o nome dos impressores, Johannes Fust e Peter Schoeffer. Ela foi o primeiro livro na história da imprensa ocidental a possuir uma marca de impressor, porque abaixo do colofão¹⁹³, Fust e Schoeffer acrescentaram uma xilogravura dos seus escudos de armas (Anexo 10).

Durante a busca de informações sobre a *Bíblia de Mogúncia* encontramos uma carta manuscrita (digital) no Catálogo online

192 Material fabricado de peles preparadas de animais, principalmente de carneiros ou de vitelos. O melhor era feito da pele destes últimos e era conhecido por velino (Pinheiro, 2005).

193 Palavra grega que significa traço final. Além das informações respeitantes aos títulos do livro, ao nome do autor, do impressor, ao lugar e data de impressão, contém notas sobre o editor que corrigiu e preparou o texto, o patrono que tornou possível a publicação do livro etc. (Pinheiro, 2005).

da Biblioteca Nacional, que faz parte da Coleção Camilo de Monserrate (1818-1870), autor da carta. Na descrição do manuscrito, o título foi definido como *Carta a destinatário desconhecido, contendo informações sobre os exemplares da Bíblia de Mogúncia existentes na Biblioteca Nacional, e descrevendo os resultados da exaustiva pesquisa que fez a respeito deles*¹⁹⁴. O manuscrito foi escrito no Rio de Janeiro, em 1853, com 12 páginas.

Enfim, é uma obra relevante para a história, pois é testemunha de um acontecimento mundialmente reconhecido, ou seja, é o primeiro impresso e o incunábulo mais importante, por marcar o início da produção em massa de livros no Ocidente. Estima-se que foram produzidas 180 cópias na época, 45 em pergaminho e 135 em papel. Elas foram impressas, rubricadas e iluminadas¹⁹⁵ à mão em um período de três anos. Existem menos de 50 exemplares da referida obra no mundo.

3.3.1 Primeiro livro impresso: “poder temido e desejado”

Como citado anteriormente, o primeiro exemplar impresso no mundo foi a Bíblia, inaugurando a era do livro manufaturado industrialmente. *A Bíblia de Mogúncia*, também denominada como *Bíblia de Gutenberg*, foi impressa, primeiramente, em latim, depois em vernáculo alemão¹⁹⁶. Para Arlindo Machado, a *Bíblia de Gutenberg*, um livro cristão, foi difundida à sociedade por meio do modelo no mesmo formato de códice, em parte, porque o seu surgimento impresso está associado a

194 Ver em: BNDigital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital>. Acesso em: 10 mar. 2015.

195 Arte da Iluminura: arte que nos antigos manuscritos, e em alguns incunábulo, alia a ilustração e a ornamentação, por meio de pintura a cores vivas, ouro e prata, de letras iniciais, flores e folhagens; figura e cenas, em combinações variadas, ocupando parte do espaço comumente reservado ao texto e estendendo-se pelas margens, em barras, molduras e ramagens.

196 Ver em: GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. São Paulo: Record, 2001.

uma disputa religiosa e pela praticidade do novo formato mais compacto do que os rolos de pergaminho¹⁹⁷.

A popularização da Bíblia em alemão foi de fundamental importância à Reforma Protestante, que se desenrolou no século XVI, haja vista que, até então, ela era lida em latim e sua circulação não era tão grande, tal como passaria a ser a partir da invenção da imprensa. Além do monopólio na elaboração do conhecimento, do controle a seu acesso e a sua transmissão, a Igreja também era uma espécie de guardiã da escrita. O latim era a língua do sagrado e do ritual, ou seja, a língua da Igreja, e poucos sabiam usá-la¹⁹⁸.

A comunidade cristã medieval era controlada pela Igreja Católica, detentora do poder espiritual e material. Portanto, com a dominação da Igreja, durante um longo período, era nos mosteiros que se concentrava a arte e a literatura. Ao longo desse tempo, a cultura foi patrimônio do clero regular dos mosteiros e o livro, instrumento dessa cultura, copiado e compilado com apreço¹⁹⁹. Nesse sentido, a Bíblia, durante a Idade Média, foi o livro mais difundido e possuía um valor simbólico para as comunidades religiosas, ou seja, “contendo em si promessa de salvação” (Nogueira, 2011, p.16).

A Bíblia como poderoso objeto de salvação era considerada o parâmetro máximo de leitura, já que a palavra de Deus trazia a verdade absoluta e incontestável. O livro no mundo medieval não era um simples objeto. Ele tinha um valor simbólico como portador da palavra divina. De acordo com Isabel Candolo Nogueira, o livro “era confeccionado com esmero, composto não apenas com

197 Ver em: MACHADO, Arlindo. *Fim do livro?* Estudos Avançados [online]. 1994, v. 8, n. 21, pp. 201-214. ISSN 0103-4014.

198 FAILLACE, Vera Lúcia Miranda. *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*. Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.18.

199 Ver em: NOGUEIRA, Isabel Candolo. *Olhando Betsábéia: um estudo da arte na passagem da iluminura para a gravura*. Brasília: UnB, 2011. Dissertação mestrado em Arte UnB.

a caligrafia manuscrita, mas com capitulares e iluminuras, que glorificavam a palavra” (Nogueira, 2011, p.16).

Marcos Henrique Rodrigues aponta que “os efeitos da invenção de Gutenberg foram instantâneos e de alcance extraordinário, pois quase imediatamente muitos leitores perceberam suas várias vantagens: grande capacidade de produção, velocidade na distribuição, uniformidade de textos, custo” (Rodrigues, 2012, p. 189). Rodrigues, citando Manguel, destaca o crescimento de máquinas impressoras em várias partes do mundo,

Poucos anos depois da impressão da primeira Bíblia, máquinas impressoras estavam instaladas em toda a Europa: em 1465 na Itália, 1470 na França, 1472 na Espanha, 1475 na Holanda e na Inglaterra, 1489 na Dinamarca. A imprensa não demorou a alcançar o Novo Mundo: os primeiros prelos foram instalados em 1539 na Cidade do México e no ano de 1638 em Cambridge, Massachusetts (Manguel *apud* Rodrigues, 2012, p. 190).

Rodrigues informa ainda que a tipografia chegou ao Brasil apenas em 1808, com a vinda da família real portuguesa, ou seja, mais de duzentos anos depois de chegar às Américas. Nesse contexto, muitos fatores foram relevantes para a acelerada expansão da indústria tipográfica na Europa e no mundo. Dentre eles, Rodrigues cita:

a demanda pela leitura era muito maior do que as cópias manuscritas podiam suprir. Ideias novas estavam fermentando nas cabeças privilegiadas dos renascentistas, ávidos por transmitir suas novas cosmovisões para quem quisesse conhecer um novo mundo que os artistas e intelectuais sonhavam para as artes e ciências (Rodrigues, 2012, p. 189).

Além desses fatores, Marcos Henrique Camargo Rodrigues destaca, igualmente, a Reforma Protestante colocada em marcha por Martinho Lutero (1483-1546), João Calvino (1509-1564) e outros, a partir de 1517. Esse movimento tinha, como um de seus pilares

filosóficos, a possibilidade de o cristão comunicar-se diretamente com Deus, sem o concurso de intermediários. “Mas onde estava Deus para participar desse diálogo com seus filhos esperançosos da salvação? Em um livro – a Bíblia. De modo que para falar com Deus o protestante precisava saber ler a Bíblia” (Rodrigues, 2012, p. 190).

Com a Reforma Protestante, houve um esforço para popularizar o livro sagrado. Esse fato foi fundamental para reafirmar a importância da educação e aceitação do livro impresso no século XVI. Uma das consequências da Reforma Protestante foi uma democratização do livro²⁰⁰. O livro impresso, produto da tipografia do século XV, “foi o instrumento por excelência, o veículo catalisador e divulgador da nova fé, a fé reformada” (Santos, 2012, p. 59).

Seguir o Evangelho era a única regra, e o clero, o caminho para se chegar a Deus²⁰¹. Cenário que Darnton expõe, afirmando que o escrito, o impresso ou o manuscrito foi investido de um poder temido e desejado. O fundamento de tal ambivalência lê-se no texto bíblico, com a dupla menção do livro ingerido, tal como aparece em Ezequiel: “E o Senhor disse-me: Filho do homem, seu ventre se alimentará com este livro que lhe dou, e suas entranhas com ele serão saciadas. Comi esse livro e ele se tornou doce como mel à minha boca” (Ezequiel, 3, 3). O autor cita, ainda, a cena no Apocalipse de João: “Tomei o livro da mão do anjo e o devorei: na minha boca, era doce como mel; depois que o engoli, porém, causou amargura no meu ventre” (João, 10,10). Darnton explica que, “o Livro dado por Deus é amargo como é amargo o conhecimento do pecado, e doce como é a promessa da redenção” (Darnton, 1990, p. 24). Ele ressalta também que:

a Bíblia, que contém esse livro da Revelação, é ela mesma um

200 Ver em: SANTOS, Eliezer Lírío dos. *O impacto da Reforma Protestante na disseminação do livro impresso*. 2012.

201 FAILLACE, Vera Lúcia Miranda. *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*. Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.18.

livro poderoso, que protege e conjura, aparta os infortúnios, afasta os malefícios. Foi ela, em toda a cristandade, objeto de usos propiciatórios e protetores, que não supunham necessariamente a leitura de seu texto, mas exigiam-lhe a presença material à proximidade dos corpos (Darnton, 1990, p. 24).

À medida que os leitores laicos começaram a ler a Bíblia sem a intervenção do padre da paróquia, “questionando e pensando por si, eles, como era de esperar, passaram a ler também textos não religiosos” (Fischer, 2006, p. 190). Dessa forma, passaram a contestar os dogmas e a comandar o desenvolvimento da sociedade guiado pelo próprio entendimento, pelo credo “humanístico” que, de fato, abalou o monopólio da Igreja sobre o ensino.

De acordo com Nogueira, “(...) a Bíblia foi ao longo da Idade Média o livro mais iluminado e também o mais difundido. Contendo em si promessa de salvação, possuía um valor simbólico para as comunidades religiosas (Nogueira, 2011, p. 16)”. A autora informa ainda que, “(...) a riqueza das ornamentações da Bíblia, isto é, as iluminuras em seu conjunto – miniaturas com personagens, capitulares, bordas e outros elementos ornamentais – cumpria uma função no espaço sacralizado pela palavra divina em que estavam inseridas” (Nogueira, 2011, p.16).

3.4 O Livro de Vita Christi e a Bíblia de Mogúncia: entre semelhanças e diferenças

Apresentamos algumas reflexões sobre as semelhanças e diferenças das obras raras denominadas *O Livro de Vita Christi* e a *Bíblia de Mogúncia*, assim como os contextos em que viveram seus autores/impressores. *O Livro de Vita Christi* e a *Bíblia de Mogúncia* foram impressos no mesmo século, ou seja, no século XV, a partir de seus originais manuscritos do final do século XIV.

A obra rara analisada da Biblioteca da Unimontes é uma edição *fac-símile* do incunábulo de 1495, com leves alterações e

versão portuguesa do original latino. Está impressa e disponível no acervo do Setor de Obras Raras e Especiais/Unimontes. Relembramos que uma edição *fac-similar* ou um *fac-símile* é uma edição nova – frequentemente de um livro antigo – que apresenta uma reprodução exata da edição original, incluindo fontes de letras, escala, ilustrações, diagramação e paginação. A obra rara analisada da Biblioteca Nacional está em formato digital do incunábulo de 1462 e seu original impresso está depositado no acervo na Divisão de Obras Raras da instituição.

Portanto, ambas são incunábulos do mesmo século. Contudo, o primeiro exemplar impresso no mundo foi a *Bíblia de Mogúncia* ou a *Bíblia de Gutenberg*, inaugurando a era do livro manufaturado industrialmente, com a invenção da prensa tipográfica (os tipos móveis) por Gutenberg. Esse acontecimento mudou a história da leitura e da circulação de ideias em escala mundial e na História do Livro, constituiu um marco para a humanidade, pois, mais que uma invenção, tornou-se o aperfeiçoamento e a crescente circulação de livros no Ocidente. Ambas foram impressas primeiramente em latim. O latim era a língua do sagrado e do ritual, ou seja, a língua da Igreja, e poucos sabiam usá-la, pois a comunidade cristã medieval era controlada pela Igreja Católica, detentora do poder espiritual e material.

O original de *O Livro de Vita Christi* foi impresso em 1495 por Valentim Fernandes de Morávia, auxiliado por Nicolau de Saxônia, a partir da tradução de Frei Bernardo, revista por Frei André, frade franciscano. O exemplar de *O Livro de Vita Christi* da Biblioteca Central da Unimontes foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura e Fundação Casa de Rui Barbosa. A coleção completa compõe de quatro partes distribuídas na edição *fac-similar*.

A *Bíblia de Mogúncia* foi impressa pelos sócios de Gutenberg, Johannes Fust e Peter Schoeffer, em 2 volumes com 42 centímetros. Ela é o incunábulo mais importante por ser a

primeira bíblia impressa a conter a data, o local e o nome dos impressores, Johannes Fust e Peter Schoeffer. Ela foi o primeiro livro na história da imprensa ocidental a possuir uma marca de impressor, porque abaixo do colofão, Fust e Schoeffer acrescentaram uma xilogravura dos seus escudos de armas.

O Livro de Vita Christi é criação da mais alta significação religiosa e literária, tanto assim, que foi largamente difundido, quer no original manuscrito, quer na tradução impressa, em várias línguas do Ocidente, encomendado por rainhas, reis e princesas. Já a *Bíblia de Mogúncia*, a partir da Idade Média, foi o livro mais difundido e possuía um valor simbólico para as comunidades religiosas, contendo em si a promessa de salvação. A Bíblia, impressa ou manuscrita, como poderoso objeto de salvação, era considerada o parâmetro máximo de leitura, já que a palavra de Deus trazia a verdade absoluta e incontestável. O livro no mundo medieval não era um simples objeto. Ele tinha um valor simbólico como portador da palavra divina.

Ludolfo de Saxônia (1295-1377), monge cartuxo, “viveu toda sua vida no mundo cristão da Europa central, sem ter saído nunca dos limites do Sacro Império Romano- Germânico. Ele foi um homem eurocêntrico e viveu numa sociedade tradicional, com fortes laços comunitários e rituais públicos” (Barreiro, 2007, p. 366).

Johannes Gutenberg (1398-1468) nasceu vinte e um anos depois do falecimento de Ludolfo. O mundo em que ele nasceu e viveu passou por várias (r)evoluções. Época que marca o início da descompartimentação do mundo, com os descobrimentos, as colonizações, o comércio e a revolução científica. É uma nova época, o início da Idade Moderna. Segundo Burke (2003), o contexto histórico em que viveu Gutenberg foi uma época da propagação da imprensa, descobertas, não apenas de novos mundos, mas também das ciências e tecnologia, da Reforma Protestante,

das cidades e dos circuitos de um saber propriamente²⁰². Para Chartier, “a partir do século XV, e provavelmente antes, a utilização do escrito cumpriu um papel essencial em várias evoluções maiores das sociedades ocidentais” (Chartier, 2010, p. 28). Enfim, os contextos sociais, políticos, culturais e religiosos em que esses homens viveram foram muito diferentes, assim como foram diferentes seus objetivos de introduzir, na sociedade da época, obras com similaridades e diferenças.

Percebemos que há diferenças e semelhanças entre Ludolfo de Saxônia e Johannes Gutenberg. Ludolfo escreveu sua obra anunciando, com a pregação e com o testemunho de sua vida, o Evangelho de Jesus Cristo, enquanto Gutenberg escolheu um exemplar manuscrito da Bíblia da biblioteca do mosteiro de Mainz para dar “vida” à sua maior invenção, a prensa de tipos móveis, com o intuito de transformar em caracteres de metal a qualidade de um texto manuscrito, ou seja, criar uma impressão com letras tão suntuosas como as manuscritas²⁰³. O conteúdo das duas obras prepara o ser humano para a salvação por meio de Jesus Cristo. Ambas tiveram uma grande difusão e, provavelmente, influenciaram a vida das pessoas que as leram.

O Livro de Vita Christi “é extenso e variado florilégio patristico” (Magne, 1957), que constitui, ainda hoje (2025), o melhor comentário dos Evangelhos coordenados e fundidos em uma só narrativa, “contém todos os mistérios da fé católica, segundo a escritura dos quatro evangelistas e notários cristículos, com verdadeiras e devotíssimas exposições de diversos doctores egrégios, devotos e mui glorioso” (Magne, 1957, Introdução). Segundo Moreira, “ainda que fiel aos textos bíblicos, à doutrina da Igreja,

202 Ver mais em: BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

203 Ver em: HEITLINGER, Paulo. *Tipografia: origens, formas e uso das letras*. São Paulo: Dinalivro, 2006.

à exegese dos sábios doutores, se [sic] conta em forma de novela e guarda o mesmo gosto estilístico das narrativas de aventuras e amores profanos, entrelaçada de meditações e ensinamentos da Igreja” (Moreira, 1968, prefácio v. II).

A *Bíblia de Mogúncia* é uma obra relevante para a história, pois é testemunha de um acontecimento mundialmente reconhecido, ou seja, é o primeiro impresso e o incunábulo mais importante por marcar o início da produção em massa de livros no Ocidente.

O livro de Ludolfo de Saxônia apresenta ao leitor, ao longo de 181 capítulos, os dados acessíveis sobre os mistérios da vida de Cristo, convidando o leitor orante a traduzir, na vida diária, a mensagem dessas passagens evangélicas. É uma coleção de textos da língua portuguesa arcaica, que tem, como tema principal, a vida de Jesus Cristo, *Vita Domini Jesu Christi ex quatuor evangeliiis*²⁰⁴, ou seja, *A vida do Senhor Jesus Cristo dentre os quatro Evangelistas*. O livro trata das doutrinas de Cristo com uma significação literária, meditações tomadas da Bíblia, dos padres e da liturgia, pretendendo levar ao conhecimento mais profundo de Jesus Cristo e à sua imitação. A *Bíblia de Mogúncia* contém 73 livros, dividida em Antigo Testamento e Novo Testamento, contendo os evangelhos de Matheus, Lucas, João e Marcos.

A finalidade das duas obras é a mesma: “fazer a experiência de encontro pessoal com Deus, com o Deus novo que nos foi revelado na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, com o Deus cujo amor primeiro e sempre fiel continua a nos ser oferecido” (Barreiro, 2007, p. 367). Todavia as diferenças aparecem no percurso e nos métodos usados para fazer tal experiência de encontro com Deus, para experimentar o seu amor.

A chegada das obras ao Brasil foi em épocas diferentes. A *Bíblia de Mogúncia* foi trazida por Dom João VI, com a vinda da

204 Do latim: A vida do Senhor Jesus Cristo dentre os quatro Evangelistas.

família real para o Brasil, juntamente com a Biblioteca Real, em 1808. *O Livro de Vita Christi* chegou ao Brasil em 1937, em forma de microfilme, juntamente com outros microfilmes de códices medievais e de documentos para a história do Brasil e o conhecimento das fontes de nossa língua atual, trazidos por Luís Camilo de Oliveira Neto, então Diretor da Casa de Rui Barbosa, de uma viagem que fez a Lisboa. Cedida mais tarde ao padre Augusto Magne, mestre de línguas românicas e do português arcaico, para traduzi-lo em língua portuguesa e imprimi-la em edição *fac-similar*.

Em relação à descrição física e a análise bibliológica das obras foi possível observarmos que

a) *O Livro de Vita Christi* da edição *fac-similar* apresenta:

- Encadernação de brochura simples em razoável estado de preservação, com manchas amareladas causadas pelo desgaste do tempo e um pequeno rasgo na lombada da capa no volume I;
- Os dois volumes contêm capas originais;
- Texto impresso em duas colunas;
- Em algumas páginas, traz texto em português arcaico;
- Páginas completas, porém, algumas soltas;
- Possuem muitas capitais ornamentadas;
- Possui xilogravuras em algumas páginas;
- Ilustrações sobre o tema;
- Na capa, possui a marca de propriedade do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa;
- Folhas resistentes;
- Confeccionado em papel encartonado fosco;
- O volume I possui tiragem limitada em papel *Kangas* e papel *wester post* assinados pelo diretor da Casa de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe;
- E o volume II teve tiragem limitada em papel apergaminhado e papel vergê.

b) A *Bíblia de Mogúncia* é ricamente ornamentada e apresenta:

- Impressão em pergaminho em texto em vermelho após o colofão;
- Caracteres góticos;
- Capitais iniciais pintadas a mão em azul e vermelho, algumas com iluminuras;
- Texto em duas colunas;
- Texto em latim;
- Ex dono: “Herman” (final do v. 2, ex. 2);
- Marcas de costura (pergaminho);
- Texto rubricado;
- Anotações manuscritas (caneta): acompanha recibo de venda em Paris, em 1470;
- Encadernação: capa dura, em couro azul (ex. 1) e marrom (ex. 2), gravadas em dourado;
- Detalhe “MOGUNTIAE 1462”; lombadas com nervuras, seixas e cortes em dourado;
- Folhas de guardas em papel fantasia (bege - verde, ex. 1) e (marrom, ex. 2).

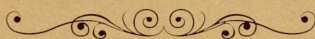
Apesar dessas diferenças, há nas duas obras semelhanças significativas. Acenamos algumas delas: possuem “laços” que revelam um campo de domínio religioso, pois tratam da vida de Cristo; ambas tiveram uma grande difusão e, provavelmente, influenciaram a vida das pessoas que as leram; ambas propagaram o livro e a leitura; ambas foram impressas no mesmo século e são importantes incunábulo; ambas pertencem às instituições de memórias, depositadas em setores de obras raras.

Enfim, valendo-nos das obras raras desses lugares de memórias nos foi permitido abordar o que elas representam desde esse período, principalmente para a evolução do livro e

sobre o domínio da religião, uma vez que a religião cristã passava a fornecer o principal elo para a leitura ocidental. Tivemos a oportunidade de refletir sobre quais ideias foram transmitidas, como o contato com essas fontes afetaram o pensamento e o comportamento das pessoas nesse período, quem as produziram, que homens e mulheres as utilizaram e como sobreviveram até nossos dias (2025).



CONSIDERAÇÕES FINAIS



PERSPECTIVAS E DESAFIOS DAS BIBLIOTECAS HOJE

É sobre a história dos livros, das bibliotecas, das memórias presentes nesses lugares de memórias que esta pesquisa se debruçou. O esforço de análise recaiu sobre a história de dois lugares de memórias específicos, a Biblioteca Central da Unimontes e a Biblioteca Nacional. E de relance, pensamos também um pouco sobre a Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais e de Montes Claros com o objetivo de percebermos uma hierarquia acerca desses órgãos de documentação e o seu entrelaçamento para a organização padronizada de livros no país.

Inconformadas com a forma de armazenamento inadequado das obras raras e motivadas pelo interesse em elaborar uma pesquisa que fizesse uso dos documentos existentes na Biblioteca Central da Unimontes, articulamos História e Biblioteconomia para compreender esse sistema de guarda de memórias por meio de livros raros e especiais. Verificamos que esse espaço representa para a história da instituição um lugar de memória merecedor de maior divulgação e uso por pesquisadores em geral, mas, especificamente, por historiadores. Fizemos uma análise de seu acervo e confirmamos sua importância para o patrimônio institucional e cultural, além de lugar de memória relevante para a perpetuação de memórias. No mesmo intuito, refletimos, ainda, sobre a história da Biblioteca Nacional, pelo

valor do seu papel, função e preocupação com a guarda do precioso acervo raro e a memória nacional.

Elegemos duas obras raras desses espaços de memórias, *O Livro de Vita Christi* e *Bíblia de Mogúncia* como amostras das possibilidades de estudo, por causa da incapacidade de lidar com todo o acervo, pelo grande volume e variedade temática. Examinamos tais obras, lançando mão de considerações teóricas e conceituais da análise histórica, bibliológica e descritiva, aliando História e Biblioteconomia. Situamos o período no qual essas obras se inscreveram, assim como destacamos seus autores e/ou impressores e sua importância. Também contextualizamos essas obras com a história do local e do próprio material bibliográfico, revitalizando sua trajetória até as instituições que as abrigam. O estudo dessas fontes foi instigante por percebemos o movimento e a importância da Bíblia como o primeiro livro impresso e, assim, constatar as consequências da sua popularização, além de entender melhor sobre a vida de Jesus Cristo.

Observamos que vivemos um momento de mudanças tecnológicas. Assim como ocorreu na transição do pergaminho para o papel como suporte de escrita, o livro impresso passa hoje (2025) a dividir, com o documento eletrônico, a tarefa de registrar o conhecimento humano. Verificamos que a biblioteca digital continua assumindo as mesmas funções da biblioteca tradicional, ou seja, executa as atividades como adquirir, organizar, disponibilizar e preservar a informação. A biblioteca digital surgiu como importante ferramenta de preservação e acesso para as coleções de obras raras, devido a todas as suas características e limitações de acesso²⁰⁵. Utilizamos essa nova ferramenta na análise da *Bíblia de Mogúncia* do acervo raro da Biblioteca Nacional.

205 Ver em: ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. *As coleções de obras raras na biblioteca digital*. 1998. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – FESA, UNB, 1998.

Conferimos o que essas obras raras representaram para a evolução do livro impresso e sobre o domínio da religião, uma vez que o cristianismo passava a fornecer o principal elo para a leitura ocidental. Assim sendo, tivemos a oportunidade de refletir sobre quais ideias foram transmitidas, como o contato com essas fontes afetaram o pensamento e comportamento das pessoas naquele período, quem as produzira, que homens e mulheres as utilizaram e como sobreviveram até nossos dias.

Constatamos que o livro impresso ou digital, ou seja, independentemente de seu formato, é símbolo de poder, conhecimento e cultura. Apreendemos as profundas mudanças que esse instrumento de valor material e social causou na cultura europeia desde a época de Gutenberg, ou seja, a partir da metade do século XV, momento em que o livro surge como um produto intelectual, um poder temido e desejado, contendo conhecimento e expressões individuais ou coletivas, tanto em sua dimensão de objeto manuseável como na qualidade de portador de conteúdo. Consideramos que os livros têm poder. São várias as formas de manifestação da influência da leitura na evolução da sociedade. O livro transmite conhecimento, faz pensar e questionar sobre os fatos e nos possibilita estudar a história e refletir sobre os acontecimentos relevantes da sociedade. Compreendemos as obras raras como instrumento de pesquisa, fonte histórica, memória, poder, difusoras de conhecimento e saber. O livro foi, e ainda é, objeto de censura, passando por proibições e, até mesmo, por destruições até nossos dias.

As bibliotecas são lugares de memórias e patrimônio institucional e cultural. São, também, depositárias de acervos bibliográficos raros e lugares de cultura. Compõem um universo simbólico de preservação da memória individual e coletiva. Nesse sentido, as Bibliotecas Universitárias da Unimontes precisam de uma maior área para exposição permanente e guarda de seu

acervo, facilitando não só o manuseio do mesmo, mas também, a conservação, restauração e manutenção desse material bibliográfico. Um dos desafios é acompanhar a evolução tecnológica e estar sempre em busca de melhorias e informação de qualidade.

Investimentos se fazem necessários para a ampliação dos acervos, equipamentos modernos, novos laboratórios de informática e de higienização e restauração de itens do acervo bibliográfico. A instalação em um espaço maior consolidará, definitivamente, a sua vocação como um projeto voltado para a memória da ciência brasileira e da própria Unimontes. É necessário, e muito importante, o investimento em recursos humanos para o melhor desempenho do Sistema de Bibliotecas.

É salutar deixar registrada a relevância de se consolidar na Unimontes uma política de integração de acervos, em que sejam consideradas e desenvolvidas, cuidadosamente, as metodologias e as competências necessárias para o recebimento, a organização e a gerência dos acervos, respeitando, tanto quanto possível, a padronização e a uniformização das estruturas descritivas dos documentos a serem integrados.

Observamos que muitas foram as inovações técnicas experimentadas pelas bibliotecas universitárias em sua trajetória até a contemporaneidade. Entre estas, tem-se a introdução de novos métodos de análise, representação, organização, armazenamento e recuperação de informações, que se sucederam, à medida em que os suportes de fixação do conhecimento humano foram evoluindo. Entretanto, nada se compara à introdução da informática combinada às telecomunicações, que imprimiu nova dinâmica no ambiente de trabalho dessas organizações.

É diante dessa realidade ambivalente que as bibliotecas, principalmente as universitárias, podem interferir para diminuir os efeitos excludentes que o mercado editorial e tecnológico gera sobre os consumidores de informação de menor poder aquisitivo.

Ao se pensar especificamente em uma das missões da universidade, a extensão, ou seja, aquela que aproxima essa mistificada instituição produtora de conhecimento à sociedade mais ampla, a biblioteca é uma possibilitadora para a concretização do elo entre a instituição e a comunidade. Nesse sentido, Lemos e Macedo falam na atuação das unidades de informação acadêmicas que ultrapassam “os limites físicos da universidade” (Lemos, Macedo, 1974, p. 172). Nesse contexto, a biblioteca universitária aparece, participando, de forma indireta, das atividades de extensão por meio da simples disponibilização do acervo aos agentes que, efetivamente, interagem com as comunidades, a saber, pesquisadores, professores e estudantes, o que, de certa maneira, parecia ser suficiente para a própria instituição e os (as) bibliotecários (as).

Assim, as Bibliotecas Universitárias da Unimontes têm atuado como lugares de memórias e centros de integração do conhecimento, e têm caminhado com o propósito de contribuir para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, trabalhando para manter seu acervo diversificado e para a modernização de seus serviços, a fim de melhor atender aos diversos segmentos da comunidade acadêmica, pois a busca pela excelência no atendimento às necessidades de informação dos usuários é a razão primeira de suas existências.

O Setor de Obras Raras e Especiais da Unimontes cumpre uma missão que vai além de sua vocação natural para a extensão universitária: serve, igualmente, como fonte para pesquisas e memória, além de contribuir com o trabalho de pesquisadores e estudiosos.

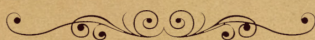
Desta forma, percebemos que, as duas áreas, História e a Biblioteconomia, possuem fortes alianças e possibilidades de parcerias, pois juntas buscam conscientizar e orientar aqueles que lidam com a informação. Essas áreas do conhecimento são interlocutoras, pois permitem constatar a importância da preservação

dos livros e, conseqüentemente, da salvaguarda do patrimônio cultural e da memória.

Enfim, estudar a história dos livros e lugares de memórias não se constituiu, nesta pesquisa, apenas um processo para a obtenção de um título acadêmico, mas também para a apreensão de conhecimento e crescimento pessoal. Fica o desejo de que esse estudo possa contribuir para que outros conheçam e entendam a importância do patrimônio institucional e dos lugares de memórias. Este foi um dos primeiros passos na construção e (re) elaboração do nosso objeto de estudo; outros serão buscados no decorrer do exercício da profissão enquanto historiadora e bibliotecária. Esta é uma pequena contribuição acerca deste tópico, que se coloca para apreciação e colaboração de quem se interessar pelo assunto.



FONTES



A) ACERVO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIMONTES

MAGNE, A., MOREIRA, T. M. *O Livro de Vita Christi em lingoagem português*. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495. Ludolfo Cartusiano, cotejado com os apógrafos por Augusto Magne, S.J. Rio de Janeiro: MEC, Cultura Casa de Rui Barbosa. 1957- 1968. (Coleção de textos da língua portuguesa arcaica). Volumes 1 – 1957 e Volume 2 – 1968.

B) ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL

Bíblia de Mogúncia (Bíblia Latina), Johanne Fust e Peter Schoeffer. Mogúncia (Alemanha). 14 de agosto de 1462, v. 2. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813929.pdf. Acesso em: 4 fev. 2015.

BÍBLIA. Latim. 1462. *Incip[it] epe'a sci iheronimi ad paulinnu[m] p[re]sbite-ru[m]*: de omibs divine historie libris. In civitate Maguntij [Alemanha]: per Johanne[n] Fust et Petru[m] Schoiffher ..., 1462, v. 2. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813929.pdf. Acesso em: 10 mar. 2015.

C) LEGISLAÇÃO DISPONÍVEL NA INTERNET

MINAS GERAIS. *Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989.

Decreto Estadual nº 30.971 de 09 de março de 1990, do Governador do Estado de Minas Gerais.

Decreto Estadual nº 31.840, de 13/07/1990 -Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. *Lei 11.517, de 13 de julho de 1994* - artigo 31 - Reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros

MEMÓRIAS GUARDADAS

e dá outras providências: cria o Hospital Universitário Clemente de Faria. Montes Claros, 1994.

Lei Estadual nº 2.615, de 24 de maio de 1962, dispõe sobre a criação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior.

Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 em 1961 e LDB de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Artigo 82, parágrafo 3º, do “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, da Constituição Mineira de 21/09/89.

Parecer nº 18/72, aprovado em 21/02/72, que aprecia cumprimento de diligências colocadas pelo Parecer nº 58/71(23/11/71).

Portaria nº 1.116 (21/07/1994).

Parecer nº 232/94, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

Lei Estadual nº 12.154 (21/05/1996), foi promulgada a, que “dá nova redação ao artigo 11 da Lei nº 11.517, de 13/07/1994”, disciplinando as eleições para Reitor e Vice-Reitor.

Decreto Estadual nº 39.820, de 19/08/1998, foi aprovado o novo Estatuto da Universidade.

Decreto Estadual nº 41.434, de 15 de dezembro de 2000, foi criado o Campus de Almenara, sendo autorizado também o Curso Normal Superior.

Lei Delegada nº 90/2003, dispondo sobre a estrutura básica da Unimontes e o Decreto nº 43.586 de 15 de setembro de 2003. Dispõe sobre as competências das unidades administrativas e a identificação dos cargos de provimento em comissão da Universidade Estadual de Montes Claros.

Lei Delegada nº 142 (26/01/2007) alterando a Lei Delegada nº 90, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Unimontes.

D) CENTRO DE SERVIÇO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO REGIONAL- CEPEDOR/UNIMONTES

Jornais:

Gazeta do Norte - Jornal de Notícias - Jornal do Norte - Correio do Norte.
Documentos diversos – sobre a FUNM e da Unimontes: Atas, projetos de lei, projetos e correspondências diversas.

Ata da reunião Ordinária da Congregação da FAFIL, do dia 26 de dezembro de 1964.

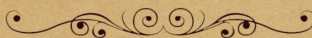
Outros:

MAURÍCIO, João Valle. *Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM: Histórico*. Montes Claros: Polígno Artes Gráficas, 1978. 64 p.

Decreto Estadual nº 30.971, de 09/03/1990.



REFERÊNCIAS



ANAIS da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: BN, v. 123, p. 1-240, 2003.

ARAÚJO, Edimárcia Ramos de. *A construção de um diálogo entre história e comunicação na obra de Elizabeth Eisenstein*. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPG/FAC), Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13551/1/2013_EdimarciaRamosAraujo.pdf. Acesso em: 28 de mar. 2015

ARELLANO, Miguel Àngel Márdero. *As coleções de obras raras na biblioteca digital*. 1998. 93f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) — FESA, UNB, 1998.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução de Léo Schlafman. Le Livros: Ediouro, 2004

BASE DE DADOS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. Disponível em <http://porbase.bnportugal.pt..> Acesso em: 10 jan. 2015.

BATTLES, Mathew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução. João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ar-membnm&pagfis=6&pesq=> Acesso em: 22 ago. 2015.

BIBLIOGRAFIA GERAL PORTUGUESA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, I, 1941, p. LI-I.V - 96-138.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. Planor. *Crêterios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI*. Rio de Janeiro: FBN, [2000]. 1 CD-ROM: il. son., color. Sistema requerido: Windows 95. Compact Disc. Sonopress: 17595/00.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 70.

BORGES, Vavy P. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOTELHO, Delane. *Organizações de aprendizagem*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997. Dissertação (Mestrado).

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da Leitura*. Tradução. Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

BURKE, Peter. *Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna*. Estudos Avançados 16 (44), 2002, p. 173.

BURKE, Peter. *O renascimento*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008. (Coleção Biblioteca Universal)

BURTON, R. *A anatomia da melancolia*. Trad. Guilherme Gontijo Flores. Prefácio Manoel Tosta Berlinck. Curitiba: Editora UFPR, 2011. V. I.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, [S.l.], n. 23, p. 95-115, 1994.

CANFORA, Luciano. *A Biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das letras, 1989. 195p.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1995. 447, [5] p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Introdução à história*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARTERI, Karin Kreismann. *O Livro Raro e os Critérios de Raridade*. [2005]. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=5484. Acesso em: 30 ago. 2011.

CASTRO, Eder Alonso; MOREIRA, Paulo César. *Fundamentos do ensino superior*. Brasília: Gama filho, 2007.

CATOGRA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. *Cultura escrita: práticas de leitura e do impresso* Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis. n. esp., 1. sem. 2009.

CERELLO, Adriana Gabriel. *O livro nos textos jesuíticos do século XVI*: edição,

MEMÓRIAS GUARDADAS

produção e circulação de livros nas cartas dos jesuítas na América portuguesa (1549-1563). 2007, 143 f. Dissertação (Mestrado Literatura Brasileira), Universidade Estadual de São Paulo: 2007.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Unesp, 1998.

CHARTIER, Roger. *Escutar com os olhos*. Estudos Avançados do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol. 24, n.69, 2010, p. 6-30.

CHARTIER, Roger. *Do códice ao monitor: a trajetória do escrito*. Estudos. Avançados. 1994, vol.8, n.21, pp. 185-199. ISSN 0103-4014.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do antigo regime*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Dir.). *Práticas da leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger.; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Dir.). *História: novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

CORDEIRO, Filomena Luciene Reis; REIS, João Olímpio Soares do; GARCIA, Roseli Aparecida Damaso Messias (Orgs.). *Biblioteca Universitária como instrumento da educação e cidadania*. Montes Claros: Unimontes, 2014.

COTRIM, Dário. Montes Claros no Cenário Cultural. *Jornal online montesclaros.com*. 2014 nov 28; Cronistas. Disponível em:<http://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=D%E1rio%20Cotrim..> Acesso em: 15 jan. 2016.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. In: *Ciência da Informação*, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. 839 p.

DAHL, Svend. *História del libro*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Tradução Denise Bottman São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 101-102.

DARNTON, Robert. *História da leitura*. In: BURKE, Peter. (Org) *A escrita da*

história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1990, p. 211-213, 354 p.

DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEAECTO, Marisa M. *Sobre Livros: da página manuscrita à página impressa*. 2013. Disponível em: http://bibliomania-diversidades.blogspot.com.br/2013_05_01_archive.html Acesso em: 25 jan. 2015.

DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA/ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. 2 ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 2008. p. 570.

ENCICLOPÉDIA BARSA, Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1978, p. 348.

ENCICLOPÉDIA DELTA UNIVERSAL, v. 9, Rio Janeiro: Delta, 1980. p. 4865.

EISENSTEIN, Elizabeth L., *La Révolution de l'imprimé. A l'aube de l'Europe moderne*, trad. fr., Paris, Hachette Littératures, coll. "Pluriel", 2003. [São Paulo: Ática, 1998].

ESCARPIT, Robert. *A revolução do livro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/INL, 1976

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda. *Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico*, etc. Lisboa: Guimarães, 1988.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Novo dicionário do livro: da escrita ao multimídia*. Coimbra: Almedina, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 2001

FEBVRE, Lucien P. V.; MARTIN, Henri J.O *aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. Tradução de Cláudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006. p. 206.

GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à Internet: diretos autorais na era digital*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 29.

GAUZ, Valéria. *Considerações sobre o uso do catálogo de obras raras na Biblioteca Nacional*; subsídios para viabilizar a automação do catálogo principal e

MEMÓRIAS GUARDADAS

otimizar o atendimento ao público local e a outras bibliotecas. IBICT, Rio de Janeiro, 1991.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de Pesquisar: como fazer pesquisas qualitativas em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro. Editora. Records, 2004.

HEITLINGER, Paulo. *Tipografia: origens, formas e uso das letras*. São Paulo: Dinalivro, 2006.

HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional: a história de uma coleção*. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1996.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similar. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Instrução Normativa nº 01, de 11 de junho de 2007*. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, e dá outras providências. Disponível em: <http://planejamento.iphan.gov.br/cadastrodenegociantes/paginas/documentos/normativa.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2011.

JACOB, Christian. Rassembler la mémoire: réflexions sur l'histoire des Bibliothèques. *Diogene*, n. 196. Paris: PUF, octobre-decembre de 2001, p. 53-76.

JOHNS, Adrian. *A natureza do livro: impressão e conhecimento em construção*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1998.

JORNAL O GLOBO. Estado Islâmico destrói outro sítio arqueológico no Iraque. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/estado-islamico-destrui-outro-sitio-arqueologico-no-iraque-15531871#ixzz3anr3u6vN>. Acesso em: 7 mar. 2015.

LABARRE, A. *História do livro*. São Paulo: Cultrix, 1981.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE MOS, A. A. B. de.; MACEDO, V. A. A. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. In: *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 2, n. 2, p. 167-174, jul./dez. 1974.

LOSE, Alicia Duhá... [et al.]. *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática*. Salvador, Edufba, 2009. 380 p.

MACEDO, Neusa Dias de. *Das diretrizes para bibliotecas à “Declaração de Princípios da Biblioteca Pública Brasileira”*: comunicação. *Revista Brasileira*

de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, v. 25, n. 3/4, p.69-78, jul./dez. 1992.

MACHADO, Arlindo. *Fim do livro?*. Estudos Avançados online. 1994, v. 8, n. 21, pp. 201-214.

MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel*. RJ: BN, 2006.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Ática, 1996. P. 24.

MELLO, José B. *Síntese histórica do livro*. Rio de Janeiro: Leitura, 1972.

McMURTRIE, Douglas C. *O livro: impressão e fabrico*. Trad. Maria Luísa Saavedra Machado. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MOLLIER, Jean-Yves. *A história do livro: da edição e da leitura: um balanço de 50 anos de trabalho*. Tradução: Marisa Midori Deaecto. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004. p. 2. I Seminário Brasileiro Sobre o Livro e História Editorial Realização: FCRB - UFF/PPGCOM – UFF/LIHED 8 a 11 de novembro de 2004 - Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil.

MONTEIRO, Iracema Celeste Rodrigues. *O livro raro em seus diversos aspectos*. Divisão de Publicações e Divulgação, Biblioteca Nacional, 1972.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília – DF: Brinquet de Lemos, 2006. p. 185.

MORIGI, Valdir José, SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. *Revista ACB*, v. 10, n. 2 (2005), Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis (Brasil) - ISSN 1414-0594. Disponível em: <http://revista.acb.org.br/racb/article/view/432/551>. Acesso em: 15. Jan. 2015.

NOBRE, Sérgio. Uma introdução à história das enciclopédias – a enciclopédia de matemática de Christian Wolff de 1716. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 34-46, jan - jul 2007.

NOGUEIRA, Isabel Candolo. *Olhando Betsabéia: um estudo da arte na passagem da iluminura para a gravura*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Curso de Mestrado do Instituto de Artes da Brasília. UnB, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In:

MEMÓRIAS GUARDADAS

Revista Projeto História - História & Cultura. São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 30, dez. 1993.

OLIVEIRA, José Barbosa de. *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. *O pensamento de John Ruskin*. [2008]. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha192.asp>. Acesso em: 25 jul. de 2011.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. *A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989*. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 19.

ONG, Walter Jackson. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. (em português). [S.l.]: Papirus Editora, 1998. 223 p.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 17-18.

PE. AUGUSTO MAGNE, o amigo das letras. *Jornal do Brasil*: Departamento de Pesquisa do *Jornal do Brasil* - JB, São Paulo, ano LXXVI, n. 170, p. 14, 22 jul. 1966.

PERIÓDICO DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Biblioteca pública: Unesco, Manifesto, 1994. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, v. 1, n. 1, ago. 1995. Encarte especial.

PINHEIRO, Ana Virginia. *A biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas*. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, n. 5, p. 45-50, jan./dez. 1990.

PINHEIRO, Ana Virginia. Introdução. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: BN, 2003. p. 11-31.

PINHEIRO, Ana Virginia. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.

PIRES, Claudio Werner. A experiência inaciana de Jesus Cristo. In: *Revista de Espiritualidade Inaciana*. São Paulo, ITAICI, n. 7, p. 11-30, out. 1991.

O PROFISSIONAL da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: polis/ABC, 2000. 156 p. (Coleção Palavra-Chave, 11).

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2014.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória(s) em Montes Claros, MG –1980 a 212, 2013. 320f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.*

RIBEIRO, Rosiane Lúcia. *O futuro do livro: o eletrônico como um contraponto do impresso*. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) -Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos Dos Goytacazes, 2009, p. 17.

ROCHA, Arruda Lee da. *O livro como obra-de-arte: critérios teóricos para conservação de obras raras*. Rio de Janeiro: Estácio de Sá, 2008.

RODRIGUES, Alessandra Hermógenes, CALHEIROS, Mariana Fernandes, COSTA, Patrícia da Silva. Análise Bibliológica de livros raros: a preservação ao “pé da letra”. V. 123, p. 33-48, 2003. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 123, p. 1-240, 2003. Disponível em: http://www.bn.br/planor/documentos/anais_123_2003.pdf . Acesso em: 5 de mar de 2015.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. Gutenberg e o letramento do ocidente. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 1, n. 1, ago./dez. 2012, p. 190.

RUSSO, Mariza. *Fundamentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [S.l.]: E-Papers, 2010.

SANTOS, Eliezer Lirio dos. *O impacto da Reforma Protestante na disseminação do livro impresso*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012, p. 59.

SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das Imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. Bauru, SP: Edusp, 2007, p. 11.

SILVA, Dayelle Mayara. *O livro desde a argila até os e-books: Estudo comparativo entre livros impressos e livros digitais*. Brasília: UnB, 2013. Monografia para o curso de Biblioteconomia.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública, memória e representações sociais: o depoimento de um grupo de usuários acerca do Mário de Andrade. *Investig. bibl*, México, v. 26, n. 57, p. 199-231, agosto 2012. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2012000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 4 fev. 2015.

SPINELLI JUNIOR, Jayme, 1956-.. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento*

MEMÓRIAS GUARDADAS

de riscos:

salvaguada e emergência ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, c2010.

SOARES, Suelen Garcia. *Organização e preservação de livros raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Brasília, 2009. p. 54.

SMIT, J.W. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). *O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p.119-134.

TEDESQUI, Conceição Aparecida, SILVA, Terezinha Elisabeth da. *Livros e censura na imagem cinematográfica*. Universidade Estadual de Londrina, s.d.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1982.

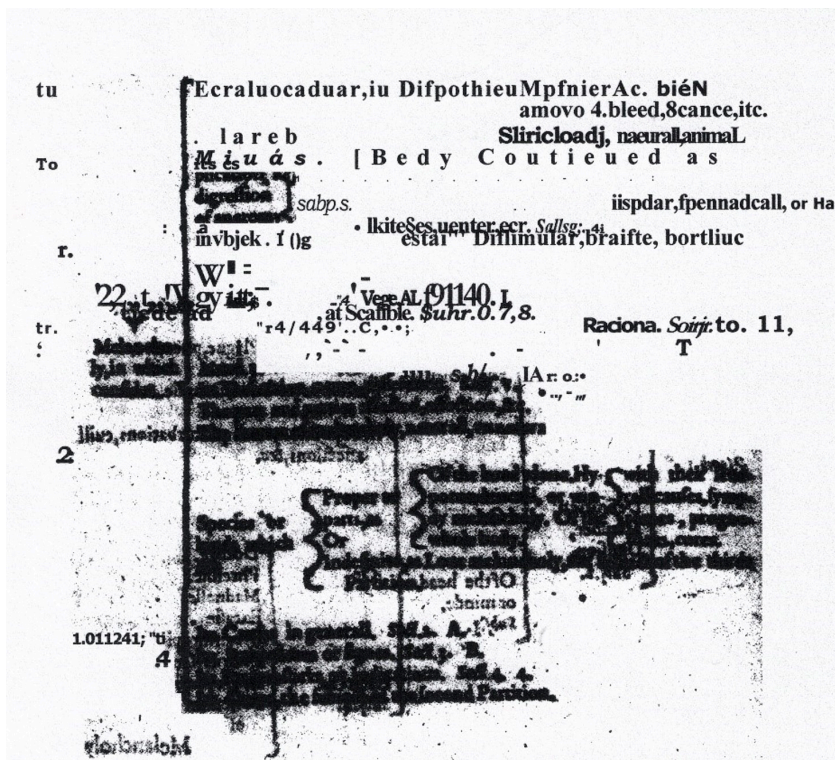
XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA. *Documentação e Ciência da Informação Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social* Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2015.



ANEXOS



ANEXO 1 - Índice ramista de *Anatomy of Melancholy*
de Robert Burton, 1a ed., 1621 (publicado sob o pseudônimo
de Demócrito Junior).



Fonte: Briggs; Burke, 2006, p. 28.

ANEXO 2 – Índice ramista do *Anatomy of Melancholy*
por Robert Burton 8 ed., 1868, p.82

82

Synopsis of the First Partition.

A. Sect. 2. Causes of Melancholy are either	Super- natural,	{ As from God immediately, or by second causes. <i>Subs.</i> 1. Or from the devil immediately, with a digression of the nature of spirits and devils. <i>Subs.</i> 2. Or mediately, by magicians, witches. <i>Subs.</i> 3.			
		{ Primary, as stars, proved by aphorisms, signs from physio- gnomy, metoposcopy, chiromancy. <i>Subs.</i> 4.			
	Or	{ Congenite, inward from	{ Old age, temperament, <i>Subs.</i> 5. Parents, it being an hereditary disease, <i>Subs.</i> 6		
			{ Necessary, see 8.		
	Natural	Or	{ Evident, outward, remote, ad- ventitious, as,	{ Nurses, <i>Subs.</i> 1. Education, <i>Subs.</i> 2. Terrors, affrights, <i>Subs.</i> 3. Scoffs, calumnies, bitter jests, <i>Subs.</i> 4. Loss of liberty, servi- tude, imprisonment, <i>Subs.</i> 5. Poverty and want, <i>Subs.</i> 6. A heap of other acci- dents, death of friends, loss, &c. <i>Subs.</i> 7.	
		Or	Secondary, as Outward or adven- titious, which are		
		Or	Contingent, inward, an- tecedent, nearest. <i>Memb.</i> 5. <i>Sect.</i> 2.		
			{ In which the body works on the mind, and this malady is caused by precedent diseases; as agues, pox, &c., or temperature innate, <i>Subs.</i> 1. Or by particular parts dis- tempered, as brain, heart, spleen, liver, mesentery, pylorus, stomach, &c. <i>Subs.</i> 2.		
Particular to the three species. See II.					

II Particular causes. Sect. 2. <i>Memb.</i> 5	{ Of head Melancholy are <i>Subs.</i> 3.	Inward	{ Innate humour, or from distemperature adust. A hot brain, corrupted blood in the brain. Excess of venery, or defect. Agues, or some precedent disease. Fumes arising from the stomach, &c.	
	or	Outward	{ Heat of the sun immoderate. A blow on the head. Overmuch use of hot wines, spices, garlick, onions, hot baths, overmuch waking, &c. Idleness, solitariness, or overmuch study, vehement labour, &c. Passions, perturbations, &c.	
	{ Of hypo- chondriacal, or windy melancholy are,	Inward	{ Default of spleen, belly, bowels, stomach, mesentery miserable veins, liver, &c. Months or hemorrhoids stopped, or any other ordi- nary evacuation.	
	or	Outward	{ Those six non-natural things abused.	
	{ Over all the body are, <i>Subs.</i> 5.	Inward or	{ Liver distempered, stopped, over-hot, apt to engender melancholy, temperature innate. Bad diet, suppression of hemorrhoids, &c. and such evacuations, passions, cares, &c. those six non- natural things abused.	

Fonte: Disponível em: <http://archive.org/stream/anatomyofmelanch1868bur-t#page/n9/mode/2up>. Acesso em: 18 de set. 2015.

ANEXO 3 – Xilogravura de Albrecht Durer (1471-1528). Combate de São Miguel contra o dragão, 1497, série “O Apocalipse. Em buril, medindo 39 x 27 cm.



Fonte: *Mestres da Gravura* - Coleção Fundação Biblioteca Nacional, 2010. p. 18.

ANEXO 4 – Autoridades e estudantes alemães queimando livros em praça pública. Alemanha nazista, 10 de maio de 1933.



Fonte: BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução de Léo Schlafman. Le Livros: Ediouro, 2004.

ANEXO 5 - Página da folha de rosto da tradução espanhola do *Livro de Vita Christi*, por Fr. Ambrósio de Montesino, publicada em 1502-15. p. 394.



Fonte: Catálogo on-line do Sistema de Bibliotecas Universitárias da Unimontes.
Disponível em: <http://pergamum.unimontes.br/> Acesso em: 24 out. 2015.

ANEXO 6 – Página da folha de rosto xilográfica do *O Livro de Vita Christi* de 1495. Aparece no início do primeiro volume do Livro de Vita Christi.



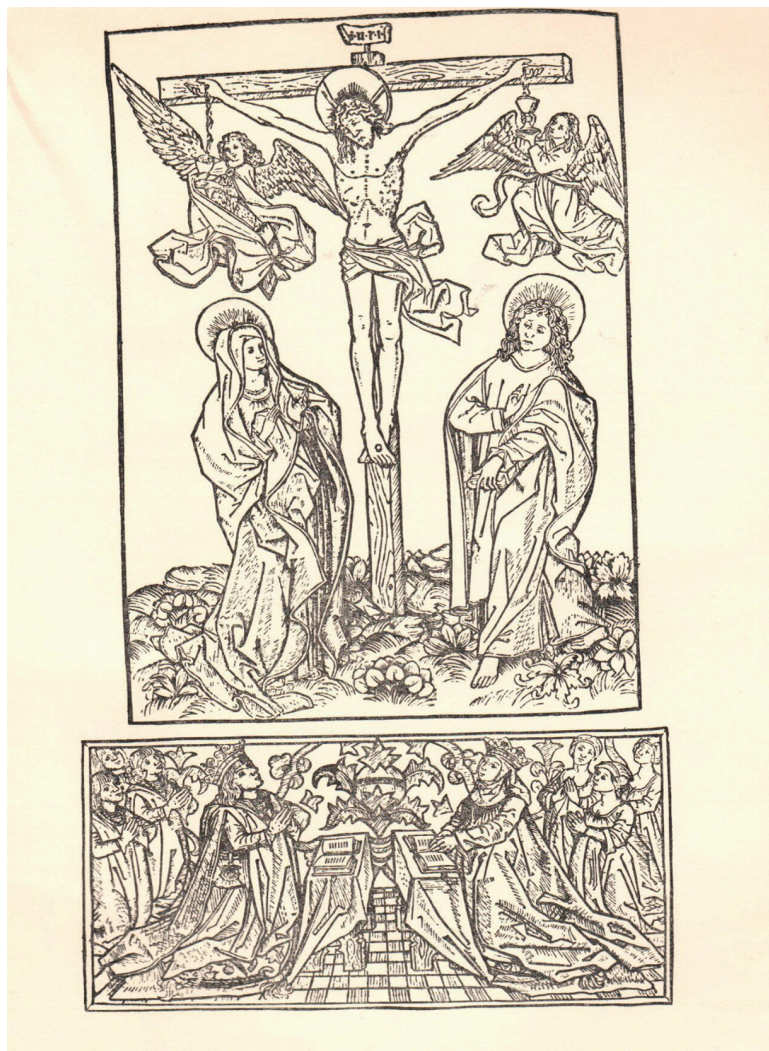
Fonte: Catálogo *on-line* do Sistema de Bibliotecas Universitárias da Unimontes.
Disponível em: <http://pergamum.unimontes.br/> Acesso em: 24 out. 2015.

ANEXO 7 - Folha de rosto do exemplar *O Livro de Vita Christi* existente na Biblioteca Nacional Brasileira da edição latina impressa em Lião no ano de 1537, por Jácome-Francisco.



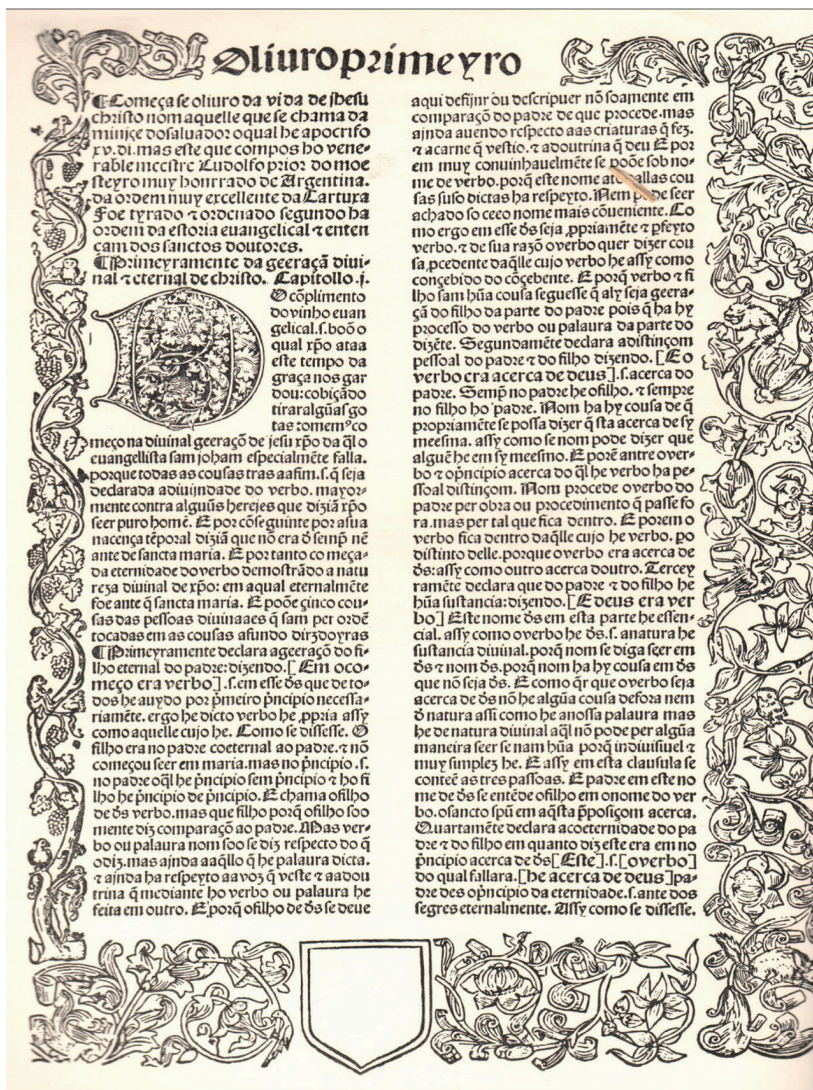
Fonte: Catálogo on-line do Sistema de Bibliotecas Universitárias da Unimontes.
 Disponível em: <http://pergamum.unimontes.br/> Acesso em: 24 out. 2015.

ANEXO 8 - Xilogravura da cena do Calvário impressa no verso do frontispício de *O Livro de Vita Christi* que representa a cena do Calvário (gravura de Alberto Dürer). Xilogravura do retábulo da oração com os retratos de D. João II e D. Leonor e os escudos de ambos os príncipes. Obra do entalhador alemão que trabalhava em Portugal.



Fonte: Catálogo *on-line* do Sistema de Bibliotecas Universitárias da Unimontes.
Disponível em: <http://pergamum.unimontes.br/> Acesso em: 24 out. 2015.

ANEXO 9 - Capitais ornamentadas idênticas às usadas por mestre Fradique de Basileia, que trabalhou em Burgos no ano de 1485. *O Livro de Vita Christi*, p. 30, volume II.



Fonte: Catálogo on-line do Sistema de Bibliotecas Universitárias da Unimontes.
Disponível em: <http://pergamum.unimontes.br/> Acesso em: 24 out. 2015.

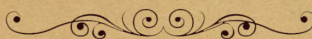
ANEXO 10 – Xilografura dos escudos de armas dos impressores
Johannes Fust e Peter Schoeffer (final da página). Possui ainda, nessa
página, o carimbo da Real Biblioteca, *Bíblia de Mogúncia*, 1462.



Fonte: site oficial da BN Disponível em: BNdigital:http://objdigital.bn.br/acervo-digital/div_obrasraras/or813929.pdf Acesso em: 24 out. 2015.



CATÁLOGO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS



<https://drive.google.com/file/d/1sjvxKuRRPBiz8PSsbfsYwsZR2ODuIDwv/view?usp=sharing>

